

# SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS

"povos, comunidades, natureza: insurgências  
frente ao extrativismo predatório"



# GT2

Memórias,  
histórias e lutas por  
reconhecimento

**ANAIIS**  
VOLUME II





SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE  
**DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS**

"povos, comunidades, natureza: insurgências  
frente ao extrativismo predatório"

## **GT 2: Memórias, histórias e lutas por reconhecimento**

**Coordenação:** Tayanná Santos de Jesus Sbrana, Maria Ecy Lopes de Castro, Elio de Jesus Pantoja Alves, Carolina Christiane de Souza Martins

Tendo por base os efeitos socioambientais decorrentes de projetos de desenvolvimento sobre os modos de vida de povos e comunidades tradicionais, este Grupo de Trabalho propõe discutir processos e mobilizações de lutas por reconhecimento e direitos destes sujeitos em diferentes contextos históricos e culturais, com destaque para a memória coletiva e repertórios acionados, como a ancestralidade, a cultura, o bem comum, as territorialidades, as cosmologias, entre outros, em perspectiva interdisciplinar.

# Apresentação

O Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas – “Povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório” foi realizado entre 15 e 19 de março de 2021. O Seminário foi pensado como uma das ações do Projeto “Empresas Transnacionais e Princípios Orientadores: em busca de mecanismos efetivos para a proteção dos Direitos Humanos na América Latina”, executado por quatro organizações latino-americanas e co-financiado pela União Europeia. Fizeram parte desse projeto as organizações Justiça nos Trilhos (Brasil), CooperAcción (Peru), Pensamiento y Acción Social (Colômbia) e Bienaventurados los Pobres (Argentina).

O Seminário aconteceu em formato virtual e foi promovido por Justiça nos Trilhos (JnT), Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (GEDMMA/UFMA), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc/UFMA) e Grupo de Trabalho sobre Fronteiras, Regionalização e Globalização na América, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

As atividades foram inspiradas no Seminário Internacional “Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental”, realizado em 2014 em São Luís, Maranhão.

Durante os dias 15 e 19 de março de 2021, o seminário reuniu uma série de atividades, incluindo apresentações de trabalhos científicos, relatos de experiências, desenhos, fotografias e audiovisual. Foram 106 trabalhos aprovados e apresentados em cinco grupos temáticos:

- [1]** Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades
- [2]** Memórias, histórias e lutas por reconhecimento
- [3]** Questões de gênero e étnico-raciais em lutas territoriais
- [4]** Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência
- [5]** Comunicação Popular, comunitária e alternativa: lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento



Assim, construiu-se um dos grandes objetivos do seminário, que foi o de oferecer oportunidades de troca de saberes, promovendo a sinergia entre comunidades, ambiente acadêmico, organizações populares e movimentos sociais e sindicais. Pessoas desses diversos espaços estiveram representadas nos debates ocorridos em cada um dos grupos de trabalhos (GTs), a partir das apresentações dos resultados de pesquisas acadêmicas e experiências de vidas comunitárias, materializados em artigos, relatos, fotografias e vídeos.

Os Anais registram esses resultados como um espaço de memória, reverberação de vozes e resistências na potencialização das insurgências frente ao extrativismo predatório, vividas por povos, comunidades e natureza.

Os cinco GTs dão título e organizam os capítulos que seguem, apresentando contribuições de autores e autoras do Brasil e de outros países da América Latina como México, Argentina, Colômbia e Peru.

No GT1, por exemplo, serão encontrados trabalhos que discutem novas formas de territorialidades e racionalidades não ocidentais frente a ações empresariais e estatais. No GT2, os trabalhos apresentam mobilizações e lutas por reconhecimento e direitos. No GT3, é debatida a questão de gênero em múltiplos aspectos no contexto de lutas territoriais urbanas e rurais. Reflexões sobre a expansão de megaprojetos, processos de luta e resistência de comunidades tradicionais, povos e organizações sociais são temas discutidos no GT4. Por fim, no capítulo dedicado ao GT5, são compartilhadas práticas e processos de comunicação popular pensadas e vivenciadas em contextos de lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento.

O tema do seminário – e, de forma específica, os temas de cada um dos cinco GTs – são um chamado para a construção de caminhos alternativos e articulados entre diferentes povos, que proporcionem a defesa dos Direitos Humanos e o respeito à Mãe Terra.

**Boa Leitura!**



Copyright © 2021 by EDUFMA

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

### Reitor

Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos

### Vice-Reitor

## EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

### Diretor

## CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Luís Henrique Serra  
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni  
Prof. Dr. André da Silva Freires  
Prof. Dr. Jadir Machado Lessa  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Diana Rocha da Silva  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Gisélia Brito dos Santos  
Prof. Dr. Marcus Túlio Borowski Lavarda  
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva  
Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues  
Prof. Dr. João Batista Garcia  
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas  
Bibliotecária Suênia Oliveira Mendes  
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior

## Organização

Cíndia Brustolin  
Julio Itzayán Anaya López  
Larissa Pereira Santos  
Madian de Jesus Frazão Pereira  
Tayanná Santos de Jesus Sbrana

## Coordenação por Grupos de Trabalhos

Anaclea Pires da Silva  
Bartolomeu Rodrigues Mendonça  
Carolina Christiane de Souza Martins  
Cíndia Brustolin  
Elio de Jesus Pantoja Alves  
Ilmar Fernandes Feitoza  
Joana Emmerick Seabra  
Joércio Pires da Silva  
Juan Manuel Sandoval Palacios  
Julio Itzayán Anaya López  
Larissa Pereira Santos  
Madian de Jesus Frazão Pereira

Marcela de Lourdes Orozco Contreras  
Maria Ecy Lopes de Castro  
Roseane Arcanjo Pinheiro  
Sislene Costa da Silva  
Tayanná Santos de Jesus Sbrana  
Uriel Menezes

## Coordenação editorial

Sabrina Duran

## Coordenação de revisão

Cíndia Brustolin  
Julio Itzayán Anaya López  
Larissa Pereira Santos  
Madian de Jesus Frazão Pereira  
Tayanná Santos de Jesus Sbrana

## Projeto Gráfico

Candiá Produções

## Colagens e Ilustrações

Coletivo Pinga Pinga

## Diagramação

Valéria Amorim  
Juliana Bicudo

## Fale com a redação

[jnt@justicanostrilhos.org](mailto:jnt@justicanostrilhos.org)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas (1.: 2021: São Luís, MA).

Anais do I Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas: "povos, comunidades e natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório": Organização: Cíndia Brustolin [et al.]. – São Luís, MA: EDUFMA, 2021.

5 v.: il.

Conteúdo: v.2. Memórias, histórias e lutas por reconhecimento / Coordenação: Tayanná Santos de Jesus Sbrana, Maria Ecy Lopes de Castro, Elio de Jesus Pantoja Alves, Carolina Christiane de Souza Martins.

ISBN: 978-65-89823-48-3

1. Povos – conflitos sociais – resistência. 2. Território – lutas- comunidades. 3. Extrativismo predatório. I. Bruscolin, Cíndia .

CDD 305  
CDU 316.48

Ficha elaborada pela bibliotecária Luciana Palacio de Moraes CRB 13/585

O conteúdo deste documento não compromete as organizações promotoras e colaboradoras desta publicação. Pode-se citar ou fotocopiar para uso não comercial sempre citando a fonte.

Realização:



Parcerias latino-americanas:



Apoio:





# Sumário

## TRABALHOS COMPLETOS

Conhecimento e Manutenção da Cultura Asurini Através da Contação de Narrativas	213
Porto do Mocajutuba: perfil socioeconômico de uma comunidade diante das alterações socioambientais	216
Pedagogia Histórico-Crítica, Educação Ambiental e Movimentos Sociais: reflexões a partir de uma aula de campo na Praia de Camburi (Vitória - ES)	241
Questão Agrária e Lutas Sociais: formas de organização e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na luta pela terra	252
Memórias de Liberdade: narrativas de autonomia nos caminhos de mato, água e a formação de um grande território negro na região de Itapecuru - Mirim	265
Questão Agrária no Maranhão e a Resistência do Acampamento Marielle Franco	274
A Mineração em Carajás: uma reflexão histórica sobre o seu resultado econômico e a crescente imposição da lógica industrial no interior da Amazônia paraense	284
Desenvolvimento Regional e Emergência Étnica: um olhar contemporâneo sobre o Cariri Cearense.	292
Reintegração de Posse ou Limpeza Social? O caso das famílias da ponte José Sarney (São Luís/MA)	300
Quem Ganha com a Perda da Natureza: destruição ambiental e luta política em defesa de territórios tradicionais na Zona Rural de São Luís	309
Insurgências Coletivas e Práticas Contracoloniais: encontros possíveis e necessários no diálogo de saberes entre universidades e territórios quilombolas	318
Álbuns Patrimoniais da Cidade de Sapeaçu	328
A Expansão Mineral no Sul Brasileiro Analisada Através do Processo de Licenciamento da Mina Guaíba de Carvão e sua Oposição Crítica: o papel dos lançadores de alerta comitê de combate à megamineração, Instituto Arayara e médicos em alerta	332

## RESUMOS E ENSAIOS FOTOGRÁFICOS

Documentário “Festival do Caranguejo na Comunidade do Porto do Mocajutuba”	345
Ouro: uma produção árdua e desvalorizada	347
Terra de Encantados: a luta pela permanência no território quilombola Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/MA)	349
Maria Luzinete: minha vó se ancestralizou	351
Vidas Alagadas: os efeitos da UHE de Estreito na comunidade ribeirinha do acampamento Coragem (Palmeiras do Tocantins-TO)	353
O Povo do Fundo: cosmologias e construção da territorialidade no Baixo Amazonas	355
Por uma Educação de Resistência	357
Macapá e a Mudança Sócio-estrutural: a retirada dos negros da frente da cidade nos anos 40	360
O Remonte da Oralidade sobre o Extinto Terreiro do Egito como Ferramenta Identitária para sua Patrimonialização	362



# Trabalhos completos



# Conhecimento e Manutenção da Cultura Asurini Através da Contaçon de Narrativas



# Conhecimento e manutenção da cultura Asurini através da contação de narrativas<sup>1</sup>

Adriana do Socorro Serra Paiva de MOURA<sup>2</sup>

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, Pará

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Tucuruí, Pará

## Resumo

O presente trabalho trata das transformações culturais enfrentadas pelo povo Asurini do Tocantins quando do grande alagamento que houve em suas terras às margens do rio Trocará que os levou a residirem próximo a BR 422. Parte do princípio da rememoração de lendas e narrativas determinantes para a compreensão de sua cultura. Para tal, utiliza como referencial teórico, Halbwachs (1968). A partir de então, a fim de se compreender as diversas visões do índio na historiografia literária brasileira a partir da visão pós-modernista, utiliza-se, principalmente, de Hutcheon (1991). A pesquisa apresenta como objetivo principal registrar lendas e narrativas que já há tempos estavam esquecidas pelos Asurinins do Tocantins. Utilizou-se, como metodologia, entrevistas não-estruturadas na comunidade. Dessa forma, discutir-se-á o índio como ex-centro que agora reivindica seu espaço na literatura e história brasileira. Sendo assim, pretende-se entregar o lugar de fala a quem de fato o possui: o indígena brasileiro, o indígena Asurini.

**Palavras-chave:** Asurinins do Tocantins; Memória; Identidade; Narrativas.

## Introdução

A comunidade indígena Asurini do Tocantins se encontra, atualmente, localizada nas margens da BR 422, entretanto, para situar este trabalho no tempo e no espaço, deve-se fazer um retorno ao local antes ocupado, ou seja, às margens do rio Trocará, em meados de 1980.

O contexto histórico gira em torno da criação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e os impactos causados pelo empreendimento. A Terra Indígena Trocará, homologada por meio do Decreto nº 87.845, de 22 de novembro de 1982, pelo presidente à época, João Figueiredo, está localizada na margem esquerda do rio Tocantins sendo que a jusante do empreendimento teve parte da sua área inundada em fevereiro de 1985 devido à grande chuva ocorrida.

Devido a inundação, os indígenas tiveram que sair das margens do Trocará, abandonando plantações (mandioca e outros produtos de subsistência), assim como criações de gado e aves que serviam tanto para o sustento como para venda na cidade de Tucuruí.

Com o advento da UHE Tucuruí, houve um grande crescimento populacional, assim como a presença de não indígenas no entorno e no interior da Terra Trocará.

Campos e Duarte (2006) informam que o desenvolvimento do município de Tucuruí “contribuiu” para a criação de três novos municípios: Breu Branco, Goianésia do Pará e Novo Repartimento.

Além do grande crescimento populacional, também houve a instalação de fazendas e a ampliação da BR 422 para atender aos interesses das grandes madeireiras instaladas na região, sendo que estas são circunvizinhas da Reserva.

Dessa forma, cabe a seguinte pergunta norteadora: nesse traslado do povo da margem do rio Trocará para a margem da BR 422, o que se perdeu culturalmente? Sendo assim, o presente estudo se propôs a registrar lendas e narrativas que há muito estavam esquecidas pelo povo. Tal medida se justifica pela tentativa de se promover um resgate da cultura Asurini alagada, assim como levar outras pessoas a conhecer um pouco dessa comunidade.

Para tal, utilizou-se o método da entrevista não direcionada para que as conversas soassem de maneira espontânea e agradável. A coleta foi realizada na comunidade, mais especificamente, na casa dos entrevistados.

#### 1. A crise da memória

Para Charles Le Goff (2003), a memória individual não é capaz de armazenar todos os acontecimentos passados, portanto, para tal, faz-se o uso da escrita a fim da manutenção da memória coletiva, uma vez que a esta é “um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre ou na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469). Sendo assim, faz-se necessário, nos dias de hoje, uma constante busca desse armazenamento das narrativas de um povo para que não se percam, nas linhas do tempo, histórias de lutas e defesa do patrimônio cultural do mesmo.

Dessa feita, vale refletir acerca da questão de que se uma história é contada no presente sobre fatos marcantes do passado, não estariam elas impregnadas de percepções ideológicas atuais?

(...). Como a ideia que faz do seu passado, por esse motivo não seria modificada? Como as informações novas que ele adquire, informações de fatos, reflexões e ideias não reagiriam sobre suas lembranças? Temos frequentemente repetido: a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 1968, p. 55)

Sabe-se que a comunidade Asurini está em volta do processo nº 0000406-42.2018.4.01.3907 – 1ª VARA – TUCURUI, TRF-SUBSEÇÃO JUDICIARIA DE TUCURUI,

movido contra a empresa Eletronorte que determina uma indenização compensatória quanto aos danos ocorridos pela grande enchente ocorrida nos anos 1980, a qual provocou o deslocamento da comunidade para a beira da BR 422. Entretanto, tal indenização não compreende os impactos culturais causados aos Asurinís.

Dessa feita, o processo de rememoração das narrativas, inevitavelmente, encontra-se carregado de alto teor ideológico, uma vez que são constantemente lembrados pela cheia, assim como pela via judicial. Cabe aos indígenas retirar da água suas lendas e histórias.

A fim de que essas histórias estejam para sempre vivas no interior do povo, assim como para que outras pessoas de etnias diferentes tenham acesso a elas, dá-se a importância da escrita. Esta é cultivada desde a Antiguidade e foi sacralizada até mesmo por Moisés na realização do Pentateuco. De acordo com a Bíblia Sagrada, Moisés recebeu de Deus a ordem para que escrevesse os feitos do povo de Israel a fim de que não fossem perdidas com o tempo.

Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever uma história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. Se a condição necessária, para que haja memória, é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo, como a história seria uma memória, uma vez que há uma solução de continuidade entre a sociedade que lê esta história, e os grupos testemunhas ou atores, outrora, dos fatos que ali são narrados? (HALBWACHS, 1968, p. 55)

Entretanto, muitos dos anciões que participaram dessa diáspora ou estão mortos ou se submeteram a reclusão devido, principalmente, às mudanças enfrentadas pela



comunidade, tais como: entrada de celulares, aparelhos televisivos e rádios. Sendo assim, procurou-se ouvir aqueles que ouviram essas histórias. A esse respeito, diz Sarlo:

A palavra pós-memória, empregada por Hirsh e Young, no caso das vítimas do Holocausto (ou da ditadura argentina, já que se estendeu a esses fatos) descreve o caso dos filhos que reconstitui a experiência dos pais, apoiados na memória deles, mas não só nela. A pós memória, que tem a memória em seu centro, seria a reconstituição memorialística da memória de fatos recentes não vividos pelo sujeito que os reconstitui e, por isso, Toung a classifica como “vicária”. (SARLO, 2005, p. 91)

A pesquisadora continua suas reflexões e destaca que o fator que distingue um historiador ou um promotor, na reconstituição dos fatos, da de um filho se faz na subjetividade presente neste e ausente naquele.

Vale destacar que não está sendo discutido aqui a morte de um narrador mais velho sobreposto por um mais jovem, mas de um narrador que também sofre os abalos dessa des-territorialização e que não está passional a crise identitária instalada no seu meio.

Ressalta-se que, por meio da Justiça Federal, os indígenas ou suas lideranças, são forçados a lembrar sempre dos impactos causados, portanto a pesquisa delimitou esse esforço em construir uma memória coletiva somente às lideranças Asurinís (os mais jovens). Pois, estes formam um grupo com interesses comuns e bem objetivos, sendo assim, fica mais fácil remontar e elucidar o passado. Sobre este ponto, Halbwachs informa:

Outros homens tiveram essa lembrança em comum comigo. Muito mais, eles me ajudaram a lembra-las: para melhor me recordar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muito das ideias e modo de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles. (HALBWACHS, 1968, p.17)

Esse contato de falantes na rememoração das narrativas é importante porque algumas narrativas são diferentes, mesmo em se tratando do mesmo personagem central. Novamente, Halbwachs (p. 51):

Porém, se encontrássemos alguém que dela tivesse participado ou a tivesse assistido, que a evoque e a relate: após tê-lo ouvido, não teremos mais certeza do que antes que não poderíamos nos enganar sobre a ordem dos detalhes, a importância relativa das

partes e o sentido geral do evento; porque é impossível que duas pessoas que viram o mesmo fato, quando o narram algum tempo depois, o reproduzam com traços idênticos.

Sendo assim, tem-se que, muitas vezes, o falante pode não ter sozinho, nitidamente, lembranças de fatos contados ou passados, entretanto, ao serem colocados com outros, tais lembranças vem novamente à tona.

## **2. O discurso pós-moderno nas narrativas**

Ao longo dos anos, a historiografia da literatura se ocupou de retratar o índio de muitas formas diferentes, desde o “descobrimento” do Brasil, passando pelos moldes românticos e modernistas. Entretanto, o discurso pós-moderno vem assumir uma perspectiva diversa, Hutcheon (1991, p. 19) define o movimento como sendo “um fenômeno contraditório, que usa e abusa, instala e depois subverte, os próprios conceitos que desafia”.

Ou seja, o pós-moderno não nega os fatos passados, mas os usa como princípio basilar, ou pedra germinal para iniciar seus discursos. Carrega em si, na sua constituição, o termo “modernismo”, o qual não procura negar, como muitos pensam, nem é uma escrita ou teoria nova, uma vez que se veste da mesma para afirmar o que se tem por certo (ou incerto). Sendo assim, aos adeptos do pós-modernismo não cabe dizer que A está certo em detrimento de B, mas de oferecer, a partir de tais visões, uma visão denominada C.

Sendo assim, o espaço ocupado pelo pós-moderno é um local que compreende o debate, mas, para chegar a tal, necessita de estar fielmente entregue à citação, uma vez que depende de um ponto inicial para desenvolver suas convicções.

O que se sabe, por intermédio da literatura e da história acerca dos povos indígenas são contados a partir da reflexão de não-indígenas, pois não foi dado o direito de voz aos índios. Dessa feita, cabe refletir que, assim como o discurso de Caminha existe e é conhecido por todos, sabe-se, de fato, a visão do homem branco, europeu, sobre os indígenas. Contudo, qual foi a visão do índio sobre o branco? A esta pergunta nunca se terá resposta.

O que se está discutindo, agora, é: já que existe uma visão centralizada (determinada, sobretudo, pela visão predominante à época, ou centralizadora) também deveria existir uma visão da margem, ou o oposto ao centro. Acerca do fato, Hutcheon (1991, p. 86) denomina ex-centro:

Quando o centro começa a dar lugar às margens, quando a universalização totalizante começa a desconstruir a si mesma, a complexidade das tradições que existem dentro das convenções – como, por exemplo, as de gênero- começam a ficar visíveis (Derrida 1980; Hassan 1986). A homogeneização cultural também revela suas rachaduras, mas a heterogeneidade reivindicada como contrapartida a essa cultura totalizante (mesmo que pluralizante)

não assume a forma de um conjunto de sujeitos individuais fixos (cf. Russel 1985, 239), mas, em vez disso, é concebida como um fluxo de identidades contextualizadas: contextualizadas por gênero, classe, raça, identidade étnica, preferência sexual, educação, função social, etc.

É exatamente dessa dicotomia que se trata o pós-modernismo. Ninguém tem por objetivo acabar com a visão do centro, mas oferecer a visão do ex-centro, ou das margens. Tal visão sempre existiu, mas lhe foi negada pela história. Voltando, agora, à imagem do índio à época de Caminha, encontra-se uma imagem de estranhamento, vista aos moldes do homem branco, pois eram “pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas” (1962, p.01). Mas, o que será que o índio achou daquele estrangeiro que era branco, com muitas roupas em um sol escaldante?

Dessa questão, ainda negando a visão daquele índio, mas sem deixar de oferecer sua visão, Oswald de Andrade parodiou:

Erro de português  
Quando o português chegou  
Debaixo duma bruta chuva  
Vestiu o índio  
Que pena!  
Fosse uma manhã de sol  
O índio tinha despido  
O português.  
(ANDRADE, 2000, p.9)

Ao se comparar a visão do índio sob esses dois pontos, nota-se disparidades culturais, principalmente ao se analisar as formas de vestes de um sob o olhar do outro.

Caminha tem uma escolha de leitor, a saber: um homem europeu do século XVI, e escreve tendo em vista seu público e, também lhe dá margem para expor suas próprias ideias, afinal escreve a um destinatário com a mesma visão. Da mesma forma, Andrade também escreve para o público delimitado que está em volta de toda a revolução cultural provocada pelo Movimento de 1930. Entretanto, nem o autor, nem o leitor, mesmo em se passando quatro séculos, entre Caminha e Andrade, são os índios. Estes continuam como o ex-cêntrico.

Acerca do índio na formação da literatura brasileira,

Não é de se estranhar, portanto, que na consolidação de nossa identidade literária surja, de um lado, a necessidade de delimitar uma identidade própria à cultura brasileira e, de outro, um



parâmetro externo como baliza formativa, ou seja, a utilização do exótico e do pitoresco como elementos de singularização da “cor local”. (PEREIRA, 2016).

Sendo assim, no próprio processo formativo da literatura brasileira foram feitas diversas visões do índio, mas todas vistas aos olhos do homem branco e, ainda, aliadas aos caracteres externos da visão estética da arte que vigorava pelos modelos europeizantes.

Entretanto, à visão do pós-modernismo, aqui não se trata de se opor a nenhuma das visões, mesmo não sendo à luz do índio, não se pretende desdizê-las, mas somente oferecer uma outra visão:

O romance fez o mesmo, e também o inverso. Ele faz parte da postura pós-modernista de confrontar os paradoxos da representação fictícia/histórica, do particular/geral e do presente/passado. E, por si só, essa confrontação é contraditória, pois se recusa a recuperar ou desintegrar qualquer um dos lados da dicotomia, e mesmo assim está mais do que disposta a explorar os dois. (HUTCHEON, 1991, p. 142)

Sendo assim, neste espaço cabe oferecer a visão do indígena Asurini neste processo de afogamento literalmente formado de suas lendas e visões, enfatizando a noção da postura do próprio, oferecendo a ele o que é de direito: o seu lugar de fala.

### **3. Eu, Asurini: a visão de um povo**

A seguir, apresenta-se algumas das lendas Asurinis, assim como a versão de um ancião acerca da grande cheia.

**O Torô** (Waramui Asurini)- professor de língua materna Asurini na escola local. Essa é a história do ratinho que entrou na mulher e se transformou em uma criança, ele furou a barriga da mãe e, quando saiu, ela morreu. Então, quando ele nasceu, cresceu bem pouco e começou a perguntar pela mãe dele. As pessoas diziam “não, tua mãe morreu de acidente” até que falaram a verdade que foi ele quem matou a própria mãe.

Então, mesmo ele sendo pequeno, quando era para fazer roça, ele crescia, virava homem grande e derrubava. Tudo isso era para a avó dele, quem o criou. O mesmo era para fazer farinha, carregava mandioca, ficava grande e depois voltava a ficar pequeno. Assim, ele fazia o trabalho para a avó dele.

Torô é um tecido tipo matapi, que serve para pegar camarão, mas o Torô é para pegar peixe. As pessoas aqui também pegam peixe com cacuri. Agora, tudo mudou, alguns pegam peixe de malhadeira, de arco e flecha ou de anzol. Mas, ainda pegam de arco e flecha.

#### **O Torô 2- Seu Sanixá Asurini (ancião – 78 anos)**

O Torô era um ratinho bem pequenininho que foi crescendo na barriga da mãe, ate

que nasceu.

Nasceu, se formou, mas era um ratinho e depois virou gente. Então, devido a morte da mãe, o Torô foi criado pelos avós.

Ele sempre perguntava:

- Como foi que minha mãe morreu?

Os avós sempre diziam que era uma doença que a tinha matado, mas ele ficava desconfiado, achava que não era isso e que estavam escondendo algo dele. Um dia, os avós resolveram contar a verdade:

- Foi você que saiu da barriga da sua mãe e furou a barriga dela e morreu.

- Quer dizer que fui eu que matei minha mãe?

Mas sempre que era para fazer um serviço o avô levava Torô lá na roça que ele de criança, ficava altão.

**Mahíra**

Mahíra era um carrapato. O carrapato era o deus Mahíra.

Um dia ele subiu na castanheira e a mulher disse:

- Tu não vai levar a peconha?

- Não, não precisa.

E Mahíria subiu. Quando chegou lá em cima, no galho alto da castanheira, foi andando sem se segurar em nada. Foi andando bem, apanhando castanha, e gritava para a mulher dele:

- Já está bom?

- Não sei, tu que sabe.

- Não, vou apanhar mais.

E apanhava mais. Até que achou que já estava bom. E Mahíria disse à mulher:

- E lá vai eu!

- Não, Mahíria, tu vai cair para morrer.

- Não fica com medo de mim, não.

Então, ele apanhou a folha de castanheira e botou no peito dele e veio descendo na folha da castanheira. Essa é a história do carrapato, a história de Mahíria.

### **A grande cheia**

Essa barragem foi construída em 74, em 79 acabaram a construção. Nessa época, nós morávamos lá na beira do rio. A aldeia primeira era lá. Lá que é a aldeia velha. Quando a água veio e encheu isso tudinho.

Nós perdemos tudo o que tinha lá na beira. Perdemos milho, melancia, mandioca, marca de arroz. Perdemos até o rádio amador. Que é um rádio de transmissão. Perdemos tudo e corremos para cá. Viemos de barco. Depois disso daí, fomos utilizar essas coisas da Eletronorte. Até hoje estamos esperando que façam alguma coisa pela gente. Depois dessa daí (a enchente), foi a estrada daí de Cametá (BR 422), esse linhão, que veio a indenização e nós recebemos essa casa aqui.

Entrevistador: Houve pessoas mortas?

Sanixá: Uns 4.

Entrevistador: Como foi?

Sanixá: Pegou a doença da água. Foi assim.

Entrevistador: Lá na beira tinha um cemitério?

Sanixá: Sim, e foi alagado. A divisa dele fica bem na beira do rio. Daí, nós fomos trabalhar, começar a fazer roça aqui para o nosso futuro, se não os índios iam morrer de fome.

Entrevistador: A plantação era para vender lá na cidade?

Sanixá: Primeiro, nós vendíamos. Quando morava lá na beira, vendia. Que nós tínhamos barco também que a água levou de novo. Levava uns 100 sacos de farinha para vender em Tucuruí. Melancia foi plantada também e levada para vender em Tucuruí. Se não vender os índios morrem de fome.

Entrevistador: E quanto a cultura? Você sentiu algum problema com o contato, vocês moram perto da BR agora. Você sente impacto na sua cultura.

Sanixá: A cultura começou assim. Quando nós era primeiro que morava lá. Nós fazíamos dança das crianças. Festa de mingau, de jacaré.

Entrevistador: Me explique como funcionam essas festas.

Sanixá: Festa de jacaré é mais complicado, a de mingau é mais fácil. Tem festa de taboca também. Taboca é um bambu que é soprado. O Caju (liderança Asurini) sempre faz a cultura soprando taboca.

Entrevistador: Desde lá já havia as festas?

Sanixá: Tinha antes, mas agora nós estamos fazendo de novo. Passamos um tempo sem fazer, mas agora chegou a hora de fazer de novo.

Entrevistador: O que fez vocês fazerem de novo? (sem resposta)

Sanixá: Quando nós ficamos muito triste, pensando em nossa cultura, nós fazemos festinha de mingau, de taboca.

Entrevistador: Quanto tempo vocês passaram sem fazer essas festas?

Sanixá: Uns dez anos. Nós amanhecemos com nossa cultura, dançando e comendo najá. Conhece? Fui eu que plantei. O cacique sempre fala: vamos fazer cultura, nossa festa, nossa brincadeira, porque depois que nós já estamos velho e morrer nossa cultura, daí vocês vão viver igual branco.

Entrevistador: Os jovens gostam?

Sanixá: Eles gostam, sempre dançam a taboca deles, mas a gente não força.

### **Considerações Finais**

Discutiu-se, neste estudo, acerca do processo de resgate de lendas e narrativas da identidade Asurini. Verificou-se o quanto é prejudicial para a cultura do povo essa aproximação com o homem branco.

Por intermédio da rememoração, verificou-se o resgate da memória, como acontece

no Torô, que é contado por um ancião (Sanixá) e também foi reproduzido pelo Waramuí (professor) quase que de forma fidedigna. A partir de então, depreende-se que, mesmo em meio de transformação espacial, ainda se verifica a contação de histórias, o que contribui para a manutenção da história Asurini.

Tal visão do índio, sendo ele mesmo, é importante para que os outros olhem o Asurini pela sua própria visão, e não a partir da lente do centro. Portanto, este trabalho se apresenta como um ex-cêntrico.

## Referências

- ANDRADE, Oswald de. Obras completas, volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorai, 2003.
- BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- BURKE, Peter. O que é história Cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara (Org.). Contribuições para o Inventário da Língua Asurini do Tocantins: Projeto Piloto para a Metodologia Geral do Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Brasília: Laboratório de Línguas
- CASTRO PEREIRA, Danglei de. Tensões culturais na formação da identidade brasileira: confluências. Revista Humanidades, Fortaleza, v. 31, n.1, p. 86-100, jan/jun. 2016.
- CANDAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2016.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade. 5. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- CASCUDO, Luís da Câmara. Literatura oral no Brasil. São Paulo: Global, 2006.
- ELIOT, T.S. Notas para a definição de cultura. São Paulo: Editora Realizações, 2011.
- FOUCAULT, Michel. Lembrar, escrever e esquecer. São Paulo. ed. 34, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.
- HUTCHEON, Linda. A poética do pós-modernismo: história, teoria/ ficção. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.
- HAVELOCK, Eric. A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais. São Paulo: UNESP, 1996.
- \_\_\_\_\_. A musa aprende a escrever. Lisboa/Portugal: Gradiva, 1996.
- \_\_\_\_\_. Prefácio a Platão. Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papiros, 1996.
- MCLUHAN, M. A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Nacional, 1977.
- \_\_\_\_\_. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1979.
- ONG, Walter. Oralidade e Cultura Escrita. Trad. Enid Dobránszky. Campinas: Papiros, 1998.
- TORRANCE, Nancy. Cultura e oralidade. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995.



# **Porto do Mocajutuba: perfil socioeconômico de uma comunidade diante das alterações socioambientais**

## **Porto do Mocajutuba: perfil socioeconômico de uma comunidade diante das alterações socioambientais<sup>1</sup>**

Allan Rodrigues Costa<sup>2</sup>  
Carlos Eduardo Marques Mendes<sup>3</sup>  
Carlos Maycon Almeida Santos<sup>4</sup>  
Joice de Souza Nunes<sup>5</sup>  
Mariana Arouche Vieira<sup>6</sup>  
Paloma França Castro<sup>7</sup>  
Elio de Jesus Pantoja Alves<sup>8</sup>

PET Conexões de Saberes – Comunidades Populares,  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, Maranhão

### **Resumo**

O estudo apresenta um perfil socioeconômico da comunidade de Porto do Mocajutuba, Paço do Lumiar-MA; aponta como as atividades de pesca artesanal e extrativismo costeiro, a base da produção local, têm sofrido com alterações socioambientais que colocam em questão a continuidade do trabalho familiar nestas atividades. A partir da aplicação de questionários e entrevistas com moradores, o estudo identifica a importância da pesca e do trabalho feminino no extrativismo marinho na renda familiar, assim como, permitiu reconstituir aspectos da história da comunidade, recorrendo à memória de antigos moradores. Aspectos como parentesco, vizinhança em geral caracterizam o critério na organização do trabalho familiar e no modo de vida. A pesquisa identificou a falta de políticas públicas para os pequenos produtores artesanais e perda de autonomia diante da expansão empresarial na pesca. Como fatores de alterações socioambientais o estudo aponta: especulação imobiliária, poluição de manguezais, de rios piscosos, acarretando o problema da segurança alimentar.

**Palavras-chave:** Pesca artesanal, Extrativismo costeiro, Comunidade, Ambiente.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no GT 2: "Memórias, histórias e lutas por reconhecimento" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

<sup>2</sup>Bolsista do grupo PET Conexões Comunidades Populares e discente do curso de Comunicação Social – Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: allanpotter.arc@gmail.com.

<sup>3</sup>Bolsista do grupo PET Conexões Comunidades Populares e discente do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: cseduardomarquess@gmail.com.

<sup>4</sup>Bolsista do grupo PET Conexões Comunidades Populares e discente do curso de Letras - Espanhol da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: carlosmaycon96@outlook.com.

<sup>5</sup>Voluntária do grupo PET Conexões Comunidades Populares e discente do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: Joice.souza@discente.ufma.br.

<sup>6</sup>Bolsista do grupo PET Conexões Comunidades Populares e discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: avmariana@outlook.com.

<sup>7</sup>Egressa do grupo PET Conexões Comunidades Populares, bacharel do curso de Comunicação Social - Relações Públicas e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: paloma.fracastro@gmail.com.

<sup>8</sup>Tutor do grupo PET Conexões Comunidades Populares e Prof. Dr. do Departamento de Ciências Sociais e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (Orientador). E-mail: eliopantojalves@gmail.com.

## **Introdução**

Porto do Mocajutuba é uma comunidade rural que pertence ao município de Paço do Lumiar (MA) e de acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010), este município tem aproximadamente 105.121 habitantes, distribuídos em 126,803km<sup>2</sup>. A comunidade se formou nas margens do rio Paciência (MA), sendo este de importância crucial para as atividades pesqueiras e de extrativismo marinho, tendo em vista a existência de uma vasta área de manguezais em suas margens até as proximidades da comunidade que fica entre os bairros de Pindoba, Cumbique e Pirâmide que também compõem o município.

Paço do Lumiar é um dos municípios que compõem a Ilha do Maranhão, nome oficial da grande ilha também chamada de Upaon-Açú (Ilha Grande) denominada pelos povos indígenas que aqui habitavam antes dos colonizadores, sendo constituída por um arquipélago com mais de cinquenta ilhas onde estão os municípios de São Luís (onde se localiza a cidade de São Luís, capital do Maranhão), São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. (Estado do Maranhão, 2004 apud Alves, 2016).

Porto de Mocajutuba é formada principalmente por famílias que vivem da pesca artesanal. A produção pesqueira tanto fluvial quanto costeira é de grande importância para a economia amazônica, e no Maranhão as comunidades pesqueiras litorâneas e ribeirinhas apresentam uma diversidade muito grande e com variações regionais.

### **Foto 01 – Embarcação chegando no porto da comunidade**



**Fonte: Arquivo do PET Comunidades Populares (2018)**

### Foto 02 – Braço de mangue na comunidade



**Fonte: Arquivo do PET Comunidades Populares (2018)**

A produção pesqueira artesanal em geral se organiza segundo a mão-de-obra familiar, como também apresentar uma divisão do trabalho mais simples. Trata-se de uma modalidade que tem capacidade operacional reduzida das embarcações e dos meios de trabalho, equipamentos (pequenas embarcações - vela, motor, remo - e materiais de pesca mais simples e manualmente manipulados). Nesta modalidade se usa “tecnologias artesanais”, como as canoas ou barcos de pequeno porte, linhas, anzóis, redes de espera ou de lance, tarrafas, dentre outras, ou armadilhas, como covos e cercos. (Begossi, 2004).

O universo da pesca artesanal, ainda pode ser mais diversificado se considerarmos as diferenças no ambiente onde a pesca é praticada, desde a prática de açudes e lagos até os rios, igarapés e pesca marítima, e ainda, considerando a questão da salinidade da água, água doce, água salgada, etc, o que modifica as formas e instrumentos de pesca, tipo de embarcação, etc, exigindo do pescador distintas formas de saberes que são aprendidos na prática cotidiana que também se orientam por relações sócias, padrões de comportamento constituídos num “ethos” próprio do ser pescador (Maldonado, 1993).

No caso da pesca artesanal é importante destacar que se insere também nesta modalidade o extrativismo marinho, incluindo a mariscagem que é um importante incremento da produção familiar para subsistência e para o mercado local. Dessa forma, a pesca artesanal não se restringe à captura das espécies de peixes, mas consiste numa atividade complexa que envolve também o beneficiamento e comercialização da produção envolvendo mulheres e jovens em todo o processo. Dessa forma, destacamos a importância que ganha o trabalho familiar e a presença feminina, tanto na mariscagem, como no processo de beneficiamento do pescado e dos produtos do extrativismo. Em Porto do Mocajutuba a mariscagem faz parte desse “ethos” porque é uma atividade indissociável da pesca, uma vez que os diferentes membros das famílias acionam múltiplos saberes



construídos na prática cotidiana do trabalho, seja na pesca marítima, seja nas atividades de extrativismo como apontam estudos realizados em comunidades de pescadores lavradores na Amazônia, a exemplo das famílias de “tiradores de caranguejo” no litoral do Pará (Alves, 2003).

Dessa forma, estas características nos permitem, a grosso modo, distinguir basicamente a pesca artesanal da modalidade industrial que opera com equipamentos mais sofisticados e com uma divisão social mais verticalizada do trabalho na qual os pescadores não têm o mesmo controle na produção, além de que nesta modalidade as operações de pesca com uso de máquinas de arrastão provocam efeitos deletérios ao ambiente na medida em que a captura das espécies não ocorre de forma seletiva.

A pesca artesanal contribui com 11% nas atividades do valor adicionado da Agropecuária (8% de participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto) com grande importância para a economia maranhense, principalmente com o volume produtivo de peixes tanto de pescado de rios e açudes (Tambaqui, Tambacu, entre outros) (IMESC/MA, 2016), assim como o pescado produzido pela frota artesanal marítima que tem uma grande diversidade nas espécies conforme os ambientes e nas modalidades de captura, tal como indicam os pescadores entrevistados de Porto de Mocajutuba.

Embora não tenha a visibilidade que lhe é devida, é um setor produtivo relevante para o abastecimento das feiras livres da grande ilha. De acordo com os dados do PIB 2016 no Maranhão, o município de Paço do Lumiar ocupava o 8º lugar no ranking de maior participação na atividade econômica, conforme informações da (APU) Administração Pública, Defesa e Seguridade Social. (IMESC/MA, 2016).

Neste contexto, a pesca em Porto do Mocajutuba se torna relevante por se constituir num entreposto pesqueiro a partir do seu mercado de peixe onde a produção é concentrada com um fluxo diário de comercialização que atrai comerciantes, clientes e moradores locais e de outras áreas da grande ilha.

A comunidade organiza festejos e eventos para fomentar a economia local, através da divulgação e valorização do extrativismo marinho, em destaque o importante Festival do Caranguejo, a Festa da Tainha, entre outros festejos religiosos que ocorrem anualmente. Associada às atividades de pesca e ao extrativismo, na comunidade também se destaca o artesanato de casca de sarnambi que também é utilizada em construção civil.

Uma observação importante na economia local é articulação da pesca e extrativismo com a pequena agricultura local, bem como criação de animais de pequeno porte e de aves nos quintais, bem como a coleta de frutas, sendo estas voltadas para a subsistência e de grande importância para a alimentação das famílias.

Do ponto de vista organizacional, muitos pescadores estão associados no Sindicato dos Trabalhadores da Pesca Artesanal e Aquicultura e na Cooperativa de Pescadores que recebe grande parte da produção e comercializa localmente, bem como comercializa com outras empresas (restaurantes, hotéis, mercados, entre outros)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Dados os limites do levantamento realizado e da suspensão da pesquisa de campo, bem como de documentos nas organizações locais, não foi possível obter informações mais detalhadas sobre a organização sindical e a sua dinâmica de atuação, assim como da Cooperativa. Outra questão que ficou pendente foi um estudo mais detalhado sobre a presença das mulheres na pesca e no extrativismo, assim como nas organizações.

## 2. Percurso da pesquisa e procedimentos metodológicos

Há cerca de três anos o Programa Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes Comunidades Populares da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), vem desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão na comunidade do Porto do Mocajutuba. O conteúdo aqui exposto é resultado de um levantamento socioeconômico preliminar através da aplicação de questionários semi-estruturados direcionados aos pescadores/extrativistas locais em diferentes momentos durante o ano de 2019.

O questionário foi aplicado pelos membros Adryely Almeida Costa, Allan Rodrigues Costa, Carla Cristina Barros Pinheiro, Elio de Jesus Pantoja Alves, Leidiane Lainy Silva Pereira, Larissa Samantha Curvelo Pereira, Mariana Arouche Vieira, Mateus da Silva Sousa, Priscila Praseres Nunes e Valéria Silva Siqueira no dia 25 de maio de 2019, com 14 trabalhadores da pesca/extrativismo marinho, com idade entre 20 e 87 anos, sendo a média 53 anos. A coleta de dados se deu no período da manhã, passando por alguns pontos-chaves da comunidade, como a Praça do Porto e a rua Principal e na localidade denominada de Pedreiras. Entre a atividade da manhã e à tarde, a equipe se reuniu para avaliar o resultado do trabalho e planejar os próximos passos.

O documento foi composto por 26 questões divididas em 4 seções. A primeira seção é reservada a perguntas sobre o perfil dos entrevistados contendo perguntas de identificação: nome, idade, e quanto tempo ingressou na pesca e com quem aprendeu a realizar. A segunda é composta por questões relacionadas à pesca, aos instrumentos utilizados e as modalidades da prática. A terceira é constituída por questões sobre extrativismo marinho/mariscagem, referente às espécies mais capturadas e as dificuldades apresentadas ou não em cada local de pesca. A quarta e última seção possui perguntas sobre o associativismo relativas ao dinamismo das associações e filiações dos pescadores, enquanto representação política de sua classe e perante presença, qual seria a importância para sua vida.

### Fotos 03, 04, 05 e 06

#### Aplicação dos questionários na comunidade pelos membros do grupo.





**Fonte: Arquivo do PET Comunidades Populares (2019)**

A pesquisa aqui descrita pode ser definida como exploratória pelo seu caráter de aplicação de um questionário que foi testado com uma amostragem restrita visando muito mais traçar um perfil para estabelecer maiores detalhes e delimitação dos objetivos. Segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa proporciona familiaridade com o problema, sendo recomendada quando o tema escolhido é pouco explorado. Por esse prisma a equipe optou por uma abordagem mais qualitativa da pesquisa, devido ao reduzido número de questionários. Entretanto, a sondagem permitiu inferir um conjunto de questões a serem exploradas.

Como Silveira e Córdova (2009, p. 31) destacam, esse tipo de abordagem busca “[...] explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos.” E isto, na avaliação da equipe, permitiu obter uma visão panorâmica da realidade, principalmente sobre os principais problemas enfrentados e aspectos a serem explorados nas fases posteriores. E ainda de acordo com Prodanov e Freitas (2013) o procedimento deste tipo é recomendado quando temos o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar.

Como parte da metodologia a equipe realizou leituras de textos de sensibilização metodológica sobre a pesquisa de campo. Iniciou-se com o exercício do olhar antropológico a partir do texto “O trabalho do antropólogo” de Cardoso de Oliveira (1998), em seu primeiro capítulo “Olhar, ouvir e escrever”. Posteriormente, foi discutido um roteiro de questões do questionário e feitos alguns ajustes, seguidos da aplicação de um questionário de teste que foi sendo adaptado com sugestões para flexibilizar as perguntas de forma a não fechar muito e possibilitar a abertura, observada a necessidade de ir ajustando conforme as informações.

Com a ênfase sobre o perfil sócio-ocupacional da comunidade e sobre a problemática ambiental, o resultado da aplicação, embora limitados, se mostrou positivo diante do que se pretendia. Os questionários foram complementados com observações, registros



audiovisuais, fotografias, diálogos informais, notas em diários e entrevista sobre a história local com antigos moradores, incluindo aqui também questões relativas aos problemas ambientais que dificultam as atividades e como estas questões são percebidas quando comparadas com períodos anteriores. Em função da pandemia em 2020, as atividades foram suspensas, entretanto, as informações obtidas nos permitem caracterizar a comunidade e seus problemas mais emergentes.

### **3 Resultados e discussão**

A pesca para os moradores da comunidade do Porto do Mocajutuba é o principal meio de sustento e alimentação, assim como a extração de mariscos como o sarnambi e o sururu, além da captura de sirí e principalmente de caranguejo. Estes recursos, entretanto, são percebidos como ameaçados por entupimento de canais e igarapés provocado por construções, aterramentos e descida de barro de construções para o manguezal e rios na região que também têm sofrido com a contaminação. Isto suscita uma questão fundamental que é a soberania e a segurança alimentar.

A pesca vem sendo fortalecida comercialmente, mas por grupos familiares de empresários da região. Os pescadores falam da redução crescente da pesca e perda da capacidade de se manter autônomos. A escassez da produção está associada a um conjunto de fatores, dentre estes, o avanço das empresas que operam em escala industrial com a qual os pequenos pescadores não podem concorrer e disputam os mesmos pontos que ficam cada vez mais distantes. Isto tem gerado perda da autonomia e um processo de precarização do trabalho, na medida em que os pescadores passam a trabalhar para um “patrão”, concentrando-se em grandes famílias da região que possuem barcos e os meios de trabalho, equipamentos, etc.

Um aspecto importante que a pesquisa revela preliminarmente é o trabalho da mulher no processo produtivo, mas esta participação não se observa ainda no âmbito político de seu reconhecimento. Caberia verificar nos próximos passos a participação da mulher no Sindicato. A mulher está presente em algumas atividades da pesca, mas está da mesma forma sendo reconhecido esse trabalho? Por que? As autoras Goes e Cordeiro (2018, p. 91) comentam sobre a participação da mulher no setor pesqueiro.

Há uma forte divisão sexual do trabalho no setor pesqueiro, cabendo aos homens as atividades mais valorizadas socialmente e de maior ganho monetário. A divisão sexual do espaço associa aos homens as atividades em alto-mar que são caracterizadas como aquelas que exigem coragem, força e bravura, e, conseqüentemente, somente pode ser realizada pelo homem pescador.

A pesca marítima principalmente é uma atividade predominantemente masculina, justificado por dimensões que de modo geral se referem à divisão sexual do trabalho. Por outro lado, a mulher tem protagonismo no beneficiamento do pescado para auto-consumo e isso pode



ser explorado na perspectiva da divisão sexual do trabalho. Em registros complementares, a pesquisa aponta que ambos os sexos exercem a mesma função no quesito de extração de mariscos em grandes bancos de areia e em áreas de mangue. Já os filhos, incluindo as crianças participam das atividades de extrativismo auxiliando as mães e/ou pais em viagens pesqueiras pequenas. Ainda de acordo com Goes e Cordeiro (2018, p. 91):

Não diferentes dos homens, as mulheres trabalham desde criança e participam de toda a cadeia produtiva do pescado: captura de espécies, beneficiamento do pescado e comercialização. Entretanto, por conta das relações sociais de sexo, as mulheres são destinadas prioritariamente às atividades que devem ser realizadas em associação ao trabalho doméstico. Iniciam suas atividades de pesca na praia, lagoa ou mangue e terminam no espaço doméstico. São jornadas intensas, condições difíceis, pouco ganho monetário e menos valoradas socialmente. Independentemente das atividades que elas realizam no setor pesqueiro, não são poupadas do trabalho doméstico. Fofocas e maledicências são usadas para que as mulheres não questionem a divisão sexual dos espaços na pesca.

Sendo assim, entre os dados obtidos pelo questionário de levantamento do perfil socioeconômico dos moradores da comunidade do Porto do Mocajutuba, 85,7% dos entrevistados relataram que iniciaram a prática da pescagem/mariscagem desde criança e alguns não souberam responder com precisão a idade que iniciaram tal atividade, sendo que somente três destes nasceram na comunidade. Os demais, que são oriundos de outros lugares do Maranhão como Barreirinhas, São José de Ribamar e Tutóia e de outros estados como o Piauí, residem no Porto em média há 36 anos. No que tange à escolarização, somente 9 pessoas frequentaram a educação básica, 2 o ensino médio e 3 pessoas não foram escolarizadas.

Porto do Mocajutuba apresenta características que se assemelham às demais comunidades pesqueiras do Brasil, obviamente resguardando suas particularidades, pois, se localiza na região metropolitana de São Luís, com um modo de vida distinto pela relação que estabelecem de forma direta com os recursos naturais que exploram, bem como pelo fato de que grande parte da produção pesqueira volta-se para a subsistência das famílias (Diegues, 1983; Alves, 2016; 2003).

Isto nos permite também observar a relação com o território que é percebido a partir do trabalho e de vida coletiva, onde o ambiente, a cultura, a história são aspectos compartilhados e indissociáveis entre as gerações, o que confere distinções da visão e da lógica exclusivamente mercantil e capitalista. Santos (2007, p. 96) chama atenção que o território “é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”.

Durante a pesquisa os apontamentos Cardoso de Oliveira (1998) nos orientaram

para o exercício do trabalho de campo sobretudo pela importância da observação e escuta, o que nos sensibilizou para registrar informações importantes que escapam ao observador desatento àquilo que a pesquisa exige. Com as orientações do olhar e do exercício do ouvir, nossa percepção da realidade se torna mais inteligível no ato da pesquisa, dessa forma, isto nos disciplina para a percepção e para o entendimento do que queremos compreender, mas como diz Cardoso de Oliveira (1998, p. 15): [...] será no Escrever que o nosso “pensamento” se exercitará da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo quanto próprio das ciências voltadas à construção da teoria social [...].

A partir do levantamento feito aos entrevistados foram apontados os tipos de pescados mais comuns como: Bagre, camarão, peixe pedra, tainha, peixe prata, pescada. Como dito antes baseando-se em Maldonado (1993) o pescador e seu universo de trabalho têm um “ethos” que envolve saberes, confiança, e fundamentalmente, o fator sorte, isto porque “nem toda maré está pra peixe”, por isso, a pesca exige um conhecimento, um saber. Durante as entrevistas registramos parte de um depoimento de um pescador que nos falou em tom de brincadeira que na pesca se “vai na sorte”, nos ensinando que para ter “sorte” numa pescaria é preciso driblar os desafios que o mar apresenta e respeitar seus segredos, incluindo as variações sazonais e o comportamento dos cardumes.

A variedade de espécies, o tamanho, a quantidade de pescados, entretanto, são variáveis que na percepção de alguns pescadores, têm reduzido bruscamente, o que se coloca como desafios para a comunidade pesqueira. Ademais, há uma desvalorização do trabalho do pescador que está na base da cadeia produtiva, pois este vende por um preço baixo para o atravessador. Eles alertam para a questão da poluição do mar como fator de redução da quantidade e qualidade dos peixes, que vem interferindo diretamente na produção. Além disso, há muitos barcos atuando na região o que afugenta os cardumes e os pescadores menos equipados operam com capacidade reduzida de equipamento e de embarcação.

Pelas informações do levantamento, muitos pescadores não estão associados a nenhuma entidade ou coletivo de participação política no âmbito pesqueiro e os que declararam participação mencionaram a “Colônia dos pescadores”, “Sindicato dos pescadores”, “Associação dos pescadores” e “Colônia Z12”.



**Fonte: Arquivo do PET Comunidades Populares (2018)**

Relataram também que essas entidades foram importantes em suas vidas, pois colaboraram com a garantia de aposentadoria e demais direitos de sua classe. Mesmo aqueles não associados reconhecem a importância de “Permanecer na legalidade” por causa dos direitos.

Mesmo com as lutas de movimentos e organizações dos pescadores artesanais no Brasil, caso do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e suas vertentes estaduais, as conquistas ainda são muito limitadas considerando a importância que este segmento tem para o setor alimentício no Brasil, sobretudo, pelo valor nutricional e em termos de saúde alimentar que o pescado representa.

Após anos de lutas, em 2003, a Lei 10.779 regulamentou o seguro desemprego no valor de um salário-mínimo para esses profissionais e somente em 2009 a pesca artesanal no Brasil passa a ter definições sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, prevista na Lei n. 11.959 de junho de 2009. No Art. 8º apresenta as classificações como I - comercial: a) artesanal: tangente no regime de economia familiar, pescador autônomo ou profissional com meios próprios de produção e/ou mediante parcerias. Silva e Leitão (2012, p. 03) pontuam em seu artigo que,

Apesar de ser reconhecido, pelo Governo Federal, que, aproximadamente, 60% (sessenta por cento) do pescado nacional seja proveniente da atividade da pesca artesanal (Ministério da Pesca e Aquicultura - 2010), a regulamentação da atividade é recente e incipiente. [...] considerada a ausência de garantias sociais fundamentais aos trabalhadores dessa tão importante quanto desgastante profissão.

Na mesma Lei, entretanto, a condição das mulheres extrativistas não é propriamente considerada, uma vez que para reconhecimento profissional de pescadora é necessário comprovação de contexto familiar contendo pai, filho ou esposo na condição de pescador. [...] às mulheres não é conferido o status de pescadora, mas de auxiliar do homem na atividade pesqueira [...] (Silva e Leitão, p.2, 2012). Notemos como tanto no universo da organização pesqueira, assim como no âmbito normativo o trabalho feminino não somente não é reconhecido, como é também invisibilizado, embora como observamos no trabalho, a importância da mulher no processo produtivo e sobretudo, nas atividades fundamentais da produção e reprodução familiar.

Numa sociedade marcada pelas estruturas patriarcais, o trabalho da mulher é quando não desconsiderado, é colocado em segundo plano que sistematicamente exercem um poder que incide diretamente nas relações desiguais de gênero, impondo à mulher uma condição subalternizada. Um machismo intrínseco, enraizado, que tira a mulher do centro e a coloca como auxiliar, “aquela que ajuda”: subsidiária. Ademais, a Lei, reforça os estereótipos e o preconceito de gênero do universo masculino que para ser inserida a mulher deve ter um marido, filho ou pai pescador, em seu contexto familiar, para então poder exercer tal função.

O exercício da autonomia da mulher no contexto estudado é um desafio primordial, e que passa necessariamente pela capacidade organizativa para a sua autonomia e reconhecimento de seu trabalho. No litoral maranhense a prática extrativista de sarnambi, sururu, ostras e a diversidade da mariscagem que a mulher se faz presente é uma realidade que precisa ser visibilizada, como esta visibilidade também precisa ser politicamente mobilizada. Elas desempenham a função primordial nesta prática, além da jornada no processo de beneficiamento e preparo dos alimentos oriundos da pesca para suas famílias, por isto, este trabalho da mulher não é algo complementar ao trabalho do homem, mas tão importante quanto, justamente por ser fundamental na reprodução social do grupo familiar. Embora nas entrevistas o extrativismo e a mariscagem apareçam como algo complementar e explicados pela divisão do trabalho, cabe às pesquisas aprofundar nas questões dessa invisibilidade e desnaturalizar os estereótipos e preconceitos que aliás são ratificados pelas normativas exemplificados na Lei acima mencionada. Isto porque numa sociedade onde mulheres são violentadas, quando não assassinadas, se faz necessário um debate acerca de direitos. E que as mulheres de Porto de Mocajutuba possam ser reconhecidas e exercer seus direitos enquanto trabalhadoras, autonomamente.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões aqui apresentadas, como dito, resultam de experiências de pesquisas exploratórias, portanto, com claros limites de generalização devido ao reduzido universo da amostragem. Entretanto, a ideia foi a partir do material coletado levantar questões e traçar um perfil, por assim dizer, obter uma visão panorâmica para que numa retomada posterior poder aprofundar. A pandemia provocada pelo Covid-19 em 2020 escancarou as desigualdades sociais, e sobretudo, para as famílias de pescadores de Porto de Mocajutuba, assim como as famílias das classes trabalhadoras do Brasil, que mesmo diante dos perigos da pandemia, muitas, não estão tendo a oportunidade de escolha, precisam e vão à luta para obter renda e alimento para os seus.

Esta pesquisa para além de seus possíveis resultados traduzidos em dados, números, nos proporcionou falar da vida, compartilhar experiências, gerar reflexões. Pensar o que é uma comunidade, nos remete aos ensinamentos de Bauman, e saber o quanto esse termo é complexo diante da diversidade de comunidades, muitas vistas como “obstáculos” ao império do crescimento econômico.

Traçar um perfil de Porto de Mocajutuba, foi uma forma de perceber a riqueza do modo de viver possível da comunidade. Trilhamos pela dinâmica de trabalho para tentar estabelecer alguns parâmetros. Dialogamos com pessoas que enveredaram pelos caminhos da pesca. Desse universo fazem o sustento de suas famílias, extraem, pescam, capturam, mariscam, numa interação que se confunde vida, trabalho e ambiente. Trabalho para obtenção de renda e trabalho para obtenção alimentar, sobretudo. O trabalho é universo que se entrelaça com memória passada e presente. Histórias de vida, de partida e chegada, se misturam com tradições que trazem de onde vieram e fincaram em Porto do Mocajutuba, agora, seu contexto de vida. A pesquisa atentou para estas memórias vividas que se traduz no presente.



A inserção é muito cedo na pesca, principalmente os homens que não tiveram oportunidade de frequentar escola. No entanto, aprenderam a arte de pescar com os mais antigos e na prática. Também, verificamos que a minoria tem seu trabalho regularizado e/ou é associada no Sindicato. Ainda assim, os não associados reconhecem a importância de ser associado. Em geral o levantamento aponta preocupações com o futuro da pesca porque é notória a escassez dos recursos cada vez mais e atribuem aos fatores ambientais e falta de políticas voltadas para este setor.

No horizonte do mar, sob o sol, sob a chuva e tempestades, nas reentrâncias dos bosques de mangues, na força corporal investida na manivela, em cada remada, em cada levantada das velas e na fé que move a coragem desses homens e dessas mulheres que noite e dia lutam pela vida, celebramos a esperança, porque há sede de justiça, silenciada, mas não morta.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, E. de J. P. Do mangue à casa: família e trabalho na economia do caranguejo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2003.
- ALVES, Elio de Jesus Pantoja. 2016. Modos de vida, territórios e uma cidade em questão: resistências políticas de comunidades rurais no município de São Luís – Maranhão, Brasil. L'Ordinaire des Amériques [En ligne], 221, mis en ligne le 18 novembre. Disponível em: <http://orda.revues.org/3178>; DOI: 10.4000/orda.3178. Acesso em: 19 mar. 2021.
- BEGOSSI, A. Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Huicitec: Nepam/Unicamp:Nupaub/Usp: Fapesp, 2004. p. 322.
- BOULLOSA, Clarissa Pinto, BITTENCOURT, Camila Ribeiro, RIBEIRO, Renato Pereira, MENDONÇA, Isabela dos Santos, COSTA, Clarissa Lobato da. A prática da pesca artesanal em Mocajituba - Paço do Lumiar, Maranhão. In: CONGRESSO NORTE, NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO. (VII CONNEPI). Anais... Palmas, Tocantins, 2012.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1998. O Trabalho do antropólogo. Brasília/São Paulo: paralelo Quinze/ Editora da Unesp. p. 220.
- DIEGUES, A.C. O mito moderno da natureza intocada. 5ª Ed. São Paulo: HUCITEC (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, USP). 2004. p.161.
- GOES, Lidiane; CORDEIRO, Rosineide. A mulher pescadora no cotidiano da pesca artesanal. Psicol. rev. (Belo Horizonte). 2018, vol.24, n.3, p. 778-796.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MALDONADO, S. C. Mestres & Mares: Espaço e indivisão na Pesca Marítima. São Paulo, ANNABLUME, 1993.
- IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: período 2010 a 2016, v. 2, n. 1. São Luís: IMESC, 2005. p. 37
- Instituto de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico 2010. Panorama da população de Paço do Lumiar. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/paco-do-lumiar/panorama>>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2013, p. 274.
- SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009. und. 2, p. 31-42.
- LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. DA SILVA, Vera Lucia. A Regulação Jurídica da Pesca Artesanal no Brasil e o Problema do Reconhecimento do Trabalho Profissional das Pescadoras. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. UFPB. 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/view/230>> Acesso em: 13 mar. 2021.
- STUMPF, Ida Regina Chitto. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). Métodos e técnicas da pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. cap. 3, p. 51-61.

**Pedagogia Histórico-Crítica,  
Educação Ambiental e Movimentos  
Sociais: reflexões a partir de uma  
aula de campo na Praia de Camburi  
(Vitória - ES)**

## **Pedagogia Histórico-Crítica, Educação Ambiental e Movimentos Sociais: Reflexões a partir de uma Aula de Campo na Praia de Camburi (Vitória-ES)<sup>1</sup>**

André JACINTHO<sup>2</sup>

Antônio Donizetti SGARBI<sup>3</sup>

Israel David de Oliveira FROIS<sup>4</sup>

Ludovico Muniz LIMA<sup>5</sup>

Swami Cordeiro BÉRGAMO<sup>6</sup>

Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

### **Resumo**

Nosso propósito com esta pesquisa é analisar como a ação educadora é capaz de problematizar junto a adolescentes as contradições socioambientais promovidas pelo modo de produção em que multinacionais (Vale S.A. e ArcelorMittal S.A.) estão inseridas. Para tanto, consideramos o caso da praia de Camburi, situada no município de Vitória, ES, ao lado da Ponta de Tubarão, espaço que congrega um complexo siderúrgico-portuário e que está inserido em um contexto global de produção. Nossa análise ocorre a partir de uma aula de campo realizada com adolescentes frequentadores da Paróquia Nossa Senhora das Graças, em Vitória, pela Associação dos Amigos da Praia de Camburi (AAPC), uma Organização Não-Governamental que denuncia as problemáticas geradas pela atuação das indústrias de mineração na capital capixaba. Em termos metodológicos, este trabalho apresenta caráter qualitativo com observação participante. As ações foram realizadas em quatro etapas: preparação de uma aula de campo sobre o ambiente a partir de uma caminhada na Praia de Camburi; caminhada na praia, orientada pelos pesquisadores e por um membro da AAPC; avaliação da atividade e busca de caminhos para a superação das contradições percebidas; e discussão para aprofundar a percepção sobre as questões socioambientais, tudo sob o enfoque da Pedagogia Histórico-Crítica.

**Palavras-chave:** Pedagogia Histórico-Crítica; Educação Ambiental; Movimentos Sociais; Aula de Campo.

### **Introdução**

Nosso propósito com esta pesquisa é analisar como a ação educadora é capaz de problematizar, junto a adolescentes, as contradições socioambientais promovidas por multinacionais (Vale S.A. e Arcelor Mittal S.A.) em um território. Para tanto, tomamos o caso da praia de Camburi, município de Vitória-ES, ao lado da Ponta de Tubarão, que é parte de

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no GT4 Trabalhos Científicos e Relatos de Experiências "povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

<sup>2</sup>Mestre em Ensino de Humanidades pelo IFES, email: andretcho@gmail.com

<sup>3</sup>Doutor em Educação pela PUC/SP, Professor do PPGEH/Ifes, email: antonio.sgarbi@ifes.edu.br

<sup>4</sup>Mestre em Ensino de Humanidades pelo IFES, email: israelfrois@gmail.com

<sup>5</sup>Mestre em Ensino de Humanidades pelo IFES, email: ludovicomuniz@yahoo.com.br



um complexo siderúrgico-portuário. Esse, a partir de nossa reflexão/ação local, pode ser percebida como inserida em um contexto global de produção.

Nossa análise parte de uma aula de campo realizada pela Associação dos Amigos da Praia de Camburi (AAPC) com adolescentes membros da Paróquia Nossa Senhora das Graças, em Vitória. A AAPC é uma Organização Não-Governamental (ONG) que denuncia e critica os impactos das indústrias de mineração na capital capixaba. Buscamos entender como as ações da comunidade local, dos movimentos sociais, da mídia e do Estado interferem na maneira como as empresas situadas no Complexo Industrial de Tubarão lidam com as questões ambientais. A partir dessas observações, definimos que nossa pesquisa deve assumir uma perspectiva histórico-crítica, na tentativa de superar os reducionismos e apriorismos da compreensão adolescente e o das pesquisas positivistas.

Este trabalho apresenta caráter qualitativo com observação participante. As ações foram realizadas em quatro etapas: preparação de uma aula de campo sobre o ambiente a partir de uma caminhada na Praia de Camburi; caminhada na praia, orientada pelos pesquisadores e por um membro da AAPC; avaliação da atividade e busca de caminhos para a superação das contradições percebidas; e discussão para aprofundar a percepção sobre as questões socioambientais, tudo sob o enfoque da Pedagogia Histórico-Crítica.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: a) apresentamos, em linhas gerais, as bases da Pedagogia Histórico-Crítica; b) abordamos a interface entre movimentos sociais, em especial a “Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce” e a Educação Ambiental (EA) Crítica; c) apontamos a metodologia do trabalho realizado; e por fim, descrevemos e discutimos tal trabalho sob a luz da Pedagogia Histórico-Crítica.

### **As bases da Pedagogia Histórico-Crítica**

Fundamentada no materialismo histórico-dialético, a Pedagogia Histórico-Crítica assenta-se em um arcabouço teórico robusto, capaz de subsidiar a proposta de uma educação transformadora, na busca pela apropriação dos itens culturais historicamente construídos pela humanidade, mas que foram negados às classes e aos grupos menos favorecidos. Assim, trataremos da relação entre educação e trabalho, para, em seguida, versar sobre os momentos articulados dialeticamente da metodologia de ensino, a saber: prática social inicial; problematização; instrumentalização; catarse; e prática social.

A interação da humanidade com a natureza é a práxis da existência humana. Na perspectiva marxista, esta práxis, este processo de humanização, se dá através do trabalho ou, nas palavras de Foster (2014) pelo metabolismo social. Por meio do trabalho o ser humano se desenvolve fisicamente (mãos com polegares opositores, laringe e cabeça) e intelectualmente (linguagem, símbolos e atividades cerebrais) (ANTUNES, 2004). Desse modo, a formação humana a partir do trabalho, tido como ação transformadora sobre a natureza, desenvolve-se de forma integral, omnilateralmente (DELLA FONTE, 2020).

Com este homem em processo de humanização, geração após geração, percebermos que grandes transformações foram feitas na natureza. Estas, fruto da ação

humana, criaram o espaço social, isto é, espaço gerado quando a ação do homem reage à natureza. Em suma, pode-se dizer que o relacionamento homem-natureza cria um espaço que é “marcado pela ação transformadora do ser humano de tal modo que a natureza se fez humana e o ser humano se fez natural” (VALE; MAGNONI, 2012, p. 102). Nota-se aí, uma relação dialética Homem-Natureza que é entendida em um processo de realidade, de totalidade aberta (KONDER, 1984), ou seja, em constante movimento histórico.

Podemos dizer, então, que a natureza humana foi constituída historicamente por meio do trabalho, visto que o homem “no lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la” (SAVIANI, 2008, p.11). Nessa transformação, ocorre a produção da existência humana em bases materiais (produção/trabalho material) e trabalho não material. Este último refere-se aos “conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades” (SAVIANI, 2008, p. 12), ou seja, a produção do saber produzido pelo homem ao longo da história. Assim, nota-se que o processo educacional é característico dos seres humanos. Porém, a partir da divisão social do trabalho e da apropriação das fontes de produção privadas, o trabalho torna-se alienado e o direito a elementos culturais clássicos da educação passaram a ser segregados pelas classes, frações de classes e grupos dominantes em detrimento dos dominados.

Diante desse contexto de alienação e segregação, a pedagogia Histórico-Crítica coloca-se em uma postura revolucionária de buscar, por meio de instrumentos teóricos, subsidiar uma leitura crítica e dialética da realidade que supere a aparência e se aproxime da essência do real, para, assim, avistar um horizonte de transformação dessa realidade.

No que tange a importância da apropriação do conteúdo, Saviani (2009), indica que é fundamental a compreensão da valorização dos conteúdos clássicos serem apropriados de forma viva e crítica, pois “se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores” (SAVIANI, 2009, p. 50). Nesse sentido, “[...] dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação” (SAVIANI, 2009, p. 51). Entende-se, então, a educação é compreendida como mediação no seio da prática social e, portanto, “cabe possibilitar que as novas gerações incorporem os elementos herdados de modo que se tornem agentes ativos no processo de desenvolvimento e transformação das relações sociais” (SAVIANI, 2008, p. 143).

Posto isso, vejamos como se articulam os cinco momentos no processo de ensino-aprendizagem na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. Saviani (1992) afirma que o ponto de partida, assim como o ponto de chegada é a prática social. Além disso, o autor em destaque aponta que a articulação entre os cinco momentos ocorre de forma dialética, buscando “compreender as determinações que se ocultam sob as aparências dos fenômenos que se manifestam empiricamente à nossa percepção (SAVIANI, 2015, p.36)”. Apropria-se, então, do método marxiano que trata a dialética como espiral em movimento histórico, entendendo que a prática social é percebida como a síntese das relações sociais em um dado momento da história.

Observa-se que a prática social é compreendida, inicialmente, sincreticamente pelos estudantes e sinteticamente pelos professores, numa síntese ainda precária (SAVIANI, 2001). Cabe, assim, ao professor, em seu planejamento, pensar em elementos necessários a serem desenvolvidos e relacionados com os problemas da realidade social que necessitam ser resolvidos (problematização). Ao identificar estas necessidades cabe ao professor centrar-se na instrumentalização teórico-prática via conceitos e conteúdos que serão escolhidos, disponibilizados aos estudantes e mediados para que se tornem instrumentos para apreensão da prática social (instrumentalização). Assim, tanto os estudantes quanto os docentes passarão por um processo de análises e sínteses, que possibilitará uma maior elaboração quanto à realidade concreta (catarse). O momento catártico é “o ponto culminante do processo educativo, já que é aí que se realiza [...] a passagem da síncrese à síntese [...] (SAVIANI, 2001, p. 82)” por meio das análises. Ambos, estudantes e professores, chegarão a um patamar cada vez maior de compreensão da prática social, visto que o processo é contínuo. Depreende-se, assim, que estes momentos não devem ser entendidos como estanques ou meramente sequenciais. Por se tratar de um método pautado na dialética marxista, deve-se entendê-los como “momentos articulados num mesmo movimento, único e orgânico (SAVIANI, 2001, p.85)”.

Adiante abordamos a importância da perspectiva contra-hegemônica que envolve os movimentos sociais e a EA Crítica no processo de desvelamento das contradições socioambientais e de vislumbre de transformação da realidade.

### **Movimentos sociais e Educação Ambiental Crítica**

A rede produtiva neoliberal (multinacionais industriais, energéticas, do agronegócio e do extrativismo mineral), coadunada a estados nacionais e órgãos reguladores internacionais, vem levando cada vez mais pessoas ao redor do mundo a “situações ambientais limite”. Um número crescente de territórios, em especial o eixo “colonizado” do mundo, vem sofrendo com os efeitos ambientais dessas atividades produtivas, que, com o poder público, pouco encontram limites jurídico-institucionais que regulem o risco socioambiental e econômico de sua produção para a população.

Nesse cenário, apenas uma educação ambiental (EA) com direção crítica ao modus operandi tem coerência e relevância na composição de uma contra-hegemonia. Assim, debruçamo-nos na EA Crítica (LOUREIRO, 2003; 2016; TOZONI-REIS, 2007) que, como na Pedagogia Histórico-Crítica, sustenta-se no arcabouço do materialismo histórico-dialético. A EA crítica tem como objetivo problematizar, criticar e desvelar a realidade de modo a fornecer vias para a superação da lógica destrutiva desse modelo civilizatório-societário vigente. Ao refutar os modelos de EA hegemônicos que partem o “[...] o real em seu movimento contraditório, por entendê-las como formas constitutivas das relações alienadas capitalistas [...]” (LOUREIRO; TOZONI-REIS, 2016, p. 71), a EA Crítica busca a superação da visão aparente da realidade para a sua transformação.

Há muitos movimentos sociais organizados que pautam a questão ambiental em suas

ações. No campo e nas cidades brasileiras, por exemplo, a luta pela humanidade plena de muitos, passa pela melhoria na qualidade do ar, pelo acesso à água, por uma agricultura sem agrotóxico. É fundamental que, na perspectiva da EA Crítica, os trabalhadores da educação estejam próximos a estes movimentos, fomentando e mediando junto a eles, a conscientização da sociedade a respeito destas questões.

Exemplo desse diálogo, temos a ‘Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce’, ocorrida em 2016, no Espírito Santo e Minas Gerais, na bacia do Doce, devido a maior tragédia ambiental da história do país: o rompimento da barragem de rejeitos minerais de Fundão, Bento Rodrigues-MG, da Samarco, Vale e BHP Billiton. A Caravana objetivou “produzir leituras compartilhadas sobre a tragédia-crime, analisar seus impactos, mobilizar ações de denúncias e reivindicações, e apontar saídas de desenvolvimento territorial mais justas e sustentáveis na região” (CARTA POLÍTICA, 2016).

Instrumento político-pedagógico do movimento agroecológico no Brasil, as Caravanas Territoriais são, segundo a Carta Política da Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce (2016): viagens de aprendizados, intercâmbios e construção de laços de solidariedade e luta política, que exercitam um olhar conjunto e popular a respeito do território, situando contradições, potencialidades e desafios na construção de uma nova sociedade pautada na agroecologia, na reforma agrária, na saúde coletiva, na economia solidária, na luta das mulheres, no respeito ao conhecimento dos povos e comunidades tradicionais (CARTA POLÍTICA, 2016).

Sentida a necessidade de uma mobilização ampla face à tragédia-crime, a Caravana territorial do Rio Doce reuniu movimentos sociais como o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MST (Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra), comunidades atingidas pelos rejeitos, veículos de comunicação, lideranças indígenas e instituições de ensino como UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), criando uma rede de comunicação e denúncia das ‘situações limite’ observadas ao longo da caravana, bem como construindo encaminhamentos para seguir lutando por direitos e por justiça socioambiental.

A exemplo da Caravana Territorial do Rio Doce, a Associação dos Amigos da Praia de Camburi (AAPC), vem realizando ações educacionais a respeito das práticas das mineradoras VALE S.A. e Arcelor Mittal Tubarão, a fim de conscientizar a população dos crimes e demais contradições ambientais causadas pelas mesmas em suas seis décadas de existência. Acompanhamos uma dessas ações e passamos a descrevê-la a seguir.

### **Percurso Metodológico**

A investigação em tela é de natureza qualitativa e pode ser classificada como uma pesquisa participante na esteira de Thiollent (2014), Brandão (2014), Weller e Silva (2014), Carrillo (2014) entre outros. Como técnicas foram utilizadas a observação participante, a entrevista e a discussão em grupo que se aproximou do modelo de “grupos focais”. As



ações foram realizadas em quatro etapas: preparação de uma aula de campo sobre o meio ambiente a partir de uma caminhada na Praia de Camburi em Vitória-ES; caminhada na praia, orientada pelos pesquisadores e por um membro da AAPC; avaliação da atividade e busca de caminhos de solução para os problemas de poluição vistos no local e discussão para aprofundar a percepção sobre as questões socioambientais. Todos os momentos da pesquisa foram traçados tendo em vista uma ação pedagógica crítica, ou seja, a pedagogia Histórico-crítica e os conceitos de EA Crítica. Assim, os dados colhidos foram analisados à luz deste referencial.

Os participantes da pesquisa, 12 (doze) adolescentes, com idades entre 11 e 14 anos, que congregam na Paróquia Nossa Senhora das Graças, cuja matriz fica perto do IFES - Campus Vitória. Foi feita uma proposta a coordenadora do grupo de desenvolver uma ação pedagógica sobre EA, tema que estava listado entre aqueles escolhidos pelos próprios adolescentes para discutir durante o ano.

Diante deste entendimento propôs-se uma ação que tinha como ponto alto uma caminhada pela região norte da praia de Camburi - que segundo a AAPC, é intensamente afetada ecologicamente pela atividade produtiva do porto de Tubarão e da mineradora VALE - a fim de mostrar àqueles adolescentes uma faceta da praia desconhecida da maior parte dos moradores da cidade. O desafio posto era problematizar a praia de Camburi a partir de sua condição ambiental e os elementos que influenciam esta condição.

### **Descrição das atividades à luz da Pedagogia Histórico-Crítica**

Antes da caminhada, os estudantes foram instados a questionar a situação ambiental que os cerca. Após esse questionamento os alunos foram instados a produzir uma redação sobre a praia de Camburi e a poluição. Com essa redação pretendeu-se mobilizar os alunos para a construção do conhecimento a partir de sua leitura da realidade. As redações mostraram que os jovens possuíam uma compreensão sincrética da realidade. Percepção essa, que não ultrapassava o senso comum e as informações veiculadas nos grandes meios de comunicação.

Segundo Saviani (1992) a prática social inicial dos educandos é o ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem. Assim, pretendeu-se com essa atividade, perceber qual a relação que os jovens mantinham com a praia e as empresas, qual a relação desses objetos com a sua vida cotidiana. Nessa perspectiva, começamos pela prática social, tal qual a pedagogia histórico-crítica nos aponta como caminho para a educação e passamos a problematizar a questão ambiental a fim de levantar as principais questões pertinentes à praia de Camburi e a Ponta de Tubarão.

Os alunos foram, então, levados a caminhada promovida pela Associação dos Amigos da Praia de Camburi (AAPC). Antes de iniciar a caminhada, foi realizada uma breve introdução da proposta da caminhada. O pesquisador apresentou o integrante da AAPC que iria monitorar a atividade junto ao grupo, que fez um breve comentário sobre as ações da AAPC, em especial na conscientização sobre a poluição na praia de Camburi (lixo, esgoto,

atividades do complexo portuário de Tubarão etc). Neste momento podemos marcar a problematização da temática como elemento central da atividade, logo em seguida, iniciou-se a caminhada.

Durante a caminhada o presidente da associação realiza a “instrumentalização” trabalhando alguns conteúdos sobre EA com os estudantes. Essa atividade consiste na articulação teórico-prática sistemática do conteúdo por parte do educador e por meio do interesse dos estudantes (SAVIANI, 1992). Ainda durante o percurso, os jovens foram provocados sobre os prejuízos causados ao meio-ambiente pela ação empresarial. Foram ainda alertados sobre as mudanças que afetam a fauna, a flora e a sociedade. Vários questionamentos foram feitos no percurso, à medida que descobriam novas paisagens e peculiaridades daquela região da praia, até então inédita para eles. Nesse processo de descobertas é impossível delimitar exatamente onde começa a catarse e termina a instrumentalização (SAVIANI, 1992).

Na semana posterior à caminhada, os alunos foram convidados a discutir suas impressões sobre a ação pedagógica e depois discutir e escrever algumas ações possíveis para enfrentar o problema da poluição na praia, com essa atividade, pretendeu-se observar como o objeto passa a ser compreendido depois de todo o percurso da pesquisa.

As redações mostraram que as posições iniciais se alteraram, mas os alunos ainda não conseguiam perceber o contexto global em que estão inseridas as indústrias, a sociedade e a discussão sobre o meio ambiente. Com isso foi proposta uma quarta atividade, no sentido de aprofundar a questão social. Seria como recomeçar o percurso da pesquisa, pois entendemos que o processo de ensino-aprendizagem, a partir de Saviani (1992), como um processo dialético e, por isso, de contínua apropriação da essência da realidade.

Na análise do primeiro encontro após a caminhada percebeu-se que a discussão ficou em termos periféricos e que as impressões registradas pelos participantes não revelaram o que realmente todos pensavam. Percebeu-se esta questão ao ouvir um participante que disse algo como: eu não gosto de discutir este assunto de “meio ambiente” porque isto gera conflito com as empresas, que são importantes para gerar empregos”. Este foi o ponto de partida para elaboração do segundo encontro. Tendo como objetivo aprofundar a discussão direcionando-a para a questão dos conflitos ambientais, foi preparado um pequeno texto que serviu de roteiro para as perguntas que aconteceriam conforme o desenvolvimento das discussões.

Um pesquisador mediador, auxiliado por dois outros, dirigiu, como moderador, uma dinâmica de grupo. A dinâmica deu-se na forma de um debate em círculo, que começou no momento em que o moderador da dinâmica questiona os demais participantes sobre suas impressões sobre a caminhada pela praia de Camburi. O debate prosseguiu, a partir da dialogicidade, com a perspectiva de refletir sobre as conexões feitas entre aquela paisagem da praia de Camburi e suas problemáticas à um circuito temático maior de relações de produção que permeiam do local ao global em uma dinâmica industrial capitalista. O objetivo

foi problematizar estas relações capitalistas de produção a partir da temática ambiental (LOUREIRO, 2003).

À medida que o grupo prosseguiu no debate, surgiram palavras-chave ao redor das quais adensaram-se as reflexões. Estas palavras surgiram tanto por parte dos pesquisadores quanto por parte dos educandos. Embora o grupo tenha compreendido 10 (dez) educandos, apenas 5 (cinco) manifestaram-se abertamente, mais à vontade. Assim segue algumas das palavras e frases que marcaram o debate: Poluição, ação ambiental, desmatamento, sustentabilidade, educação, Capital, riqueza, Indústria, estudo, aprendizado, meio ambiente, respeito etc.

Estas foram as palavras que marcaram as diversas perspectivas surgidas no debate a respeito das relações de produção e o meio ambiente. A dialogicidade com a qual o grupo construiu o debate permitiu a troca de saberes a respeito do tema do meio ambiente por parte de educandos e educadores presente. Ficou evidente um posicionamento inicial da maioria dos educandos, ligado ao discurso do desenvolvimento sustentável promovido pelas grandes empresas poluidoras. Na busca de problematizar esta perspectiva a partir da instrumentalização, os mediadores interviram em momentos pontuais, com algumas contextualizações histórico-geográficas e exemplos das atividades produtivas surgidas no debate tais como a mineração (no caso da Vale e Samarco), o agronegócio e produção de alimentos e o monocultivo silvícola, expondo os conflitos étnico-sociais-ambientais decorridos de tais atividades.

Ao decorrer de todo o debate, o grupo mostrou-se de modo geral, consciente da relação global dos modelos produtivos e das indústrias poluidoras, bem como da necessidade de uma atuação rumo à modelos alternativos de produção. Revelaram-se, no entanto, dois posicionamentos, que se mantiveram ao final do círculo de debate, aos quais podemos chamar de “fatalistas” em relação à temática. O primeiro, de que devemos nos concentrar em mitigar as consequências de um modo de produção incontornável, insuperável. O segundo, o de valorização dos países da Europa em detrimento do Brasil. Tais posicionamentos ficam evidentes quando nos deparamos com frases como: “temos que conciliar as duas coisas. Valorizar a empresa [Vale] e fazer uma ação ambiental: limpar a praia, plantar árvores. Nós também temos que pensar na poluição que produzimos. Nunca vi sair da chaminé da Vale um saco de plástico. A poluição é uma consequência.” E no segundo: “O Brasil poderia fazer igual a Inglaterra. Se a fábrica poluir ela é fechada”; “No Brasil a maioria das pessoas não se preocupam com isto.”

Tais posicionamentos indicam a necessidade de um trabalho contínuo de problematização temática junto aos educandos para que haja realmente uma conscientização crítica capaz de refletir e agir orientados a transformação da sociedade. A proposta histórico-crítica, por trabalhar através da dialeticidade e da dialogicidade exige esta continuidade como práxis educativa de um fazer permanente.

### **Considerações conclusivas**

Ao final da atividade, podemos concluir que a ação educativa proposta a partir da perspectiva histórico-crítica, realizada de forma dialógica com o grupo de educandos,

provocou um debate no qual o tema ambiental foi problematizado, possibilitando uma compreensão do contexto ambiental da praia de Camburi atrelado a uma dinâmica global de relações de produção. Foi fundamental para a realização da proposta a participação da AAPC, sinalizando a importância da atuação de movimentos sociais organizados na defesa do ambiente e na elaboração de práticas educativas transformadoras, em especial para nós, no que tange a EA Crítica.

O entendimento da relação entre as atividades industriais e a política, se deu na medida em que conseguimos problematizar junto aos alunos, a frágil aplicação da legislação ambiental por parte dos órgãos reguladores, percepção esta propiciada pela experiência de campo, que nos coloca diante da visível contradição entre o discurso de sustentabilidade ambiental propagado pela grande mídia junto a empresas (VALE), e a realidade ambiental pela qual passa o entorno do complexo portuário de Tubarão.

A permanência, por parte dos educandos, de uma perspectiva na qual este modelo de desenvolvimento é insuperável, indica a necessidade de um trabalho contínuo de educação crítica, compreendendo que a perspectiva histórico-crítica embora potente para a problematizar a realidade, deve se dar a partir de uma atuação permanente, já que a transformação em si, é um processo dialético sempre em movimento, em fazer-ser.

## Referências

- ANTUNES, Ricardo (org.). A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular e pesquisa participante. In: STRECK, Danilo R.; SOBOTTKA, Emil A.; EGGERT, Edla (Org). Conhecer e transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional. Curitiba: CRV, 2014. p. 39 - 74.
- CARRILLO, Alfonso Torres. Vigencia y perspectivas de la investigación participativa. In: STRECK, Danilo R.; SOBOTTKA, Emil A.; EGGERT, Edla (Org). Conhecer e transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional. Curitiba: CRV, 2014. p. 75 - 84.
- CARTA POLÍTICA DA CARAVANA TERRITORIAL DO RIO DOCE. 16 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/2016/04/26/carta-politica-da-caravana-territorial-do-rio-doce/>> Acesso em: 24 maio 2016.
- DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação omnilateral e a dimensão estética em Marx. Curitiba: Appris, 2020.
- KONDER, Leandro. O que é dialética. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. Ambiente e Educação, Rio Grande, n. 8, p. 37-54, 2003.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Teoria Social Crítica e Pedagogia Histórico-Crítica: contribuições à educação ambiental. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 33, p. 68-82, 2016.
- SAVIANI, D. Escola e Democracia. 26.ed. Campinas: Autores Associados, 1992.
- \_\_\_\_\_. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 10.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- \_\_\_\_\_. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015.
- THIOLLENT, Michel. Pesquisa-ação e pesquisa participante: uma visão de conjunto. In: STRECK, Danilo R.; SOBOTTKA, Emil A.; EGGERT, Edla (Org). Conhecer e transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional. Curitiba: CRV, 2014. p. 15 - 26.
- TOZONI- REIS, Marília Freitas de Campos. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO, Carlos F. B. (org.). A questão ambiental no pensamento crítico. Rio de Janeiro: Quartet, 2007, p. 177-222.
- VALE, José Misael Ferreira do; MAGNONI, Maria da Graça Mello. Ensino de geografia, desafios e sugestões para a prática educativa escola. Ciência Geográfica – Bauru – XVI – Vol. XVI – (1): Janeiro/Dezembro – 2012.
- WELLER, Wivian; SILVA, Catarina Malheiros da. In: STRECK, Danilo R.; SOBOTTKA, Emil A.; EGGERT, Edla (Org). Conhecer e transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional. Curitiba: CRV, 2014. p. 15 - 26.



**Questão Agrária e Lutas Sociais:  
formas de organização e resistência  
do Movimento dos Trabalhadores  
Rurais Sem Terra – MST na luta  
pela terra**

# Questão Agrária e Lutas Sociais: Formas de organização e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na luta pela terra

Aylana Cristina Rabelo SILVA <sup>1</sup>  
Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA

## Resumo

Este trabalho expõe resultados da análise da relação entre a questão agrária e as lutas sociais pela terra e possui como referência empírica o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Essa discussão explicita que embora se diversifique as investidas do capital e o acirramento das expressões da questão agrária, os trabalhadores rurais têm engendrado estratégias de organização e resistência, na construção e reconstrução de uma luta que almeja para além do acesso a terra, a efetivação de políticas públicas e direitos fundamentais historicamente conquistados, que lhes assegurem a produção da existência material. Considerando que suas demandas sinalizam para a superação de contradições estruturais do modo de produção hegemônico, a luta do Movimento em tela materializa esforços e estratégias delineando um percurso de protestos e lutas por outra sociabilidade.

Palavras chaves: Questão agrária. Organização política e resistência.

## 1. Introdução

Este trabalho consiste em uma análise acerca das formas de resistência e organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no âmbito do estado do Maranhão, sob a égide da ideologia neoliberal, momento em que há um acirramento das expressões da questão agrária, conferido ao campo a partir da expansão e solidificação do agronegócio. Com frequência, o Maranhão encabeça a lista dos estados com os piores indicadores sociais do país. No campo, a histórica concentração de capital em poucas mãos deixou como herança um acentuado quadro de desigualdades. Dos ciclos econômicos que legaram períodos de riqueza ao estado, ao agronegócio – a faceta mais moderna de acumulação de capital no campo – observamos o avanço de um tipo de desenvolvimento que não favorece as classes mais pobres, mas que a ameaça, expropria e mata. Constantemente, ocorre o aumento e a concentração de conflitos, violências e novas territorialidades (SODRÉ, 2015).

Concebemos a questão agrária sob o prisma de sua configuração histórica e a partir de um conjunto que engloba as desigualdades entre as classes sociais. Enfatizamos o movimento de inserção e consolidação da ideologia neoliberal no campo, que acarreta no aumento e diversificação dos modos de subordinação e precarização dos trabalhadores rurais, bem como expropriação e expulsão destes de suas terras e ainda a produção não de alimentos, mas a transformação da produção agrícola em produção de mercadorias.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Nesse contexto, as formas de resistências deverão transcender uma simples somatória de atos, buscando abranger uma quantidade cada vez maior de sujeitos para a construção de um projeto orgânico e assim, somarem com uma maior intensidade na dinâmica de correlações de forças no modo de produção hegemônico. Tal movimento só é viável se houver um processo de amadurecimento na construção da organização, a partir da consciência de classe, ou seja, percurso fundamental para superar uma resistência composta por ações imediatas e fragmentada.

Dentre as diversas formas de organização, estão os movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Esse Movimento se formou no Maranhão no contexto em que se agravou a entrada do capital estrangeiro e os grandes projetos no âmbito rural. Momento em que o neoliberalismo no Brasil ganha vigor com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Assim, as consequências do avanço do capital estrangeiro nas relações sociais no campo foi uma de suas preocupações, tornando-se um movimento cuja composição se dá pela necessidade de uma instância que possa discutir e organizar as mobilizações em prol da garantia do direito a terra, além disso, em busca por uma sociedade em que além do acesso, também assegure às condições necessárias de sobrevivência por meio da produção e reprodução na terra.

Ressaltamos que esta elaboração pertence a uma pesquisa mais ampla, que se encontra em andamento, no formato de dissertação no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e regional, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

## **2. A LUTA PELA TERRA: gênese do MST no Brasil e suas particularidades no estado do Maranhão.**

Na realidade brasileira, no íterim de 1967 a 1969, o governo do general Costa e Silva, o movimento estudantil e as greves operárias despontaram com todo entusiasmo no país, enquanto no campo, a expansão do capitalismo fez dilatar a miséria, a acumulação e a aglutinação de riqueza. Esse processo modificou o meio rural com a mecanização e a industrialização, concomitantemente a modernização tecnológica de algumas esferas da agricultura. Também desapropriou e repeliu da terra os trabalhadores rurais, culminando no crescimento do trabalho assalariado (FERNANDES, 2000).

Ainda nessa época, iniciou-se uma política de colonização da região Amazônica, pois o discurso oficial era que havia terras em abundância no aguardo de colonizadores. Assim, “os governos militares prepararam inúmeros planos para a “ocupação” da região, com isso matava dois coelhos: ocupava espaços vazios e ‘resolvia’ os conflitos” (MORISSAWA, 2001, p. 100). A política de colonização foi motivada, ainda pela preocupação do governo com a guerrilha do 97 Araguaia.

Contudo, a região já se encontrava sob o domínio de grupos empresariais estrangeiros que realizavam largas aplicações. E a política de “ocupação” ainda desconsiderava as populações que ali habitavam, como os indígenas e os caboclos. Além dos grandiosos

projetos governamentais como usinas hidrelétricas, utilização de minérios e construção de rodovias que envolviam uma articulação com empresas privadas, engendrava um exorbitante processo de expropriação de terras.

Esses grandes projetos agropecuários na Amazônia equivaleram a grande devastação do meio ambiente. Foram violentos e frenéticos desmatamentos. Diversos segmentos saíram lesados desse processo, como: os pequenos proprietários, os posseiros, os castanheiros, garimpeiros e seringueiros, além dos indígenas, que perderam uma significativa quantidade de suas terras. Tribos foram deslocadas, ou até mesmo expostas a doenças infectocontagiosas levadas pelos novos habitantes, alguns até convertidos em mão de obra banais pelos latifundiários, outros até mesmo tendo sido executados.

Entretanto, mesmo perante excessiva coibição das organizações políticas camponesas, a luta pela terra permaneceu em todo o território brasileiro. E, foram essas lutas, em diferentes regiões que colaboraram e culminaram na formação do MST, sendo assim a gênese desse movimento: “É fruto do processo histórico da resistência do campesinato brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela terra [...]” (FERNANDES, 2000, p. 46). Uma das referências históricas dessa luta aconteceu em maio de 1978, quando índios Kaingang da Reserva indígena de Nonoai, que vinham resistindo desde 1972 com o apoio do Conselho Indigenista Missionário – CIMI deram início ao processo de retomada do seu território, e para isso “[...] resolveram expulsar as 1.800 famílias de colonos-rendeiros que viviam naquelas terras.” (FERNANDES, 2000, p. 51).

A referida reserva, com aproximadamente 15 mil hectares, foi reconhecida pelo governo federal desde 1847. Na década de 1960, contava com aproximadamente 400 famílias de arrendatários, sendo que esse quantitativo aumentou em torno de 1200 famílias, na década de 1970. Algumas dessas famílias foram para as glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, terras estas pertencentes à fazenda Sarandi. As ocupações iniciaram de forma modesta, contando com em torno de 30 famílias. Logo após, chegando próximo de 300. No entanto, “[...] frente ao fato o Governo enviou o Secretário de agricultura para cadastrar estas famílias, prometendo assentá-las [...]” (FERNANDES, 2000, p. 51). A outra parcela das famílias foi deslocada para o Parque de Exposição de Esteio, adjacente a Porto Alegre. Os trabalhadores conseguiram uma audiência com o governador, em agosto de 1979. E, diante às suas solicitações, o governo pleiteou um prazo de 30 dias para responder às questões postas. Conquanto, não houve intervenção alguma, restando aos sem terra a ocupação. A partir daí iniciaram o processo de mobilização dos acampamentos e discussões sobre os pormenores da ocupação. Assim:

Entre as decisões tomadas, estavam a formação de comissões de base e de representantes e um abaixo-assinado ao governador reivindicando o assentamento no estado, nas glebas Macali e Brilhante, que pertenciam à antiga fazenda Sarandi e haviam sido griladas. Caso não fossem atendidos, os sem – terra fariam a ocupação (MORISSAWA, 2001, p. 124).

Ao dia 31, final do mês de agosto, após interventores saírem do local, e, ainda que tenham assolado parte do acampamento, foram vencidos pela luta e resistência dessas famílias, evidenciando uma “[...] prova concreta de que a resistência e a persistência eram as armas que o modelo econômico e a política dos militares não puderam vencer” (FERNANDES, 2000, p. 59). Em fevereiro de 1982, a CPT realizou sua V Romaria da Terra, os acampados sugeriram à CNBB a compra de uma área em Ronda Alta. Após tanta resistência, o governo desapropriou inúmeras áreas para assentar as famílias. E, uma parca quantidade ficou assentada na área adquirida pela Igreja, que ficou sendo chamada de Nova Ronda Alta.

Logo, o MST surge no Sul do Brasil, por encontrar um local propício ao seu desenvolvimento, visto que nessa região do país se encontrava a maior concentração de trabalhadores rurais e estava sobre a influência da modernização agrícola por conter várias extensões territoriais e latifúndios. Sendo assim:

[...] os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive (STÉDILE, 2000, p. 17).

Mesmo que o embrião do MST tenha sido no Sul do país, o Movimento não ficou restrito a essa região específica. Os processos organizativos se expandiram para estados como o Maranhão. Pertinente à gênese do MST no Maranhão, Delgado (2010, p. 22) destaca que:

O MST se constituiu a partir da Amazônia Legal maranhense em meados de 1980 no âmbito do processo de organização do MST em todo país. Constitui-se no enfrentamento à expansão do latifúndio e expropriação dos trabalhadores camponeses no estado. Desde então, este movimento se consolidou no estado e tem lutado pela construção de novas relações sociais no campo, tendo como perspectiva a transformação social.

Iniciou-se na década de 1980 a constituição do MST nesse estado, sob a influência de lideranças que estavam presentes no primeiro congresso do MST, sendo alguns desses: Manuel da Conceição, Vila Nova, Denise Leal e Mara Góes, bem como lideranças nacionais,



com objetivo de contribuir na construção do movimento, vieram para o Maranhão, tais como: Ademar Bogo, João Pedro Stédile (MIRANDA, 2003).

O surgimento do MST no Maranhão não foi um evento inesperado e aleatório, mas um processo gradativo, que em meio a um contexto de lutas do movimento sindical e demais movimentos sociais, transformou-se num processo coletivo, demandando por contradições estruturais e pelos fatores objetivos e subjetivos vivenciados pela classe trabalhadora naquele período.

Dentre as motivações dos trabalhadores rurais para a retomada da luta e organização política, estavam as apropriações de significativas frações de terra situadas na região da Amazônia Legal maranhense por grupos empresariais, tais como: VARIG, MESBLA, SHARP, SANBRA, Pão de Açúcar e Cacique, entre outras; financiamentos da SUDAM para inserção de projetos na região de Buriticupu, que contribuiu para a expulsão de famílias de suas terras; a organização dos latifundiários na União Democrática Ruralista (UDR) que na região Sul do Estado, se utilizava de meios para impedir as ocupações de terra.

Segundo Miranda (2003), o grupo SHARP, possuía uma propriedade de 5.000 ha, nominada de Fazenda Itacira, reputada popularmente como “fazenda criminosa”, devido aos inúmeros assassinatos de posseiros que resistiam aos despejos. A violência, também era estratégia na região de Buriticupu, onde na propriedade denominada Fazenda Terra Bela, com 9.734 ha, os trabalhadores além de expropriados, foram presos e torturados. Assim, as ocupações enquanto expressões de resistência se expandiram para o Sul do Estado.

Dessa forma, o referido movimento se apresenta como fruto do processo de modernização e industrialização que assolou o país na era desenvolvimentista e contribuiu de maneira significativa para o crescimento dos grandes latifúndios resultando em consequências nefastas para o campesinato. Sendo assim, entre as grandes reivindicações do Movimento estão: a consolidação da política de Reforma Agrária Popular e a constituição de um novo tipo de sociedade, onde a justiça social, a liberdade e emancipação humana sejam os pilares.

Essa forte influência faz com que o MST não se restrinja ao sul do país, onde surgiu, mas se difunda por todo o território, por entender que a reforma agrária era e é necessária em toda a República Federativa do Brasil. É no prisma de um projeto societário que contemple os referidos princípios e objetivos que o movimento em questão desenvolve processos de luta e no enfrentamento ao sistema hegemônico, que na contemporaneidade, se expressa sob a égide do neoliberalismo imprime desafios e tendências às lutas sociais.

### **3. O MST enquanto organização da classe trabalhadora**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se materializa enquanto organização da classe trabalhadora, assim conceitua-se como herdeiro das lutas populares, resgatando referências significativas de marcos como: Canudos, Contestado e Ligas Camponesas, porém também se articula com as organizações camponesas e urbanas

que referenciam as lutas atuais. Internacionalmente, compõe espaços e esferas políticas importantes na América Latina e nos outros continentes, com atribuições relevantes na Via Campesina, que busca agregar as lutas camponesas no mundo (AZAR, 2018).

Para além do âmbito nacional o Movimento se articula em nível internacional com a Via Campesina, elemento que expressa um comprometimento de classe, defendendo os interesses de classe, passando a conceber que a luta dos trabalhadores vai para além do campo e da cidade do próprio país. Portanto, podemos observar que como uma construção imersa na história e no movimento da realidade, o MST foi ao longo do tempo apreendendo a abrangência e a heterogeneidade da luta pela terra, buscando perceber os trabalhadores a partir do prisma da totalidade. O trabalhador rural não é uma figura passiva, mas um sujeito crítico, reflexivo e político, que ainda que limitado pelas condições objetivas e materiais de suas condições de vida, estampa novas formas de perceber e questionar a sociedade capitalista, assim como pressionar as devidas instituições.

No que se refere aos objetivos do Movimento em questão, podemos destacar o programa de Reforma Agrária Popular, que considera que:

Na atualidade, a luta pela terra e pela Reforma Agrária mudou de natureza, frente ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no país. Não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa, apoiada pela burguesia industrial ou por forças nacionalistas. Mas do ponto de vista dos camponeses e de um projeto popular de desenvolvimento do país, a Reforma Agrária é cada vez mais urgente e necessária. Agora, luta pela Reforma Agrária se transformou numa luta de classes, contra o modelo do capital para a agricultura brasileira. Isso significa que a luta dos camponeses pelas terras agrícolas e por um novo modelo de agricultura, irá enfrentar uma outra correlação de forças – com poderes de coerção e de consenso mais fortes do que os dos latifundiários tradicionais – e com novos atores em cena: os grandes proprietários rurais, o capital financeiro e as empresas transnacionais (MST, 2013, p. 31).

Percebemos que se trata de um programa que questiona problemáticas centrais e estruturais do sistema hegemônico e suas expressões na sociedade brasileira, incluindo diversas bandeiras de luta, considerando ainda, os direitos humanos em sua complexidade, e como garantias essenciais para a reprodução da vida material dos sujeitos que vivem e trabalham no campo. Dessa forma, o MST tem buscado:

[...] diálogo com o debate, as formulações e as práticas de diferentes organizações camponesas, e também indígenas,

do Brasil e do mundo, em curso já há alguns anos, apreender as tendências do movimento desse confronto e que exigências formativas se colocam aos trabalhadores para que protagonizem a superação dessas contradições de modelos de agricultura desde o polo do trabalho. Análise e síntese propositiva é que passam então a compor nosso programa de Reforma Agrária Popular (CALDART, 2003, p. 3).

Compreendemos que os princípios e objetivos do Movimento exigem uma determinada forma de organização, logo seria demasiado contraditório haver uma organicidade que materialize fragmentação ou hierarquia, quando estes são cotidianamente questionados. Compreendendo, ainda, que no âmbito do movimento a organicidade é necessária para a intervenção concreta na realidade, bem como ações que resultarão em êxitos e fracassos, na dinâmica da luta de classes.

À vista disso, concebemos que a forma de pensar e de se organizar na dimensão política prevê um trabalho minucioso e de caráter político e educativo que fomenta a consciência da posição de subalternidade em que se encontra, para assim aspirar sua suplantação. Logo, as formas de organização são materializadas a partir desse processo de tomada de consciência da posição em que ocupam na correlação de forças na dinâmica social. Nesses termos, Cardoso e Lopes (2009, p. 147):

No pensamento gramsciano, a questão da hegemonia é central em relação às possibilidades de as classes subalternas tornarem-se protagonistas históricas, dotadas de vontade coletiva própria, e a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial, porém não suficiente, para a conquista da hegemonia dessa classe na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias [...] A organização e a consciência de classe são condições indispensáveis para essa conquista política pelas classes subalternas.

O pensamento gramsciano evidencia a importância da organização e tomada de consciência, enquanto elementos indispensáveis para os processos de materialização da luta, que são essenciais na busca pela metamorfose social. O percurso para a conquista política, ou seja, a possibilidade da emancipação humana, pelas classes subalternas. Assim, o MST se constitui como uma forma de organização política, que se insere na dinâmica de correlações de forças, com o posicionamento de questionar e reivindicar as relações estabelecidas no modo de produção vigente.

Os mecanismos estratégicos de luta, tais como as manifestações, as marchas, os mais variados espaços de debates e reflexões, possibilitam a formação política. No entanto,

ao passo que os trabalhadores rurais, na sua maioria, não tiveram acesso à educação crítica, tornou-se essencial criar mecanismos que possibilitassem a análise crítica da sociedade capitalista, considerando a relação da questão agrária com os elementos inerentes aos sistemas políticos e econômicos.

A formação política torna-se um dos elementos fundamentais para o processo que é denominado por Gramsci (1978, p. 53) de *catarse*:

Pode-se empregar a expressão *catarse* para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade.

Para tanto, ressaltamos a importância da formação política, enquanto partícipe dos espaços que concretizam a dimensão educativo-organizativa, essencial para que os sujeitos ultrapassem a concepção corporativa e caminhem para a construção de um ideário mais amplo, como um projeto societário, que está para além de interesses individuais ou demandas imediatistas e focalizadas e comporta uma dimensão ética, moral e de princípios.

A Educação do Campo emerge no MST como mecanismo de interpelar o modelo educacional vigente no Brasil e mais especialmente, imposto ao campo. Nesse entendimento de Educação, há uma necessidade de reflexão da totalidade, visto que se refere ao contexto do trabalhador rural e em consequência, à demanda de uma pedagogia que caminhe para a transformação. Paulo Freire analisou que:

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito. Todo o empenho do Autor se fixou na busca desse homem-sujeito que, necessariamente, implicaria em uma sociedade também sujeito. Sempre lhe pareceu, dentro das condições históricas de sua sociedade, inadiável e indispensável uma ampla conscientização das massas brasileiras, através de uma educação que as colocasse numa postura de auto-reflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço. (FREIRE, 1967, p. 36).

Na compreensão de Gramsci (1982), a educação se inclui como uma acepção geral

de vida, nas dimensões éticas, políticas e práticas, que deve proporcionar uma dignidade aos sujeitos sociais que lhes possibilitem serem dirigentes, ao passo que se impugnem as ideologias autoritárias e conservadoras, sendo necessária como princípio político e pedagógico na construção da luta, em interesse da construção de outra sociedade.

Para tanto, a educação se materializa enquanto uma estratégia de organização, considerando que é por meio desses processos que os sujeitos passam a ter elementos para refletir de forma crítica a realidade, bem como construir estratégias para transformações na sociedade e em si mesmos.

Além da educação e da formação política, mas sempre articuladas a elas, estão outras formas de resistência e construção da luta do MST, o referido Movimento diante do desafio de determinar novas relações de produção iniciou os debates para o desenvolvimento da cooperação agrícola, como forma, inclusive, de resistência. Assim:

De acordo com o MST, os principais objetivos do Sistema Cooperativista dos Assentados giram em torno do econômico, do social e do orgânico. Por isso, com o intuito de expor de forma mais abrangente as metas que permeiam tais objetivos:

Econômicos: a) Ajudar a resolver os problemas de todas as famílias assentadas; b) Desenvolver a Cooperação Agrícola como uma empresa econômica que produza sobras; c) Garantir: aumento da produtividade do trabalho, acumulação de capital, diminuição da exploração dos trabalhadores; d) Modernizar a produção no campo; e) Desenvolver a agroindústria.

Sociais: a) Propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores do campo; b) Desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos Assentamentos; c) Provar que a Reforma Agrária é viável, tanto do ponto de vista da justiça social quanto do econômico; d) Aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante do governo; e) Formar e capacitar quadros para o conjunto da luta dos trabalhadores; f) Contribuir para a construção de cidadãos responsáveis, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros; g) Transformar a luta econômica em luta política e ideológica.

Orgânicos: a) Consolidar a organização de base do MST; b) Conseguir liberar as pessoas para participar dos Movimentos e Organizações Populares; c) Servir de retaguarda econômica do MST; d) Desenvolver a consciência social, com uma nova visão de sociedade; e) Transformar a ideologia do camponês: substituir o “meu” pelo “nosso” e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo; f) Acumular forças para a transformação da sociedade (MST, 1993, pp. 41-42).

Podemos ponderar que esse posicionamento define a relação com a posição de



classe e a luta de classes, ao se dispor em contraposição ao capitalismo, manifestado pelo agronegócio. Com consciência política desse confronto, a articulação de diversos sujeitos coletivos se dispõe a desenvolver a agroecologia para a reestruturação da agricultura como uma das frentes de luta contra o capital, objetivando transformações societárias, uma vez que se trata de projetos em disputa.

O Movimento vem, ainda, propondo ações que incentivem a produção de sementes crioulas, evidenciando a importância de o campesinato controlar as sementes, e, portanto o sistema alimentar. Logo, o MST tem sido um dos grandes protagonistas na agroecologia, explicitando a importância de uma produção que se preocupa tanto com as implicações ao meio ambiente, como com a saúde humana, levantando bandeiras importantes que negam a utilização de agrotóxicos e transgênicos, indo na contramão da hegemonia do agronegócio e da lucratividade desmedida almejada pelo capital.

Em conjunto com a necessidade de produção, podemos elencar outra forma de resistência, esta é uma forma de luta de imenso significado, uma vez que é a partir dela que as outras formas de luta são utilizadas, ou seja, primeiro movimento para a obtenção da terra, portanto: “Esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do movimento. [...] A ocupação é a condição da territorialização. É o processo de conquista da terra” (FERNANDES, 1998, p.25,33).

A ocupação é elemento central no processo de resistência do Movimento em tela, uma vez que se trata do processo de ocupar o espaço e ali resistir, sendo desde os primórdios da história dessa organização uma dinâmica basilar para acesso a terra. O Movimento sempre contou com a ocupação como uma das principais estratégias de luta, como destaca o referido posicionamento, no entanto pensar de forma crítica as estratégias é necessário para a própria reprodução do Movimento. Ao ponderarmos que os diversos governos e o sistema vigente conferem dinâmicas diferenciadas em conjunturas específicas, torna-se essencial pensar a luta de forma dialética, explicitando os limites e as possibilidades das estratégias na totalidade social.

Logo, estas e outras diversas formas de luta demonstram a necessidade do diálogo, do debate, da formação política, como elementos imprescindíveis para a organização do Movimento da classe trabalhadora. Portanto, analisar as formas de lutas e expressões de resistência da classe trabalhadora, é considerar a dinâmica da realidade, a relação com as esferas econômicas, políticas e sociais e a interconexão desses elementos.

#### **4. Conclusão**

O MST possui um perfil de uma entidade composta pela classe trabalhadora que busca articular os interesses e demandas da classe, com um diferencial significativo, que é uma luta ampla, indo da pauta do acesso a terra, até o questionamento das formas de dominação e exploração do capital, considerando a questão agrária enquanto resultante das contradições do sistema capitalista. Logo, o MST levanta a bandeira do acesso a terra, bem como das políticas públicas que efetivem os direitos fundamentais, mas também a construção dos caminhos para uma sociabilidade para além do capital.

A formação desse Movimento, na particularidade do Maranhão, significou uma nova possibilidade de resistência e organização dos trabalhadores rurais, considerando que até então as expressões dessa organização estavam nos sindicatos e associações existentes nos interiores da referida unidade federativa.

A ocupação desde os primórdios do movimento se tornou uma das principais expressões de luta, ponderando que é nela e por meio dela que o movimento consolida a ótica da transgressão, do questionamento e, sobretudo da coragem. Na ocupação os sujeitos se articulam, mobilizam e realizam ações estratégicas, que para além de meramente dispêndio de força física, requer inteligência nas suas mais diversas formas de expressão. É, pois, nos processos de ocupação, que há formas de resistência, mas também as construções do sujeito e sua percepção enquanto ser Sem Terra.

Além da ocupação da terra, mas sempre articulada a ela, o referido Movimento possui uma ampla defesa da educação, mas compreendendo-a para além da continuidade formal do ambiente escolar e articulada incessantemente à prática e ao contexto social. Assim, essa acepção elenca a educação enquanto fundamental para os processos organizativos e políticos, uma vez que é por meio da primazia da práxis, enquanto ação humana concreta e refletida, que os processos de educação tornam-se instrumento de transformação social.

A atuação do MST na questão agrária explicita os horizontes para a concretização dos referenciais históricos de outro projeto societário, e se percebeu, a partir deste trabalho que há uma necessidade concreta de reflexão em torno dessa questão, inclusive pelo fato da sua correlação com as expressões da contradição capital e trabalho e os seus mecanismos de enfrentamento por parte das diversas organizações.

## Referências

- AZAR, Z. S. O MST e a luta pela terra: uma luta para além das reformas. In: Revista de Políticas Públicas, 2018.
- FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- MORISSAWA, Mitsue. A História da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: Currículo sem Fronteiras, v.3, nº 1, pp. 60-81, Jan/Jun, 2003.
- CARDOSO, Franci Gomes e LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS\ ABEPSS, 2009.
- DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. A relação Serviço Social e Questão Agrária na contemporaneidade: inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão. 233f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. Que Reforma Agrária? In: A Questão Agrária na Virada do Século. Vol. II – Mesas Redondas. XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 1998.
- FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro (RJ): CIV. BRASILEIRA, 1982.
- GRAMSCI, Antônio. Obras escolhidas. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.
- HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. Edições: Loyola. São Paulo. Brasil, 2008.
- MIRANDA, A. A. B. M. O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no estado do Maranhão – O caso do MST. Universidade Federal do Maranhão Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, 2003.
- MST, Programa Agrário do. Cartilha: Texto em Construção para o VI Congresso Nacional. 1ª Edição Abril 2013.
- SODRÉ, R. As (Re) Formas da questão agrária Maranhense: multiplicidades e singularidades nos Assentamentos: Cigana e Cristina Alves – Itapecuru Mirim. São Luís – MA, 2015.
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, 1ª reimpressão, 2000.

# **Memórias de Liberdade: narrativas de autonomia nos caminhos de mato, água e a formação de um grande território negro na região de Itapecuru - Mirim**

## **MEMÓRIAS DE LIBERDADE: narrativas de autonomia nos caminhos de mato, água e a formação de um grande território negro na região de Itapecuru-Mirim<sup>1</sup>**

Carla Cristina Barros Pinheiro <sup>2</sup>

Universidade Estadual do Maranhão

Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente .

### **Resumo**

Este trabalho apresenta a introdução da minha monografia que traz narrativas e memórias do período do pós-abolição (1888-1950) em territórios quilombolas de Itapecuru Mirim. As narrativas permitem compreender os processos de autonomia e liberdade na formação de um grande território negro na região a partir do viver e do caminhar pelos matos e pelas águas, acionando um espaço comandado por grupos negros. O trabalho foi realizado a partir de revisão bibliográfica e de entrevistas com lideranças dos territórios quilombolas da região. Como resultados, discutimos a formação de um grande território negro, relativamente autônomo e liderado pelos grupos negros, que apontam a liberdade e o respeito no caminhar nos matos e se deparar com todo tipo de fruto, no passar nos caminhos de matos e respeitar os povoados, no festejar. Essas memórias de um período de autonomia são acionadas em detrimento do avanço de empreendimentos desenvolvimentistas, ligados à construção do Corredor Carajás, e de fazendas sobre o espaço territorial negro, desde à década de 1950.

**Palavras-chave:** Memórias; Pós-abolição; Grande território negro.

### **1. Introdução**

O Maranhão é reconhecido, junto com a Bahia, como um dos estados de maioria negra no Brasil. Conforme dados do IBGE, possui 74 por cento da população declarada negra e, segundo dados da Fundação Cultural Palmares, mais de oitocentas comunidades negras rurais se autodeclararam quilombolas desde a Constituição Federal de 1988 e exigem direitos territoriais. Presença que diz muito do passado, principalmente, da inserção de um grande número de africanos e de descendentes de africanos para trabalharem nas lavouras de cana-de-açúcar e de algodão no nordeste brasileiro e dos complexos processos de territorialização que se configuraram no pós-abolição.

Nosso trabalho está concentrado nas memórias de anciões e anciãs de comunidades negras da microrregião de Itapecuru Mirim, no norte maranhense. Partimos da forte

---

1 GT2: "Memórias, histórias e lutas por reconhecimento"

2 Mestranda do programa de pós graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, e-mail: carlacbp97@gmail.com

3 GEDMMA é um grupo de estudos da UFMA que acompanha a luta de povos e comunidades no Maranhão.



presença quilombola nos municípios de Itapecuru Mirim, Santa Rita, Anajatuba e Miranda e de narrativas que emergem contra o apagamento dessa presença provocado pela expansão de empreendimentos capitalistas desde a década de 1950 na localidade, com a formação do Corredor Carajás. Diversas vezes ouvimos que “somos anteriores à estrada”, em referência à BR 135, que teve sua construção iniciada na década de 1940; bem como, a afirmação de que “Itapecuru era negro e cultural, hoje que está comercial<sup>4</sup>”.

O Vale do Itapecuru foi uma das regiões mais importantes economicamente no Maranhão colonial e imperial, com grandes fazendas escravistas de algodão, açúcar e arroz. Durante o auge do sistema escravista e da cultura do algodão destinado à exportação, importantes contingentes de trabalhadores africanos escravizados foram introduzidos. A decadência desse sistema e complexos processos de territorialização negra estão relacionadas à forte presença quilombola na região na atualidade. São memórias de anciões que tem seus antepassados relacionados aos trabalhos nas fazendas, como as propriedades dos Belfort.

As memórias acionadas na composição deste trabalho estão em disputa e se inscrevem em narrativas construídas em contextos de lutas. Fazem referência a um período de maior autonomia dos povoados negros entre o pós-abolição e a década de 1950, quando os negros “se governavam” na microrregião de Itapecuru Mirim. A década de 1950 aparece marcada como um período de transformações intenso que prossegue até o presente, de perda de terras e de instalação de processos intensos de lutas. Ou como nos diz Anacleto Pires, de “escravidão silenciada”.

Nosso trabalho consistiu em discutir essas memórias que nos deparamos em contextos de luta, buscando analisar seus significados e evidenciar as narrativas acionadas e que davam sentido ao presente, as convicções e as próprias reivindicações. O que diziam quando se referiam a “se governar”? A que transformações estão se referindo? Qual a relação entre autonomia, territorialização e a referência a um Itapecuru Negro?

Pensamos essas memórias que reivindicam um momento distinto ao atual e de maior autonomia entre o início e os meados do século XX emergindo num espaço de disputas, dando sentidos que permitem questionar os projetos que passaram a ser construídos no local a partir da década de 1950 e que são vivenciados hoje pelos quilombolas. Pensamos em contar com os quilombolas uma história, importante, que precisa ressoar.

Pollak (1989, p. 4 e 5) afirma que a história oral ao privilegiar a análise das minorias enfatizou a importância de “memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional”. Tratam-se de memórias que podem prosseguir “seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível [afloorar] em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”. Essas memórias ainda podem percorrer espaços específicos, circular em “redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.” Da mesma forma, podem permanecer restritas e silenciadas.

---

4 Libânio Pires da Silva é guardião do território, liderança quilombola e que esteve atuante no movimento rural a partir de 1950 e que é fundamental para o movimento negro e quilombola do Maranhão.

Em relação aos processos de emergência das memórias e ao silenciamento é importante pensar o racismo estrutural e o colonialismo como estruturas que compõem a afirmação da história. Nos trabalhos de campo que participamos nas comunidades evidenciávamos o perigo da história contada pelo colonizador, de uma história única, como a imagem que publicada em 2015 em comemoração aos 30 anos da Estrada de Ferro Carajás (EFC)<sup>5</sup>: “Mais que uma história, um exemplo da capacidade humana de ver onde nada havia para ser visto...”. Ser visto e mais do que isso ser ouvido ainda é um desafio. Nesse sentido, Anacleta Pires, liderança quilombola de Santa Rosa dos Pretos, nos fala da vontade de fazer uma graduação em História:

Fazer o curso de História, porque eu tinha tanta da vontade de contar história né, eu não me achava nas histórias dos livros, rapaz mas porque não fala também da história da gente, isso ficava muito perturbado né. E aí quando foi depois que a gente já tem, que a gente vai entendendo, que a gente vai participando de alguns espaços, e a gente vai entendendo que o que a academia passa de história pra gente ainda são umas reproduções meia que morta. Porque que eu quero dizer com isso, quanto historiador vivo, matéria está aí, e não tem como escrever sua história, você vive reproduzindo a história dos outros, eu acho que a academia hoje, nós enquanto academia temos que entrar como eu disse ainda agora não é, se juntar mas não reproduzir cem por cento sabe, porque você tem também que fazer um alegado seu (PIRES, 2018).

A vontade de Anacleta é reflexo da não representação da história do povo negro, da insatisfação ao não ser representada nos livros. Em contraposição, ela nos traz a memória, a narrativa, a oralidade presente nos corpos, inspiradas nos “livros humanos”, como denomina, as narrativas que conhece através de seus antepassados e das redes familiares pelas quais transita, as memórias vivas.

A intelectual negra Grada Kilomba (2019), em seu trabalho sobre as “Memórias das plantações”, fala da “máscara colonial”, usada para impedir que os escravizados comessem no momento do trabalho, mas também para os impedir de falar:

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito Negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calado(a)? O que poderia o sujeito Negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca selada? E o que o sujeito branco

---

5 <<http://www.portosma.com.br/noticias/noticia.php?id=3145>.

teria que ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o(a) colonizado(a) falar, o(a) colonizador(a) terá que ouvir e seria forçado(a) a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do 'Outro'. Verdades que têm sido negadas, reprimidas e mantidas guardadas, como segredos. Eu realmente gosto desta frase “quieto como é mantido”. Esta é uma expressão oriunda da diáspora africana que anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo (KILOMBA, 2019, p.178).

Pensar a máscara colonial é perceber as reproduções do colonialismo preservado a partir do silenciamento histórico do povo negro, no caso o amordaçamento que a história “oficial” pode consolidar. Máscaras invisíveis que buscam esconder as violências causadas pela escravidão levando ao silenciamento. A quebra do silenciamento ao fazer emergir histórias pelos orifícios pode estilhaçar as máscaras, como nos propõe Conceição Evaristo<sup>6</sup>: “falamos pelos orifícios e com tanta potência que estilhaçamos a máscara, o estilhaçamento é o símbolo nosso, porque a nossa fala força a máscara”.

João Batista<sup>7</sup>, liderança da comunidade de Santa Joana, território quilombola de Santa Maria dos Pretos, nos disse o seguinte: “toda área de preto no Brasil todo e fora do Brasil, são áreas de muita responsabilidade e de muita sabedoria”. São espaços de territorialização das comunidades negras e de conhecimentos, portanto, são lugares de memórias. Conforme Vergés (2008, p. 60) a memória pode cumprir seu lugar de monumento: “En el país de los archivos destruidos, de las ruinas recubiertas y de los testimonios perdidos, la memoria ocupa lugar de monumento.” Nora (1993, p.9) nos reforça a intrínseca relação da memória com a vida: “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento...”. Já a história “é a reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais”, tem uma vocação para o universal, diz sobre todos e ao mesmo tempo sobre ninguém, ou seja, a história tem uma representação geral.

Na pesquisa sobre a memória da escravidão, Mattos e Martins (2018) evidenciam a importância da relação entre “história e memória” na compreensão da última geração de africanos escravizados no Brasil, das famílias e comunidades de senzala. Nesse sentido, destacam que as narrativas podem trazer importantes significados políticos:

As pesquisas com a memória familiar dos descendentes dos últimos cativos africanos têm contribuído para quebrar a invisibilidade de seus antepassados, ao mesmo tempo em que reconstrói a

---

6 Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>>.

7 João Batista, entrevista concedida em fevereiro de 2020. Esta entrevista foi realizada na Secretaria de Igualdade Racial de Itapecuru-Mirim e contou com a colaboração dos pesquisadores: Dayanne Santos e Gleydson Oliveira (Lucca)

história dos diferentes significados políticos assumidos por sua memória e legado cultural (MATTOS e MARTINS, 2018, p. 313)

A partir das memórias é importante atentar para a agência dos escravizados e as complexas negociações e processos de resistência. Nesse sentido, pensar o período pós-abolição e os sentidos de liberdade, para além da liberdade formal, como nas vivências ou não, conforme propõem Gomes e Cunha. Mesmo durante a escravidão “esses escravos escolhiam locais para se estabelecer, procuravam dominar florestas, reinventavam práticas econômicas e tentavam contatos com outros setores da sociedade com os quais pudessem ampliar suas bases econômicas, incluindo redes de proteção” (GOMES e CUNHA 2007, p. 149). Possibilidades de se pensar também na busca constante por autonomia como acesso a terras, por doações, ocupações.

Os trabalhos de campo e o próprio interesse sobre a problemática proposta neste trabalho estão ligados à minha trajetória pessoal e acadêmica. Ao entrar na universidade pública, em 2015, passei a caminhar por diversos espaços, conhecendo pessoas, histórias de vidas, lutas, ocupando lugares que antes não imaginaria. Com a minha inserção no Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (GEDMMA - UFMA)<sup>8</sup>, comecei a vivenciar problemáticas que antes desconhecia e me aproximar de lideranças comunitárias. Em 2017, a partir dos trabalhos do Pet conexões Comunidades Populares<sup>9</sup> (que resiste dentro da universidade), pude em toda a minha graduação ser bolsista. Com as ações desenvolvidas, tive o primeiro contato (acadêmico) com um território quilombola, o território quilombola de Santa Maria dos Pretos, em Itapecuru Mirim, e até ali, posso considerar que possuía ainda uma visão simplista sobre as lutas das comunidades negras. Sem compreender a dimensão dos territórios negros de Itapecuru Mirim, não sabia que ali iniciaria uma caminhada que traria a minha ancestralidade, a minha história – a memória, a minha vida enquanto mulher negra e oriunda de um povoado rural chamado de São Jerônimo<sup>10</sup>, localizado no município de São Bento – MA, comunidade que não é reconhecida como quilombola, mas que tem sua formação a partir do campesinato negro na região da baixada e de descendentes de indígenas. Me questionei: como tudo isso me foi negado e toda essa história desconhecida?

Dois projetos me permitiram conhecer outros territórios quilombolas de Itapecuru Mirim, com muitas histórias de lutas, violências, negações de direitos. O projeto “Mineração, Territórios e Desigualdades Ambientais no Brasil: Diversidade Sociocultural e Luta por Direitos” discute conflitos relacionados à mineração e aos seus efeitos em povos e comunidades tradicionais, executado por professores e pesquisadores do GEDMMA. No âmbito das atividades de pesquisa, realizamos trabalhos de campo em comunidades de

---

8 Grupo de estudos que dentro da universidade faz leituras críticas e pesquisas sobre desenvolvimento, modernidade e conflitos ambientais, atuando junto às lutas de povos e comunidades tradicionais no Maranhão.

9 Programa de Educação Tutorial voltado exclusivamente para alunos de baixa renda, e que entraram na universidade pelo sistema de cotas.

10 São Jerônimo é uma comunidade reconhecida como negra que fica localizada no município de São Bento-MA.

Itapecuru Mirim, Santa Rita e Anajatuba. O outro projeto foi o “Programa Grande Carajás: Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental”, conhecido como curso de Formação Política, que acompanha jovens de oito municípios cortados pela Estrada de Ferro Carajás. Neste projeto, discutimos cidadania, direitos humanos e diversos outros assuntos que nos atravessam como raça, classe e gênero. Nesse curso, entrei em 2017 como apoiadora, alguém que discutia com os jovens, pensava programação, espaços, metodologias. Comecei a participar dos encontros que aconteciam nas comunidades, em que jovens militantes e anciões dos territórios faziam grandes posicionamentos. Me percebendo como cursista também, espaço que eu posso definir, a partir de bell hooks, como produtor de uma sensação de acolhimento e encorajamento, tal como ela sentia ao encontrar Paulo Freire: “Os grandes seres trazem consigo uma espécie de atmosfera santa, e, quando os procuramos, sentimos paz, sentimos amor e sentimos coragem” (2017, p. 79). Dentro desses campos, que sempre foram de ensinamentos, desconheço lugar que carrega um ensino mais emancipatório, ensinamentos que se manifestavam nas falas de resistências, nas apresentações de suas histórias, na força, nas caminhadas, no ouvir o outro, no cuidar do outro. Eram encontros em que os jovens manifestavam as agressões que sofrem pela Vale, muitos já tiveram amigos e familiares mortos nas linhas de trem.

As discussões sobre memória que eram evidenciadas pelos seus anciões quando falavam sobre as comunidades, quando narravam os processos de ocupação e aquisição das terras, suas memórias sobre como eram seus territórios, seus modos de viver, junto às leituras acadêmicas, nos possibilitavam pensar outras formas de ser e viver, nos fizeram entender que existe uma narrativa hegemônica que reforça a história do colonizador como dono dessas terras, como o descobridor, inferiorizando povos indígenas, africanos, desconsiderando povos e comunidades tradicionais, que permite que muitas histórias sejam silenciadas, pelo poder que garante qual história deve ser legítima e oficial.

Santa Rosa dos Pretos foi um dos territórios que conhecemos nos trabalhos de campo. É um desses territórios que muito me ensina, território quilombola de Itapecuru - Mirim, localizado a 88km de São Luís do Maranhão. Fica à margem da Rodovia BR 135<sup>11</sup>, que na década de 1940 atravessou o território e que desde 2017 está em duplicação, afetando direta e indiretamente mais de 90 comunidades negras. Impossível passar de carro, van, ônibus por Santa Rosa e não perceber o território, pessoas sentadas nas portas, pessoas vendendo frutas, alimentos na beira da estrada. Na Santa Rosa dos Pretos, a todo instante estamos aprendendo, pretos e pretas carregados de histórias vivas que se mantêm nas suas práticas diárias, e nas suas formações acadêmicas onde produções de teorias, conceitos que são decoloniais, antirracistas que fundamentam nas pesquisas, escritas, pensamentos, reflexões e que estilham as máscaras do silenciamento, muito presentes na academia. Muitas narrativas ali foram apontadas para nós sobre como o “desenvolvimento” trouxe perdas e danos para a vida no território, entupindo igarapés,

---

11 Ver mais em DA SILVA, Anacleto. Resistência e Trajetória de Luta pela Regularização Fundiária do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos/Monografia. – fazer referência completa.



desmatando parte das matas, trazendo mortes, problemas sociais que permanecem nos territórios nos dias atuais, mas aqui me estenderei a falar de muito do que foi possível aprender com Santa Rosa, sempre que chegávamos tínhamos a sensação de que algo ali também era nosso. Sempre sendo recebidos com cantos, surpreendidos com uma música, uma história ou/e ensinamentos descolonizados, aqui apresento ensinamentos descolonizados como as práticas políticas e de lutas contra o racismo, pela proteção aos territórios, com ensinamentos que nos permitem aprender histórias outras, histórias que foram negadas e silenciadas pela história hegemônica, no caso, a história eurocêntrica.

Nesses territórios negros aprendemos a saber a partir dos hábitos cotidianos, das ações que ali foram passadas de preto para preto, e esses ensinamentos estão presentes nas histórias contadas sobre o passado, no Axé de voz presente nos cantos, nas doutrinas, nas conversas, nas festividades, nas caixeiros, nas mães e filhas de Santo, nos tambores, nos espaços sagrados, na importância da terra e da água, nos anciãos, no festejo do Divino, na Matinha que é um lugar sagrado, nos caminhos, nos igarapés, nas cozinhas de festa, nas roças, muito sempre nos chegava, tudo antigo, mas de uma forma nova.

Na monografia discutimos brevemente o sistema escravista e a complexidade dos processos de resistências engendrados, em especial, no Maranhão. Situamos o Vale do Itapecuru no Estado, como nos indicam os estudos historiográficos, como uma região importante na economia colonial escravista no século XVIII e o domínio dos Belfort na microrregião que se situa o estudo (MOTA, 2012; ASSUNÇÃO, 2015). Na segunda parte, trabalhamos com relatórios sócio-históricos antropológicos produzidos principalmente pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nos processos de regularização fundiária de territórios quilombolas e narrativas de lideranças que tragam elementos para pensar o processo de territorialização negra na região e a construção de processos de autonomia. Na terceira parte exploramos narrativas sobre os processos de vivência dos grupos negros de um espaço mais autônomo que permitam discutir sentidos de liberdade acionados a partir das memórias das relações territoriais: os igarapés, as grandes matas, os grandes festejos; os caminhos de mato que ligavam os povoados entre si e com o rio Itapecuru, com o centro da localidade, o respeito que os territórios possuem, as relações de parentesco que são acionadas pelo cruzar desses caminhos que ressignificam o pós-abolição de comunidades negras nessa região.

## Referências

- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Os quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino [Org.]. Quilombo: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2002.
- ASSUNÇÃO, Matthias R. Quilombos maranhenses. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos [Orgs.]. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800 – 1850. São Paulo: Annablume, 2015.
- COUTINHO, Milson. Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense; apresentação

- Sebastião Moreira Duarte. São Luís: Editora Instinto Geia, 2005.
- DA CUNHA, Olívia Maria Gomes e GOMES, Flávio dos Santos. Introdução. Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil / Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- FIABANI, Adelmir. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. Estudos Históricos – CDHRP- Agosto, 2009.
- GAIOSO, Raimundo Jose de Sousa. Compendio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão, 1970 (Volume1).
- GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil -1. ed, - São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GOMES, Flávio. Africanos e crioulos no campesinato negro do Maranhão oitocentista. Dossiê História e literatura, 2011
- HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. -2. Ed. -São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- LUCCHESI, Fernanda. Relatório Antropológico de Identificação do Território Quilombola de Santa Rosa dos Pretos (MA). Brasília. INCRA, 2008.
- MATTOS, Hebe Maria. Os Combates da Memória: escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros. 2011. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg6-8.pdf](https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-8.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.
- MOTA, Antonia da Silva e BARROSO Daniel Souza. Economia e demografia da escravidão no maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850). rev. hist. (São Paulo), n. 176, a07815, 2017
- \_\_\_\_\_. Família escrava nas plantations do Maranhão: Demografia e sociabilidades (1785/1825).
- \_\_\_\_\_. As Famílias Principais: redes de poder no Maranhão colonial. São Luís: Edufma, 2012.
- \_\_\_\_\_. Batismo e escravidão no Maranhão oitocentista os assentos da freguesia de n. s. das dores do Itapecuru (1813/1814). 2015.
- NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. São Paulo, 1993.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.
- PROJETO VIDA DE NEGRO. Terras de Preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento. São Luís: SMD/CCNMA/PVN, 2002.
- PROJETO VIDA DE NEGRO. Vida de negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas. São Luís: SMD/CCNMA/PVN, 2005.
- SILVA, Ana Cristina Pinheiro da Quilombo Piqui e Santa Maria dos Pretos. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Terras de quilombos-Piqui e Santa Maria dos Pretos)
- SILVA, Anacleto da. Resistência e Trajetória de Luta pela Regularização Fundiária do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos/Anacleto Pires Da Silva.-2017. 110p.Orientador:Sávio José Dias Rodrigues. Monografia (Graduação)- Curso de Pedagogia da terra, Universidade Federal do Maranhão em convênio com o Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária (PRONERA), UFMA,2017.
- SILVA, Joércio Pires da. O tambor como herança dos pretos: uma análise sobre o território quilombola de Santa Rosa dos pretos. Dissertação, 2019.

# Questão Agrária no Maranhão e a Resistência do Acampamento

## Marielle Franco

# QUESTÃO AGRÁRIA NO MARANHÃO E A RESISTÊNCIA DO ACAMPAMENTO MARIELLE FRANCO<sup>1</sup>

Juliana Gonçalves CASTRO<sup>2</sup>

Jaine de Jesus Alves CALDAS<sup>3</sup>

Karênina Fonsêca SILVA<sup>4</sup>

Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

## Resumo

A questão agrária brasileira é marcada por um contexto de contradições e de extrema desigualdade, o Maranhão não foge a tal contexto. Esse cenário é resquício de um passado colonial aqui firmado, cujos pilares foram estruturados na segregação e exploração. O presente trabalho demarca historicamente a colonização portuguesa, perpassando pelas frentes de ocupação do campesinato maranhense, até a consolidação e expansão do agronegócio, que resulta no agravamento da questão agrária no estado. Nesse contexto de antagonismos e lutas de classes, observamos a luta e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Registramos no Maranhão, a resistência do acampamento Marielle Franco que em 2018 realizou uma ocupação a um latifúndio improdutivo, outrora grilado por uma empresa siderúrgica, na cidade de Itinga, enfrentando os efeitos do desenvolvimentismo. Para tal investigação e apreensão da realidade, adotou-se como base metodológica o materialismo histórico dialético. Fez-se revisões bibliográficas em fontes primárias e secundárias, fundamentadas em autores clássicos e contemporâneos que discutem a temática, confrontando dados históricos e recentes. O acampamento Marielle Franco possui cerca de 150 famílias, ameaçadas de despejos, cuja reivindicação transcorre para a criação de assentamentos da Reforma Agrária junto ao Incra, na luta e resistência pela terra como condição de sobrevivência.

**Palavras-chave:** Questão agrária; Resistência; Acampamento Marielle Franco

## 1. Introdução

Os problemas referentes a questão agrária na sociedade brasileira estão relacionados, essencialmente a propriedade desigual e conseqüentemente a concentração da estrutura

---

1 Trabalho apresentado no GT 2 Memórias, histórias e lutas por reconhecimento no Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

2 Assistente Social, mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional na Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil. Email: jugcastro@hotmail.com.

3 Assistente Social, mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional na Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil. Email: jainecaldas@outlook.com.

4 Orientadora do trabalho. Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Pitágoras e Professora colaboradora do Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA. Email: kareninafsilva@bol.com.br.

fundiária, por meio de processos de expropriação, expulsão, e exclusão dos trabalhadores rurais camponeses e assalariados, à violência extrema contra os trabalhadores, dentre outros problemas. Assim, a questão agrária é bem conhecida da realidade brasileira e conforme Stédille (1997) pode ser caracterizada como problema existente na forma da propriedade e posse da terra.

Na região maranhense não será diferente, analisando o seu percurso histórico, a questão agrária no Maranhão, como em todo o Brasil, tem sua gênese no período colonial com a implantação do sistema de capitânicas hereditárias em 1834, o qual o donatário tinha como uma de suas prerrogativas a doação de lotes (sesmarias). Ao longo do tempo esses lotes iam passando de geração em geração, reforçando o caráter de concentração da terra.

Toda essa concentração e contexto histórico da questão agrária nos remetem a base da resistência camponesa. O debate teórico nos apresenta que as expressões da questão agrária mais recente se configuram sobre as faces do agronegócio e suas perspectivas produtivas. Então observar a resistência de movimentos sociais da terra ao longo do contexto histórico, a exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, se torna de grande necessidade para tentar compreender a organização desses trabalhadores no objetivo de garantir a realização dos seus direitos, além, de se constituir como uma das principais características do campo brasileiro. O intuito do estudo consiste em compreender as expressões da questão agrária no estado em questão, e, a resistência do acampamento Marielle Franco localizado na cidade de Itinga do Maranhão.

### **Questão agrária: aspectos históricos na realidade Maranhense**

Partindo desse período para compreendermos o caráter concentrador e excludente da questão agrária no território maranhense, precisamos entender os processos históricos de ocupação do território. Sendo assim, não podemos deixar de destacar, conforme Cabral (1992), as duas frentes de ocupação, a frente litorânea que se inicia no século XVII por volta dos anos 1619 e 1621, e a frente Pastoril ou Pastos Bons, que ocorre mais tarde em 1730. Essa ocupação do território maranhense se deu pelo viés de caráter econômico, como consequência, produziu intensos conflitos que foram travados pela posse da terra, inclusive entre os colonizadores e os indígenas.

O processo de colonização portuguesa no Maranhão ocorre de forma diferenciada e em tempos distintos. No norte do estado temos um processo de colonização conduzido pelo próprio estado português. Sendo assim, considerada uma frente de iniciativa estatal também conhecida como frente litorânea ou agrícola. O outro processo de colonização do sul do Maranhão ocorre mais tarde a partir do século XVIII, por volta de 1730. Essa frente sulista fica conhecida como frente pastoril ou pastos bons, ocorrendo a partir da chegada no sul de criadores de gado vindos da Bahia e Pernambuco, já que Portugal proibiu em 1701 (carta régia) a instalação de fazendas no litoral - determinando que as fazendas só poderiam ser instaladas a partir de 10 léguas do litoral. Dessa forma, os criadores foram obrigados a abandonar o litoral e se dirigir ao interior do Brasil atingindo o sertão nordestino, no qual está o Sul do Maranhão, conhecida como região dos pastos bons. Com o objetivo



de caracterizar e diferenciar as duas frentes, observe o quadro a seguir:

Frente Litorânea	Frente Pastoril ou interior
<p><b>Agentes:</b> estado e igreja. “Igreja atua através do processo de evangelização pelas missões.”</p>	<p><b>Agentes:</b> criadores de gado. Iniciativa privada.</p>
<p><b>Atividade:</b> 1º momento-agrícola de subsistência (1621-1750) 2º momento agricultura de exportação (1750-1820): algodão e arroz. <b>Mão de obra:</b> escrava: indígena e negra</p>	<p><b>Atividade:</b> pecuária no modelo extensivo. Atividade que exigia menos mão de obra e menos investimento do capital. <b>Mão de obra:</b> livre</p>

**Fonte: tabela criada pela autora baseada em materiais históricos.**

Quando observamos esses dois tipos de frente não há como negar a característica da concentração fundiária na história maranhense, uma vez que as duas utilizavam grandes extensões de terras para realizar suas atividades com uma ação colonizadora de devassamento.

Posteriormente, na primeira metade do séc. XX, chegaram ao Maranhão milhares de nordestinos fugindo da seca que assolava a região. Almeida (2017) destaca que esse fluxo migratório é formado também pelos nordestinos expulsos pela crise plantation açucareira:

Um outro processo histórico com consequências marcantes para a economia estadual tem origem no movimento migratório formado por contingentes camponeses nordestinos expulsos pela crise da plantation açucareira de 29 e pelas sucessivas secas, que afetaram todo o Nordeste na primeira metade do século XX. Se bem que, desde inícios da década de 20 uma parcela considerável de população nordestina já começasse a atravessar o território maranhense em direção à zona de extração da castanha, em Marabá ou ainda, antes, para a extração da borracha amazônica (Cf. Keller, F. V.: 1973), a sua verdadeira importância do ponto de vista da economia maranhense está ligada à formação de uma frente pioneira agrícola, nas áreas contornadas ou parcialmente ocupadas pelo processo anterior de colonização, quais sejam regiões do Médio Mearim, Cocais e Pré-Amazônia Maranhense. (ALMEIDA, 2017, p.100)

Este fluxo migratório compôs a formação do campesinato maranhense. Porém, com a chegada desses migrantes no estado do Maranhão, os grandes proprietários passaram a cobrar mais pelo arrendamento da terra, muitos dos recém-chegados não aceitaram as

condições exploratórias impostas por eles e migraram então para o Oeste do Maranhão, onde existiam muitas terras devolutas e se estabeleceram assim em pequenas propriedades, cultivando produtos para o consumo e sobrevivência, a partir do sistema de roça itinerante e da exploração associada do arroz, milho, feijão e mandioca, principalmente na região do Médio Mearim, posteriormente este processo impulsionou na transformação do Maranhão no primeiro produtor de arroz do Brasil:

A outra grande consequência do fluxo migratório nordestino é a formação propriamente dita da frente agrícola que, a partir da região de transição para o vale do médio Mearim, vai ocupando terras livres com base na exploração familiar, transformando o arroz, seu produto comercial por excelência, em elemento de maior peso na economia estadual, já a partir dos anos 50. (ALMEIDA, 2017, p.101)

Importante ressaltar, segundo Botelho (2007), que essas áreas ocupadas no Oeste maranhense por esses retirantes da seca no Nordeste vão ser mais tarde objeto de cobiça dos grandes proprietários de empresas capitalistas com o objetivo de exploração. Essas áreas de ocupação recente, ocupadas na primeira metade do século XX pelos imigrantes nordestinos que fugiam da seca e do latifúndio, vão se constituir nas regiões de maiores conflitos agrários em função da disputa pela terra envolvendo os posseiros, os grandes proprietários e empresas capitalistas- esses últimos (latifundiários e empresas) que vão com a conivência do Estado e de autoridades se apropriar da terra, muitas vezes através de atos de grilagem.

Conforme Feitosa e Ribeiro (1991), todo esse processo de concentração de terras no estado se agravou com a Lei de Terras, ou Lei nº 2.979, aprovada no Maranhão em 17 de julho de 1969, no governo Sarney (1966-1971), que, para muitos estudiosos, desencadeou o aumento da concentração fundiária no estado. Conhecida também, como Lei Sarney de Terras, a referida lei integrava o discurso modernizador do então governador Sarney, sendo esta sua principal criação no âmbito agrário, e consistia na regulamentação jurídica das terras públicas estaduais, possibilitando a atração de grupos econômicos, e projetando a grilagem na Amazônia Legal.

Corroborar-se que “a partir daí, além da aquisição por preços risíveis, as terras devolutas do estado passaram a ser objeto de grilagem cartorial e apropriação forçada por grileiros que contavam, inclusive, com o apoio de certos setores do judiciário [...]”. (FEITOSA, RIBEIRO, 1991, p. 72)

Tal ato governamental promoveu o aumento de latifúndios, havendo uma ocupação agrária desordenada que gerou grandes conflitos no estado. Corroborando com essa perspectiva, Barbosa (2011) analisa que essa lei estabeleceu um verdadeiro mercado de terras no Maranhão, tornando-se responsável por um conjunto de transformações sociais no campo. Logo, “a combinação terra e capital passou a atrair vários grupos econômicos, de

dentro e fora do Estado, aquecido principalmente, pela venda e negociação das chamadas terras devolutas (BARBOSA, 2011, p. 3).

Para a autora, essas medidas acabam atingindo tanto as áreas de terras devolutas, consideradas de frente agrícolas como as mais antigas (comunidades tradicionais). Ocorre, então, a transformação das regiões de fronteiras agrícolas, que por sua vez se transformavam em áreas de aplicação do grande capital. Assim, podemos observar segundo Arcangeli (1987) que a partir da segunda metade dos anos 1970, o Maranhão entra na rota do capital mundial, em um contexto desenvolvimentista perdurando até os dias atuais.

Segundo Barbosa (2011) nos anos 1980 o modelo de desenvolvimento passou por transformações qualitativas a partir do II PND (Plano nacional de Desenvolvimento) quando as regiões Norte e Nordeste, finalmente, passavam a ser o carro chefe de grandes projetos industriais.

A primazia consistia na adoção de projetos industriais que buscavam articular um desenvolvimento regional pautado na lógica hegemônica global. O estado do Maranhão, dessa forma, retomou seu posto na dinâmica do capital internacional, tendo o Programa Grande Carajás corporificado tal pressuposto. (BARBOSA, 2011)

Ocorreu, ainda, à implantação de grande complexo minero siderúrgico associado a projetos industriais, a exemplo de três grandes empresas: o Consórcio ALUMAR, criado em 1980, a Companhia Vale do Rio Doce, vindo para o Maranhão em 1976 e o Centro de Lançamento de Alcântara, instituído em 1982. Todos esses empreendimentos econômicos agravaram a questão agrária e urbana, pois ocasionou o processo de transferência de terras devolutas para diversas corporações empresárias.

Compreendendo esse contexto paradoxo da história econômica maranhense, de desenvolvimento por um lado e de dificuldades socioeconômicas por outro, é necessário observar que entre as décadas de 1930 a 1970 se tinha uma produção agrícola familiar voltada à produção de quatro produtos típicos da alimentação: arroz, mandioca, feijão e milho. Porém, a partir de 1985 em que o estado assume uma postura de desenvolvimento dos grandes projetos, essa produção agrícola tem seu declínio, marcando seu pior momento em 1996 e 1998, em que a produção per capita atingiu 18,92%. (BOTELHO, 2007)

Conforme Delgado (2010), a partir desse contexto desenvolvimentista, ocorre a priorização de três commodities no estado do Maranhão, a soja, os minerais de ferro e alumínio, considerados mais rentáveis. Além destas produções, destacasse o investimento feito pelo capital no campo maranhense, para a entrada de capitais na produção de alimentos e no cultivo da lavoura canavieira para produção de álcool como combustível, assim como o eucalipto, o bambu e o arroz.

Dessa forma, observamos que nos anos 1990 ocorre uma consolidação e expansão do agronegócio, agravando ainda mais a questão agrária no estado. A produção de soja estava vinculada ao discurso modernizador desde a época do então governador Sarney, datada da década de 1970, constituindo um projeto estratégico e altamente rentável com a vinda de empresários gaúchos, que assumem o status de “agentes do desenvolvimento local”. Tal concepção é devida à suposta experiência e visão “empreendedora” dos sulistas,

que, em tese, alavancaria a economia da região.

A produção de soja no Sul do Maranhão utiliza técnicas e tecnologias modernas, com uma produção mecanizada e informatizada. Articulado a isto, o Estado possibilita grandes recursos para investimentos e uma infraestrutura que garante o transporte rodoviário e portuário da produção. Sendo assim, esta produção é voltada para atender o mercado externo. Tal cultura da produção de soja gera grandes problemas para o campo, uma vez que seu cultivo é realizado em grande escala, ocupando terras geralmente em grandes extensões, o que prejudica a lavoura de subsistência realizada pelas famílias camponesas, ocasionando grandes e intensos impactos na produção familiar, ademais, gerando conflitos socioambientais, econômicos e culturais.

Porém, apesar dos muitos problemas e conflitos causados pelas práticas produtivas do agronegócio, o Estado do Maranhão assume importante papel de aliado do agronegócio, não priorizando o enfrentamento da questão agrária, nem realizando as políticas agrícolas e agrárias destinadas à agricultura familiar camponesa. Todo esse contexto de investimentos do agronegócio, assim como os projetos de infraestrutura, não aconteceu e nem tem se dado de forma harmoniosa, pois muitos são os conflitos e os agricultores familiares, posseiros, quebradeiras de coco, indígenas, quilombolas, extrativistas de modo geral e pescadores, que têm, historicamente, construído formas de organização política em defesa de seus territórios.

Toda essa concentração e contexto histórico da questão agrária nos remete a base da resistência camponesa. O debate teórico nos apresenta que as expressões da questão agrária mais recente se configuram sobre as faces do agronegócio e suas perspectivas produtivas. Então, observar a resistência de movimentos sociais da terra ao longo da história, a exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, se torna de grande necessidade para tentar compreender a organização desses trabalhadores no objetivo de garantir a realização dos seus direitos, além, de se constituir como uma das principais características do campo brasileiro.

### **Resistência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST no Maranhão e o acampamento Marielle Franco**

Neste contexto de contradição e expansão desigual no campo agrário brasileiro, uma forma de resistência camponesa é visualizada através da sua organização e luta nos movimentos sociais. Assim, os movimentos sociais se tornaram referência na realização de lutas e passaram a ser considerados a forma mais eficiente de resistência dos camponeses.

No contexto nacional a primeira semente do Movimento Sem Terra é plantada em 7 de setembro de 1979 na ocupação da fazenda Macali em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. É necessário entender que já existia um espaço aberto para o surgimento do Movimento Sem Terra, pois já existia a Comissão Pastoral da Terra-CPT, sendo que:

Muitas outras lutas, nesse estado e em todo país, foram gerando lideranças e incrementando a consciência da necessidade de

ampliação das conquistas em busca de um objetivo mais alto: a reforma agrária. O espaço aberto para esse processo foi a CPT, sem a qual, em anos de ditadura, o Movimento não teria nascido ou talvez demorasse ainda muito tempo para surgir. (Morissawa, 2007, p.123)

Observa-se que o início do MST no Brasil foi a reação de diversas famílias e trabalhadores rurais no desejo pela reforma agrária, ocorrendo ocupações e mobilizações nos estados do Brasil. Essas reações ocorreram em todo o país, mas com mais visibilidade e intensidade nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Um dos casos mais emblemáticos foi a ocupação da fazenda Sarandi (RS) em 1979 por cinco mil famílias organizadas pelo MASTER. O processo ficou muito conhecido nacionalmente por ter sido, na época desapropriada pelo governo estadual, na época, Leonel Brizola. Porém, em um complexo, longo e difícil processo de luta as famílias sofreram vários despejos, deslocamento, humilhações e violências. Importante destacar que, apesar de tudo, as famílias avançaram no processo de organização e luta.

O avanço organizativo resulta do fato de que todas as ações e articulações das famílias sem terra resultaram em um processo de conscientização da luta pela terra construída na dinâmica do cotidiano, com a construção de cada acampamento. O resultado da dinâmica organizativa destas famílias foram ocupações de outras fazendas e mobilizações em torno da terra.

A nível regional a primeira ação do MST no estado se deu com a participação de integrantes do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU no primeiro Congresso Nacional do MST. O CENTRU é uma entidade que atua no Oeste do Maranhão, região está com imensos pedaços de terras griladas, uma dessas terras consistia na fazenda chamada Pindaré, que no final da década de 1960 foi distribuída para vários grupos empresariais como Varig, Pao-de-Açúcar, Sharp, Cacique e Mesbla, além disso, havia projetos de extração de madeira e projetos agropecuários financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com tantas empresas, mais problemas para os posseiros, os quais foram expulsos de suas terras por diversas vezes através de atos violentos, resultando na migração dessas famílias para a periferia de Imperatriz e cidades vizinhas, onde o número de sem-terra já era grande. O cenário e quadro de conflitos aumentaram, chegando à média, em 1985, do assassinato de dois trabalhadores rurais por mês. No seu processo organizativo no estado, o MST faz a ocupação da fazenda Capoema, em Santa Luzia. Em seguida, ocorreu a ocupação da fazenda Criminosa, em Imperatriz, que pertencia à empresa Sharp.

A próxima ocupação foi da fazenda Gameleira, também em Imperatriz, com 144 famílias. Uma semana após essa ocupação ocorreu outra em Buriticupu, onde 27 famílias entraram na fazenda Terra Bela. Essas ações tiveram o apoio do PT, da CUT e da CPT. Posteriormente essas áreas foram desapropriadas, claro que a custo de muita resistência e reocupações. Essas ações consolidaram o MST no Maranhão.



O número de sem terras organizadas pelo Movimento aumentou no Maranhão, ocorrendo assim em janeiro de 1991 o Encontro Estadual, onde foi decidida a criação de três regionais: Tocantina, Pindaré e Médio Mearim, para melhor desenvolver as ações organizativas, como capacitação nos aspectos técnicos e produtivos, estimulando o trabalho coletivo e a criação de cooperativas.

Sempre resistindo ao contexto desfavorável e lutando para a realização de uma reforma agrária é, que no estado do Maranhão, o MST articula-se para realizar várias ocupações. Destaca-se, a ocupação realizada em 2018, a um latifúndio improdutivo na cidade de Itinga, em uma área pública que está em situação de grilagem pela empresa Viena Siderúrgica. O Acampamento recebeu o nome de Marielle Franco, possuindo hoje cerca de 150 famílias, e nesse cenário o Movimento reivindica a área para a criação de assentamentos de Reforma Agrária.

As famílias do Acampamento Marielle Franco vêm das periferias das cidades de Açailândia e Itinga, onde as dificuldades de emprego e a necessidade de terra para trabalhar levaram essas famílias à organização. O MST no Maranhão já reivindica a área junto ao Incra, que informou que a área pertence a União Federal e tem uma extensão de cerca de 9 mil hectares, o que, segundo a coordenação do Movimento daria para assentar cerca de 150 famílias. Apesar de ainda não terem garantia da posse da terra, que está em processo de desapropriação, os agricultores acampados ali já avançam na produção de arroz, feijão, fava, abóbora, farinha, milho e diversas frutas e hortaliças. Produzem uma diversidade de alimentos em um pequeno espaço de 110 hectares da área ocupada, em meio à pulverização de agrotóxicos para o cultivo de soja e eucalipto que se espalha pelo sul maranhense.

A organização produtiva é colaborativa e cada família possui três linhas de roças destinadas à subsistência e venda nas feiras de Itinga. Com admirável organização coletiva, os acampados já estruturaram o local com um ônibus, uma mercearia, duas igrejas e uma escola, construída pelos próprios moradores e reconhecida pelo município como anexo da Escola Municipal Luís Rocha, com cerca de 90 alunos matriculados no ensino infantil, fundamental e ensino de jovens e adultos e sete funcionários. (MST)

Com um plantio livre de agrotóxicos, os produtores também declaram preocupação com o avanço do monocultivo, que, além de retirar agricultores de suas terras, prejudica ainda o plantio de alimentos em razão da pulverização de agrotóxicos na região. A região compreendida como mesorregião sul maranhense é pioneira na produção de soja em larga escala. Ainda no final dos anos 1990, alcançou a margem de 448,4 mil toneladas produzidas em quase 176,4 mil hectares, que antes era espaço de agricultores familiares que, da terra, tiravam a subsistência, mas se viram obrigados a migrar para centros urbanos como Itinga, Açailândia e Imperatriz.

Assim, em meio a uma imensidão de soja e eucalipto, o acampamento Marielle Franco é considerado um ponto de resistência e sustentabilidade. Com muita resistência, trabalho e organização, as famílias já colhem os alimentos da terra fértil outrora grilada por uma empresa siderúrgica. Todavia, as famílias hoje seguem ameaçadas de despejos.

## Considerações

A partir das indicações presentes no trabalho, foi possível inferir que a questão agrária é um elemento constituinte da expressão histórica do estado do Maranhão. Assim, torna-se notório que tal expressão inicia-se na colonização e perdura até a contemporaneidade, sem qualquer interferência do estado para a efetivação da Reforma Agrária.

Todo esse contexto faz surgir movimentos de trabalhadores camponeses, que expressam suas lutas por terra e melhores condições de trabalho. Um movimento especial destacado aqui é, o Movimento Sem Terra- MST, cuja articulação ocorre nas diversas ações de ocupação exercendo, portanto, grande expressividade na sociedade, fato que o levou a ser reconhecido como movimento social de grande expressão no enfrentamento da questão agrária no estado do Maranhão. E, nessa perspectiva, o MST fortalece a luta e resistência do Acampamento Marielle Franco contra a lógica predadorista do capital.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. Questões agrárias no Maranhão contemporâneo. Manaus: UEA Edições, 2017, p. 63-143
- ARCANGELI, Alberto. O mito da terra: uma análise da colonização da Pré- Amazônica Maranhense. São Luís: UFMA\PPG\EUMA, 1987.
- AZAR, Zaira Sabry. A organização da produção da vila Diamante na luta pela terra no MA. São Luís: UFMA, 2005. Dissertação ( Mestrado)- Programa de Pós- graduação em Políticas Públicas, UFMA, São Luís, Maranhão, 2005.
- BARBOSA, Z. O global e o regional. Grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão. Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luis, MA.
- BOTELHO, Joan. Conhecendo e debatendo a História do Maranhão. São Luís: Ver Curiosidade, 2007.
- CABRAL, M. S. C. A frente de expansão na colonização maranhense: a litorânea; A frente de expansão na colonização maranhense: a do interior In Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luis: SIOGE, 1992, p. 58-137.
- CASTRO, Mariana. Avanço da monocultura no Maranhão ameaça produção do acampamento Marielle Franco. Disponível em: < <https://mst.org.br/2021/01/20/avanco-da-monocultura-no-maranhao-ameaca-producao-do-acampamento-marielle-franco/> Acesso:02/02/2021.
- DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. A relação serviço social e questão agraria na contemporaneidade: inserção e prática de assistente social no MST e na FETAEMA no Maranhão. São Luís: UFMA. Dissertação ( Mestrado)- Programa de pós graduação em Políticas Públicas, UFMA, São Luís, Maranhão, 2010.
- FEITOSA, Moacir; RIBEIRO,Évi. Ensaio sócio econômico e histórico. São Luís: Fase, 1991.
- MORISSAWA, Mitsue. A História da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- OLIVEIRA, F. Introdução In Elegia por uma re(li)gião. Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1981, p. 13-44
- SCHNEIDER, Sergio; LAURO, Mattei; CAZELLA, Ademir Antônio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. Porto Alegre, 2004.
- STÉDILE, João Pedro. A questão agraria no Brasil. São Paulo: Atual,1997.

**A Mineração em Carajás: uma  
reflexão histórica sobre o seu  
resultado econômico e a crescente  
imposição da lógica industrial no  
interior da Amazônia paraense**

# A mineração em Carajás: uma reflexão histórica sobre o seu resultado econômico e a crescente imposição da lógica industrial no interior da Amazônia paraense

Leonardo PETRILLI <sup>1</sup>  
Josilene Ferreira MENDES <sup>2</sup>  
André Mafra CALDERAN <sup>3</sup>  
Denize Valéria dos Santos BAIA<sup>4</sup>  
Joana Cláudia Zandonadi PINHEIRO<sup>5</sup>

## Resumo

Além da importância econômica da mineração, especialmente para Minas Gerais e Pará, é necessário observar os seus reflexos e imposições ao ambiente e à sociedade. A instalação de grandes empreendimentos de mineração inseriu povos e comunidades da Amazônia brasileira na lógica global frente às dinâmicas locais. Assim, este trabalho traz uma reflexão sobre a mineração na região de Carajás/PA por meio da observação dos dados históricos desse setor. A pesquisa utiliza a bibliografia especializada para demonstrar a trajetória do Projeto Grande Carajás (PGC), que surgiu ao final de 80 com a lógica colonialista de exploração, ao ser financiada por empresas e bancos estrangeiros. Os resultados econômicos e o aumento gradativo da produção mineral nesta região, levantados por meio de dados dos órgãos reguladores, demonstram a lógica desenvolvimentista estritamente econômica. O lucro desse setor tem tido aumento significativo ano após ano, e que, somente em 2020, durante a crise mundial imposta pela pandemia, essa atividade teve um aumento expressivo e fechou o ano com variação positiva de 51% somente na arrecadação da CFEM. Finalmente, o trabalho evidencia a importância econômica alcançada pela mineração no interior da Amazônia paraense e apresenta evidências de grandes conflitos socioambientais no território Carajás, inclusive distributivo.

**Palavras-chave:** Carajás; Parauapebas; Indústria; Lógica global.

## 1. Introdução

O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de bens minerais. Pela grandeza da indústria mineral brasileira, espera-se que os municípios no entorno de grandes minas, que movimentam recursos financeiros significativos, proporcionem maior padrão de vida à sua população, uma vez que a introdução deste setor industrial dinamiza a região com o oferecimento de serviços diversos e, conseqüentemente, atrai trabalhadores e movimenta

---

1 Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), e-mail: leonardo.petrilli@ufra.edu.br

2 Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), e-mail: josilenefermendes@gmail.com

3 Mestrando do Programa de pós-graduação em Ciências Ambientais da UFSCar, e-mail: andremafracalderan@gmail.com

4 Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), e-mail: denizebaia@yahoo.com.br

5 Professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), e-mail: joanazandonadi@unifesspa.edu.br

o comércio local (FERNANDES et al 2016). O estado do Pará detém uma expressiva participação econômica deste setor, local de amplas reservas, dentre elas, o minério de ferro, localizado na Serra dos Carajás, ao sul do estado, destacando-se o município de Parauapebas.

Coelho (2010) destaca que a exploração de recursos minerais tem baixa, ou quase nenhuma agregação de valor e contribui para a destruição do patrimônio natural, social e cultural. O autor ressalta ainda que o estado do Pará é o que detém a maior província mineral, no entanto, é um dos mais pobres do país.

O presente trabalho lança um olhar sobre a lógica industrial e de grandes empreendimentos impostas sobre o território amazônico, o que incorre em um processo extrativista que, em sua natureza, exclui o olhar comunitário e as dinâmicas sociais existentes nessas regiões. Assim, a pesquisa utiliza um arcabouço teórico que proporciona uma reflexão sobre o processo histórico dessas atividades e as violações causadas, apresentando dados sobre o Projeto Grande Carajás.

A seguir, é apresentada uma discussão teórica com pesquisadores e estudiosos que dedicam-se à investigação dos dilemas socioambientais existentes em ambientes de mineração e posteriormente, apresenta-se a evidenciação de que a lógica global é atual e crescente neste empreendimento.

## **2. Revisão Bibliográfica**

### **2.1. Amazônia, Recursos Minerais e (Neo)extrativismo**

Inicialmente, o presente trabalho traz uma reflexão sobre a forma de utilização dos recursos naturais na Amazônia e o estabelecimento de uma lógica globalizada, que se sobrepõe às necessidades locais e ainda, a observação das bases coloniais de exploração. Marques (2019), ressalta que a Amazônia é vista como “fonte de recursos naturais” e a natureza restringe-se, “de um lado, à matéria prima e, de outro, à mercadoria de forma de terras para comercialização e acumulação”, o que revela uma concepção economicista e que entende a natureza como um obstáculo ao progresso, documentos e discursos oficiais chamaram à luta para vencer as forças da natureza e conquistar os “espaços vazios” amazônicos (MARQUES, 2019, p.203).

Para o autor, a natureza amazônica, “artificialmente separada do homem” transformou-se tão somente em fonte de recursos naturais para a produção, daí a grande preocupação em desenvolver pesquisas para mensurar o tamanho dos “estoques de matérias primas” a serem explorados, “ocupação dos espaços vazios” e “avanço da fronteira”. Isso trouxe consequências terríveis para os ecossistemas amazônicos. O discurso governamental e empresarial pressupunha que não havia ninguém. “E o indígena e o caboclo que lá habitavam? Esses, não por acaso, desapareceram no discurso e nos planos oficiais” (MARQUES, 2019, p.204).

Aráoz (2020, p.15) utilizando da obra de Eduardo Galeano – As veias abertas da América Latina – diz: “mais uma vez, sobre veias abertas e furações” para afirmar que o



modelo de mineração neste continente continua sendo colonial e predatório. O autor diz que os impactos da atividade podem figurar como a passagem de um “furacão chamado progresso”. Com essa analogia, é possível entender além das razões, e entender as emoções que mobilizam a dinâmica da mineração transnacional, propriamente colonial. A fé na promessa do desenvolvimento infinito, a cobiça que se faz passar por prosperidade, o bem estar que se confunde com consumo, a mera mercantilização do desenvolvimento (ARÁOZ, 2020, pg.19-20).

O professor Gilberto Marques (2019) lembra ainda que o interesse das mineradoras é a extração mineral simples, ou seja, sem beneficiamento, confirmando o papel da região como uma semicolônia. “É o caso do ferro de Carajás, que é extraído, lavado e colocado nos trens que o levam ao porto no Maranhão para ser embarcado nos navios para o exterior”. Assim, os investimentos das mineradoras concentram-se na extração e não no beneficiamento, a não ser quando o Estado garante condições favoráveis para isso, como é o caso da energia elétrica subsidiada (MARQUES, 2019, p. 215).

Esse modelo de atividade reflete-se no ambiente social. Svampa (2019) diz que a configuração de territórios de extração se traduz no deslocamento do “tecido econômico e social” e na consolidação de uma forte estrutura de desigualdades que inclui diferentes aspectos, vinculados ao estilo e qualidade de vida e às relações trabalhistas (SVAMPA, 2019, pp.101-102).

Em contextos como estes, nos quais costumam se expressar por meio de formas extremas, ou seja, o surgimento de novas territorialidades, em que a marginalidade e a convivência em relação ao Estado central se combina ao extrativismo depredador e à busca do lucro extraordinário (SVAMPA, 2019, p.102).

Aráoz (2020) estabelece uma relação entre esse tipo de atividade extrativista e o modelo colonialista de exploração, o qual ele chama de (neo)colonial. Para o autor, na lógica colonialista ocorre um “domínio opressivo”. Aráoz (2020) ressalta que é difícil explicar como e por quê, apesar de tanta história repetida, tanta evidência acumulada, os governos latino-americanos, independentemente do espaço que ocupam no espectro político, uma vez no poder, empenham-se por todos os meios em acelerar a máquina extrativista como única alternativa” para superar o subdesenvolvimento e eliminar a pobreza, como colocou uma vez o presidente colombiano Juan Manuel Santos (ARÁOZ, 2020, p.22).

Svampa (2019) afirma que nesse tipo de atividade ocorre a “dinâmica do enclave”, que é bastante presente na Amazônia, e relacionada à extração de minerais e à exportação de diferentes matérias primas (cana-de-açúcar, guano, borracha, madeira, etc). Para a autora “povoados-acampamento, às vezes convertidos em cidades, conhecem o esplendor e o esbanjamento, a pobreza e a riqueza extremas” (p.101). Svampa (2019) faz uma analogia, dizendo que “quando as luzes finalmente se apagam e o capital se retira para se expandir em outras latitudes, em busca de commodities baratas, tais áreas costumam oferecer a imagem perfeita do saque e do esbulho; cartões postais de um território fortemente degradado, convertido em zona de sacrifício, que só deixa como legado às comunidades locais os impactos ambientais e sociais” (p.101).

Assim, observa-se a expansão da fronteira de mercadorias, um modelo histórico-geográfico baseado na apropriação rápida (MOORE, 2013 apud SVAMPA 2019).

## **2.2. Mineração no sudeste do Pará e o Projeto Grande Carajás**

Sobre o Projeto Grande Carajás, Palheta et. al. (2017) lembram que trinta anos se passaram do início da exploração mineral em Carajás, a maior reserva de recursos minerais na Amazônia, no Sudeste do estado do Pará, região Norte do Brasil. Desde a década de 1980 que esta parte da Amazônia passou a ser conhecida como região de Carajás, tendo em seus municípios diversos projetos instalados de exploração mineral sob o comando da Vale (PALHETA et al. 2017).

Os autores esclarecem que a década de 1980 foi um “divisor de águas” para a região amazônica, especialmente a região Sudeste paraense. Diversos processos territoriais, econômicos, sociais e políticos surgiram ou foram acelerados pela mineração. O surgimento de novos municípios, o crescimento demográfico, o aumento das receitas municipais e o acirramento dos conflitos sociais e ambientais pelo uso do território demonstram não só a complexidade destes processos, mas também a complexidade da nova configuração territorial que a região de Carajás adquiriu, após a instalação das atividades mineradoras e de atividades ligadas a ela (PALHETA et al. 2017).

O PGC, segundo Coelho (2015), contou com recursos advindos dos Acordos de Washington, em sua maior parte dos investimentos na empresa sendo de origem britânica e americana, criaram então a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), agregando a seu patrimônio todas as jazidas de ferro que eram propriedade da Itabira Iron Ore Company. O governo norte-americano concedeu financiamento de US\$ 14 milhões para a empresa comprar máquinas e equipamentos. O autor firma que, desta forma, a “Vale do Rio Doce nasceu já ligada ao mercado externo com o propósito de abastecê-lo de minério de ferro”. Com um contrato de três anos, a empresa se comprometia a vender toda a produção de cerca de 1,5 milhões de toneladas de minério de ferro para a Inglaterra e Estados Unidos a preço abaixo dos praticados no mercado mundial (COELHO, 2015, p. 27-28).

O autor ressalta a exportação de produtos primários “fortalece e aprofunda as características sociais clássicas do subdesenvolvimento” e também se intensifica a dependência econômica e política da região produtora de matérias-primas em relação ao mercado internacional (COELHO, 2015, p. 93).

Marques (2019), ressalta que esse tipo de indústria e exportação estabelece a “condição regional de semicolônia”. Essa lógica pode ser evidenciada pelos dados apresentados pelo autor, demonstrando a disparidade dos produtos básicos na economia. Para cada US\$100,00 exportados em 2011, US\$75,71 foram em mercadorias sem beneficiamento. Alguns anos depois, em 2017, essa diferença aumentou ainda mais e a cada US\$100,00 exportados, US\$86,04 eram produtos com baixa ou nenhuma industrialização (MARQUES, 2019, p.216).

Parauapebas continuou seu dinamismo econômico com a presença da exploração principalmente do minério de ferro, ampliando sua exploração através de novas minas de ferro e manganês exploradas no município pela Vale, denominadas de “mina de ferro Carajás” e “mina do azul”, respectivamente (PALHETA et al. 2017).

A expansão da atividade na região é lembrada pelo autor com o exemplo do município de Canaã dos Carajás, com o Projeto ferro S11D. Assim, a cidade tem registrado um aumento significativo na oferta de postos de trabalhos e de crescimento populacional, com o surgimento de inúmeros bairros.

### **3. A dimensão econômica da mineração em Carajás**

Para iniciar esta seção, trazemos a dimensão mineral da região de Carajás, especificamente a mensuração da quantidade de minério estimada na região e onde hoje encontra-se o empreendimento S11D.

Marques (2019) afirma que no Pará, a presença do extrativismo mineral é ainda maior do que no restante da Amazônia. Em 2010, de toda a exportação do estado, 86% decorreu da produção mineral. Em 2011, totalizaram 89,59% de produtos básicos não industrializados e em 2017, o percentual foi de 87,84% (p.217). Segundo o autor, a Vale respondeu sozinha por 62% de tudo o que o Norte exportou em 2011 e 70,25% das vendas do Pará. A cada dia de 2017, a Vale exportou 449 mil toneladas de ferro retiradas de Carajás por dia (MARQUES, 2019).

Silva e Costa (2020) dizem que, segundo relatórios da Vale, a região de Carajás possui 17 bilhões de toneladas de ferro e os depósitos de minério de ferro em Serra Sul, onde localiza-se a mina S11D, são estimados em 4,3 bilhões de toneladas, com mais de 66,7% de teor de ferro, uma pureza elevada.

Marques (2019) lembra que a dependência da exportação mineral deve permanecer, pois, segundo ele, não há outro conjunto de produtos que se apresente como alternativa expressiva (p.213).

No cerne da discussão deste trabalho, o professor diz ainda que a lógica industrial é percebida ainda pelas relações comerciais estabelecidas à partir dos recursos retirados da Amazônia, que ganham o mundo. A China é o principal comprador, seguido pelo Japão, Alemanha, EUA, Holanda, Canadá e Coreia do Sul (MARQUES, 2019, p.214).

Trazemos um dado que refirma o aumento da exploração econômica e mineral da Amazônia paraense. Trata-se do resultado desse setor no ano pandêmico de 2020. A seguir, são apresentados os dados relativos ao repasse do imposto CFEM ao estado do Pará, os quais foram levantados junto à Agência Nacional de Mineração (ANM). Os dados revelados pelo Quadro 1 são relativos aos estados do Pará e do Amapá, uma vez que a forma de divulgação dos dados pela ANM foi alterada. O Levantamento demonstra que, no ano de 2020 houve uma variação positiva de 51,57% entre Janeiro e Dezembro.

**Quadro 1 – Recolhimento de CFEM em 2020, estados PA e AP**

Jan	189.166.585,49
Fev	170.633.369,88
Mar	162.842.691,05
Abr	174.060.092,72
Mai	147.472.993,95
Jun	200.083.312,69
Jul	186.247.395,39
Ago	232.015.841,65
Set	272.940.398,38
Out	325.942.872,31
Nov	739.901.910,25
Dez	333.564.268,46
Total Ano	3.134.871.732,22
<b>Varição Ano</b>	<b>+ 51,57%</b>

Fonte: ANM (2021)

O levantamento demonstra um nível elevado de produção mineral, por meio de CFEM, apresentando variação positiva no ano de 2020.

O Quadro 2 apresenta os valores pagos de CFEM pelos municípios com maior arrecadação desse imposto no Brasil entre 2010 e 2017. Parauapebas lidera o ranking com uma arrecadação disparadamente maior do que o segundo colocado. Os números revelam a importância e a centralidade da atividade mineral para a região.

**Quadro 2 – Resultados da CFEM entre 2010 e 2017 nos municípios com maior arrecadação**

Ano	Município	Recolhimento CFEM	Município	Recolhimento CFEM
2010	Parauapebas – PA	427.086.035,56	Nova Lima – MG	188.474.969,24
2011	Parauapebas – PA	371.088.416,69	Nova Lima – MG	119.419.415,70
2012	Parauapebas – PA	229.896.598,41	Nova Lima – MG	81.391.657,67
2013	Parauapebas – PA	700.520.912,78	Nova Lima – MG	234.071.916,95
2014	Parauapebas – PA	369.352.761,43	Nova Lima – MG	106.732.701,67
2015	Parauapebas -PA	232.112.169,90	Mariana – MG	104.389.607,06
2016	Parauapebas -PA	285.490.066,82	Itabira – MG	141.090.963,40
2017	Parauapebas – PA	403.190.143,25	Nova Lima – MG	103.433.272,91

Fonte: Balanço Social Vale (2018) e ANM (2021)

#### 4. Discussões e Conclusão

O trabalho apresenta uma proposta de reflexão sobre o modelo industrial e extrativista instalado em Carajás. Para isso, volta-se à estudos e investigações sociais que observam o ambiente social da mineração. As características encontradas no território estudado revelam uma economia baseada no enclave, na qual há uma forma de dominação e esvaziamento territorial por meio do empobrecimento estrutural, ou seja, a economia é o aspecto positivo mais relevante nesse tipo de atividade, que promove uma falsa sensação de desenvolvimento. A proposta do trabalho revela-se ainda pela observação da continuidade desse tipo de lógica empresarial no território de Carajás, após trinta anos de atividades do PGC. A literatura demonstra que a imposição de características de grandes projetos frente às dinâmicas sociais locais produz efeitos a longo prazo, transpassando a visão imediatista econômica. O estudo aponta ainda a necessidade contínua de análise do ambiente de Carajás sob as ópticas econômica e social.

#### REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. Disponível em:> <https://www.gov.br/anm/pt-br>< Acesso em 15 Jan. 2021.
- ARÃOZ, H. M. Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.
- COELHO, M. C. N. et al. Mineração de bauxita, industrialização de alumínio e territórios na Amazônia. In: Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- COELHO, T. P. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá/PA: Editorial Iguana, 2015.
- DA COSTA, M. L.; DA SILVA, A. C. S. Genesis of the “soft” iron ore at S11D Deposit, in Carajás, Amazon Region, Brazil. *Brazilian Journal of Geology*. v.50, n.1, 2020.
- DA SILVA, I. S. Memória, identidade e separatismo: narrativa da colonização na Amazônia Oriental brasileira. In: TROCATE, C. Iguana: reflexão amazônica. Marabá: Editorial Iguana, 2015.
- DOS SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. A construção do desastre e a privatização da regulação mineral: reflexões a partir do caso do Vale do Rio Doce. In: ZHOURI, A. Mineração, Violências e Resistências: um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil. Marabá/PA: Editorial Iguana, 2018.
- FERNANDES, F.; ENRIQUEZ, M. A.; ALAMINO, R. Recursos Minerais & Sustentabilidade Ambiental: I. Grandes Minas; II. Arranjos Produtivos Locais. Rio de Janeiro: CETEM, 2011.
- MARQUES, G. S. Amazônia: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- PALHETA, J. M. et. al. Conflitos pelo uso do território na Amazônia mineral. *Revista Mercator*, Fortaleza, v.16, 2017.
- SVAMPA, M. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.
- TROCATE, C. Iguana: reflexão amazônica. Marabá: Editorial Iguana, 2015.

# **Desenvolvimento Regional e Emergência Étnica: um olhar contemporâneo sobre o Cariri Cearense.**



## **Desenvolvimento Regional e Emergência Étnica: um olhar contemporâneo sobre o Cariri Cearense.<sup>1</sup>**

Luciana Melo de Medeiros Rolim CAMPOS <sup>2</sup>

### **Resumo**

A necessidade de dar visibilidade aos processos de emergência étnica que ocorrem face a processos de desenvolvimento regional, nos instigou a investigar esse fenômeno na Região Metropolitana do Cariri - RMC, no Sul do Ceará, nordeste brasileiro. Há dez anos esses fatos vêm se ampliando e ocorrendo de forma paralela: de um lado tem-se a criação da RMC e seus projetos de desenvolvimento e de outro tem-se os processos de emergência étnica ocorrendo, sobretudo, com os Cariri de Poço Dantas - Umari, em Crato. Observou-se, através de análise documental, que os planos e projetos para essa região são alheios à presença Kariri, não apresentando nenhuma ação específica para este grupo étnico. Apesar disso, a análise dos relatos feitos durante o II Seminário Nacional dos Povos Indígenas do Cariri Cearense demonstram a complexidade e a urgência das reivindicações da luta política deste povo.

**Palavras-chave:** Povo Kariri; Região Metropolitana do Cariri; Desenvolvimento

### **1. Introdução**

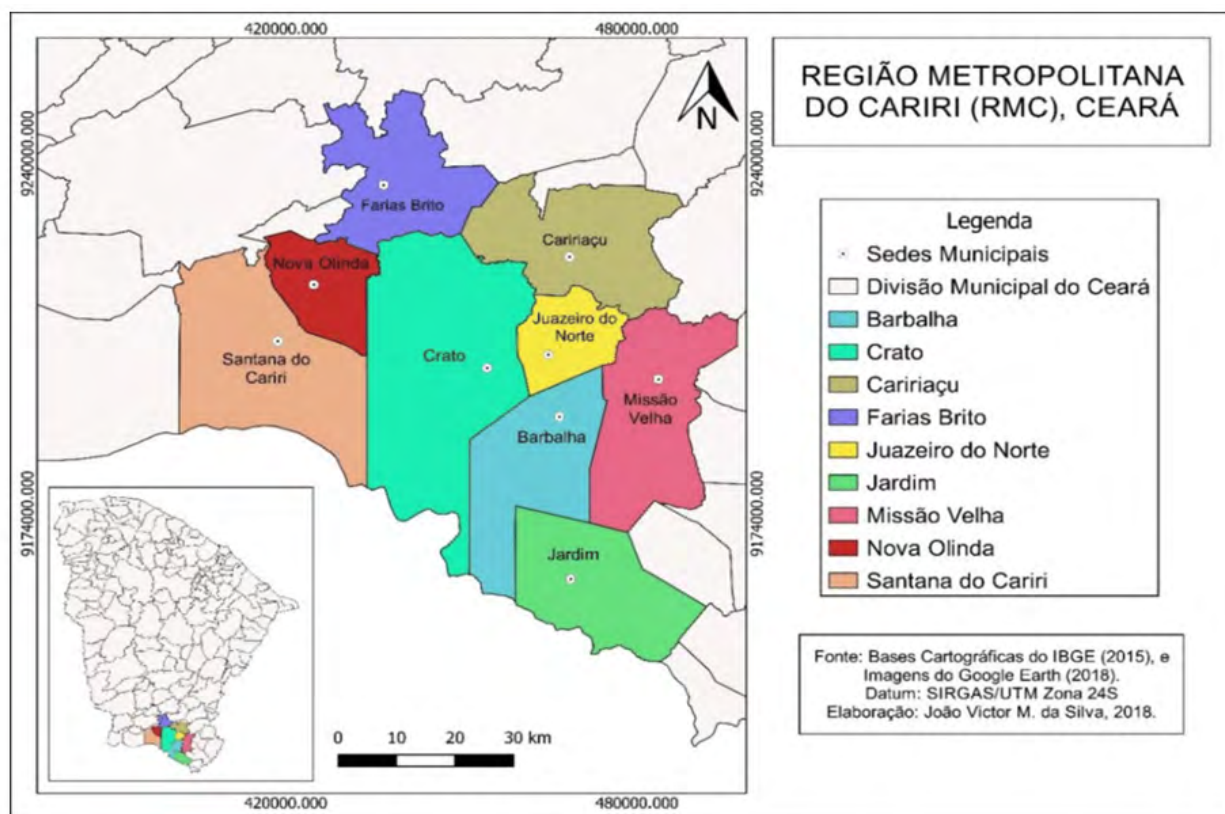
O Cariri Cearense localiza-se no sul do Ceará e é uma região de múltiplos e significativos patrimônios, sejam de origem paleontológica ou étnica. O acelerado desenvolvimento dessa região tem trazido ameaças reais a sua pujança cultural, histórica e natural. Em 2009, a criação da Região Metropolitana do Cariri – RMC (Figura 01) trouxe obras de grande envergadura e grandes empresas que produziram uma dinamização na economia local, mas que trouxeram consigo também uma maior pressão nos recursos naturais e o agravamento de tensões sociais já existentes. (NOBRE, 2017).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 2 : Conflitos socioambientais, projetos de desenvolvimento, comunidades rurais e quilombola

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável.

**Figura 01 - Região Metropolitana do Cariri**



**Fonte : (SILVA, NASCIMENTO, MOURA - FÉ, 2019)**

Algumas comunidades rurais do Cariri têm enfrentado, por exemplo, a pressão de projetos estruturantes em curso no Nordeste. Como é o caso da comunidade do Baixio das Palmeiras e do Povo Cariri de Poço Dantas - Umari, profundamente afetadas, em múltiplos aspectos, pela construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), braço cearense da transposição do Rio São Francisco.

Recentemente, durante o II Seminário Nacional dos Povos Indígenas do Cariri Cearense - SNPICC, realizado em agosto de 2020, constatou-se um crescente movimento de afirmação étnica na região. Embora tenham vindo de lugares e contextos diferentes, os depoimentos dão uma real dimensão do movimento ascendente de reconhecimento e fortalecimento da identidade étnica Kariri em diversas localidades desta região, notadamente no Baixio das Palmeiras e na Comunidade dos Cariris de Poço Dantas. As diversas falas durante o referido seminário reivindicavam a identidade Kariri como elemento constitutivo de sujeitos e comunidades, revelando modos de vida, crenças, memórias e artefatos, elementos que registram, de modo incontestável, a presença contemporânea do povo Kariri nesta região.

Eis aí, portanto, o paradoxo em que nos encontramos: um modelo de desenvolvimento predador e voltado para os valores do capital confrontado por um modo de vida carregado de ancestralidade, uma biodiversidade que abraça espécies endêmicas e em risco de extinção e uma geodiversidade singular e de importância extrema para a ciência.

Neste sentido, portanto, o presente ensaio apresenta uma discussão contemporânea que é a investigação da luta política de povos indígenas em contraponto a processos de desenvolvimento engendrados pelo Estado (GARCÉS, SILVA e MORALES.,2019).

### ***“A destruição impulsionada por commodities”***

Em recente relatório<sup>3</sup> a Associação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB e a Amazon Watch demonstram a intrínseca relação entre as grandes corporações e a violação de direitos indígenas e ambientais na Amazônia brasileira, conforme abaixo :

Este relatório identificou três setores principais que têm liderado os conflitos com Povos Indígenas na Amazônia brasileira nos últimos anos: mineração, agronegócio e energia. Esses conflitos decorrem da exploração de Terras Indígenas pelo setor privado, em que em muitos casos as empresas ignoram os ataques diretos a essas terras por grileiros e outros atores locais, bem como sistematicamente desrespeitam as leis que protegem os territórios e os direitos indígenas, especialmente, o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada ( APIB , 2020, Pág. 15.)

Os exemplos de violação dos direitos dos povos originários face aos projetos neoliberais de desenvolvimento podem ser vistos no mundo inteiro. Desde parques eólicos no Oaxaca no México a resorts no Ceará no Brasil ( TAVARES e SILVA, 2015) ou a extração de minérios no território indígena Maya-Q'eqchi' da Guatemala (NOLIN e STEPHENS , 2010).

O que se tem observado ao longo da história é a estruturação da máquina estatal para favorecer, legal e institucionalmente, os interesses privados. No exemplo guatemalteco citados acima, o Presidente Óscar Bergers disse que a despeito das violações de direitos do povo Maya-Q'eqchi' era necessário “proteger os investidores”(ibid., 2010). Há a presença no senso comum de um discurso que afirma que a demarcação e o reconhecimento de povos indígenas, e conseqüentemente a permanência de outros modos de vida, é uma antítese ao desenvolvimento. O setor da agroindústria, por exemplo, na década de 70 já “reclamava que a imobilização de vastas dimensões de terras produtivas , que o Estado destina aos índios, prejudicava seriamente o futuro do desenvolvimento regional e o mercado de terras e ameaçava a expansão da fronteira agrícola.” (OLIVEIRA, 1998 p.55). Este mesmo setor atua hoje institucionalmente, com assentos no parlamento brasileiro, para destituir os direitos de povos originários com a tese do Marco Temporal, por exemplo.

---

3 Esta nova edição do relatório Cumplicidade na Destruição, organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em parceria com a Amazon Watch, é baseada em pesquisas realizadas pelo observatório jornalístico De Olho Nos Ruralistas (DOR) e a instituição holandesa de pesquisa Profundo. Disponível em <https://amazonwatch.org/assets/files/2020-cumplicidade-na-destruicao-3.pdf>

## Projetos de Desenvolvimento para a região do Cariri Cearense

Nesta seção apresentaremos uma síntese de propostas de desenvolvimento para a região do Cariri cearense, em específico ao que se refere à Região Metropolitana do Cariri Cearense - RMC<sup>4</sup>, lócus do fenômeno de emergência étnica acima citado.

O Cinturão das Águas do Cariri - CAC é um projeto do Governo do Estado do Ceará oriundo da Política Estadual de Recursos Hídricos, que pretende construir um canal de integração entre as onze bacias hidrográficas do estado até o ano de 2040.

O EIA - RIMA é o documento orientador da política adotada pelo executor da obra cujo objetivo é o de mitigar os efeitos da degradação ambiental ocasionada pela construção da obra, para tanto foram considerados os fatores biogeofísicos e socioeconômicos das áreas de influência direta e indireta do empreendimento. No referido documento, elaborado em 2012, quando trata dos impactos causados em povos ou comunidades tradicionais, o povo Cariri é caracterizado como estando “reduzidos a pequenas comunidades, que se encontram em estágio avançado de aculturação com o homem branco”. (CEARÁ, 2012, p. 114). E afirma que

Em Monte Alverne, localidade do município de Crato situada nas imediações do traçado do Trecho 1 (Jati-Cariús) foi identificada a comunidade indígena de Poço Dantas, que atualmente vem passando por um processo de auto-reconhecimento. Há, ainda, notícias e registros na Prefeitura de Missão Velha da identificação de outros remanescentes indígenas em processo de organização na localidade do Sítio Arqueológico Quimami. (Ibid. 2012, p.114)

O documento afirma terem sido tomadas “medidas específicas por parte do empreendedor para manter as condições de conformidade necessárias”, dentre outras medidas, destaca-se a que orienta “evitar a intersecção do traçado do sistema adutor com áreas indígenas” (ibid., p. 138)

A despeito disso, no município do Crato esta obra afetou duas comunidades tradicionais, a comunidade do Baixio das Palmeiras e a comunidade dos Cariris de Poço Dantas, ambas situadas no trajeto do trecho 1 (primeiro trecho do CAC construído). A primeira destas comunidades sofreu com a desapropriação de terras que ocupavam ancestralmente, conforme abaixo:

É visível, desde a leitura do EIA/RIMA, o descaso do poder público com a dimensão humana dos processos de desapropriação, pois desapropriação não é só sobre indenização, mas sobre jornadas de vidas que serão drasticamente modificadas por algo inesperado e não requerido. Todavia, endossados em noções de desenvolvimento que

---

4 A Região Metropolitana do Cariri foi criada em 2009, através da Lei Complementar nº 78. Atualmente é composta por nove municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririáçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri.

fomentam essas práticas, a gestão estadual repete, mais uma vez, o planejamento de um GPI<sup>5</sup> para resolver a histórica querela das secas. (MARTINS, 2020.p.167)

Os Cariris de Poço Dantas - Umari também sofreram violações com a desapropriação e , paradoxalmente, com as dificuldades de acesso à água potável.

Os atingidos reclamam do baixo valor pago nas indenizações e da negação de poder usar a madeira do desmatamento, descumprindo o que está prescrito no EIA/RIMA. Alguns ficaram sem água, pois algumas famílias são abastecidas com água de cisterna através e como tiveram suas instalações destruídas não tiveram direito a outra, pois de acordo com os 134 órgãos que executam o programa de cisterna quem consta como possuidor de uma não pode adquirir outra. A solução para alguns foi utilizar água do próprio canteiro de obras que se localiza a cerca de dois quilômetros da pequena vila. Esse fato revela também a falta de comunicação entre as políticas públicas. (NOBRE 2017, pág.134).

### **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Cariri**

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) destina-se ao contexto de regiões metropolitanas e possui um marco legal<sup>6</sup> consistente e inserido em uma ambiência da governança pública que prevê, em síntese, o compartilhamento do planejamento, gestão e execução das funções públicas de interesse comum. É regido por dez princípios que vão desde a busca pelo desenvolvimento sustentável, a autonomia dos entes federados, promoção do bem estar comum até a otimização de recursos.

O PDUI da RMC, instituído através da Lei Complementar nº180 de 2018, estabeleceu diretrizes de fomento ao desenvolvimento sustentável (em específico na área de Gestão Ambiental, Saneamento e Gestão de Recursos Hídricos) e a promoção da mobilidade urbana para um prazo de dez anos e possui uma arquitetura de gestão que prevê uma instância executora e uma instância consultiva e deliberativa, composta por membros do estado e da sociedade civil, regulamentado pelo decreto nº32.49 de 2018. Entretanto, da forma como foi definida a representatividade da sociedade civil não há garantias de espaço para que o Povo Cariri de Poço Dantas Umari, por exemplo , tenham suas necessidades reivindicadas. O processo de construção do PDUI foi precedido de oficinas de diagnóstico, audiências

---

5 Grandes Projetos de Investimento(GPI)

6 Estatuto da Metrópole (Lei Federal Nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015); Medida Provisória nº 818 (aprovada em 11 de janeiro de 2018) convertida na Lei Federal Nº 13.683 de 19 de junho de 2018, que atualizou o Estatuto da Metrópole; Lei Complementar nº78 (26 de junho de 2009- Lei de criação da RMC); - Decreto Estadual nº 32.490 (08 de janeiro de 2018); Lei Complementar 180 (18 de julho 2018 - programa de governança interfederativa do Estado do Ceará, denominado "Ceará um só".

públicas, seminários, reuniões em diversos municípios da RMC e resultou num documento que apresenta as potencialidades e os desafios do desenvolvimento desta região.

Embora o documento reconheça aspectos relevantes do patrimônio cultural e natural, em nenhum aspecto pontua a presença de um povo indígena em processo de auto-reconhecimento, fato público importante a se considerar em um planejamento que prevê o desenvolvimento da região por uma década. Como sonhar o futuro sem considerar a arquitetura do presente?

Outro documento<sup>7</sup>, resultante das oficinas de planejamento, é uma síntese de propostas de técnicos da Secretaria das Cidades, técnicos das prefeituras da RMC e, ainda, propostas que surgiram em outro instrumento de gestão territorial, alheio ao PDUI, intitulado Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Cariri. Dentre as recomendações há somente uma que nos permite inserir os Cariri como beneficiários, a qual orienta “assegurar prioridade às comunidades e povos tradicionais do território na execução de projetos de abastecimento d’água para consumo humano e produção da agricultura familiar.”.

O cenário posto é, sobretudo, um cenário de disputa de narrativas. Há um significativo tensionamento entre os projetos de desenvolvimento e a existência de povos originários na RMC e é preciso reconhecer, conforme demonstrado acima no recente relatório da APIB, que a lógica dominante do Mercado impõe seus *modus operandi*, a despeito de vidas, culturas e direitos fundamentais, tal qual os exemplos dos Xikrin e dos Cariris de Poço Dantas - Umari no Ceará e de povos mexicanos e guatemaltecos em outros territórios indígenas da América do Sul.

Neste contexto, consideramos que é preciso situar, primeiramente, os processos de emergência que estão ocorrendo no Cariri Cearense a partir da perspectiva da garantia de direitos, que são, sobretudo, constitucionais. Observa-se que o Estado brasileiro, representado institucionalmente pela FUNAI, negligencia o seu papel em virtude da morosidade nos processos de regularização fundiária do território dos Cariri de Poço Dantas Umari. Os depoimentos do II SNPICC, por outro lado, demonstram a potência do momento político vivido pelo povo Kariri.

Inseridos num contexto de uma profusão de elementos étnicos tangíveis e intangíveis que se manifestam por todo o semiárido, do Ceará a Bahia, os Cariri de Poço Dantas - Umari ancoram a voz de toda uma região que reclama direitos de reprodução de seus modos de vida e direito à Terra.

---

7 Disponível em [https://www.cidades.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2018/06/quadro\\_propostas.pdf](https://www.cidades.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2018/06/quadro_propostas.pdf)



## Referências Bibliográficas

- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL - APIB, Cumplicidade na Destruição III : Como corporações globais contribuem para violações de Direitos dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira. 2020 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania do Cariri – MDA/SDT/AGROPOLOS. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.
- CAMPOS, P. E. R. Exportação de Água Virtual do semiárido e os paradoxos do desenvolvimento: o caso da bananicultura empresarial irrigada no Cariri cearense. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável –Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade, Crato, 2019;
- CEARÁ. Diário Oficial do Estado | Série 3 | Ano X Nº134 | Fortaleza, 19 de Julho de 2018
- \_\_\_\_\_. GEOPARK ARARIPE. Planejamento Estratégico Período: 2018 a 2021. Universidade Regional do Cariri, Crato, 2018
- \_\_\_\_\_, Secretaria das Cidades. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - Região Metropolitana Do Cariri. Fortaleza.
- GARCÉS; SILVA; MORALES Desafiando Leviatãs: Experiências indígenas com o desenvolvimento, o reconhecimento e os Estados, Belém: MPEG, 2019.
- LIMAVERDE, Rosiane. Arqueologia social inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe, Nova Olinda, Ce. Tese de doutorado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.
- MARTINS, C.M.S.S. Afetividade em contextos de desapropriação: impactos psicossociais das obras do Cinturão das Águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-Ce. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades , Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza , 2020.
- NOBRE, F. W. Os efeitos do Cinturão Das Águas Do Ceará - CAC no distrito de Baixo Das Palmeiras, Crato - CE. 2017. 203f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável). Universidade Federal do Cariri, Ceará.
- NOLIN, Catherine ; STEPHENS, Jaqui “We Have to Protect the Investors”: Development & Canadian Mining Companies in Guatemala”, Journal of Rural and Community Development 5, 3 (2010) p.37–70.
- OLIVEIRA, João Pacheco. Terras Indígenas, Economia de Mercado e Desenvolvimento Regional. In:\_\_\_\_\_ Indigenismo e Territorialização. Editora Contra Capa 1998
- TAVARES, C.M.N.; SILVA, C.T Quando resistir é a tradição uma análise comparativa das lutas indígenas em contextos desenvolvimentistas no Brasil e no México in: América Latina na contemporaneidade: desafios, oportunidades e riscos. Editora CRV 2015

# **Reintegração de Posse ou Limpeza Social? O caso das famílias da ponte José Sarney (São Luís/MA)**

# REINTEGRAÇÃO DE POSSE OU LIMPEZA SOCIAL? O caso das famílias da ponte José Sarney (São Luís/MA).<sup>1</sup>

Luis Eduardo da Silva COSTA<sup>2</sup>

## Resumo

“Spray de pimenta, socos e chutes fazem parte de cenas de violência de uma ação de despejo realizada pela Blitz Urbana da Prefeitura de São Luís (MA), com o apoio da Polícia Militar, na manhã desta quarta-feira, que terminou com quatro pessoas detidas<sup>3</sup>”. Este trabalho busca analisar qual a relação entre despejo e deslocamento compulsório em ações de reintegração de posse no estado do Maranhão. O que caracteriza o despejo? Quais corpos são despejados e por quê? Reunimos reflexões sociológicas sobre aspectos de como a violência é produzida em contextos urbanos na cidade de São Luís no estado do Maranhão em contexto de desigualdades sociais agravadas pelo cenário de pandemia provocada pela COVID-19. Tomamos como estudo de caso o despejo ocorrido no dia 02 de dezembro de 2020 envolvendo 100 famílias que viviam em palafitas debaixo da ponte José Sarney. O estudo é bibliográfico situado na área da sociologia das violências e os dados analisados foram coletados na modalidade virtual no ano de 2020.

**Palavras-chave:** Cidade; Margens; Violências; Resistência.

## O processo de urbanização de São Luís – MA

A cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, está situada na Ilha de São Luís, No Golfão Maranhense, entre as baías de São José e de São Marcos, com mais três municípios: Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar. Atualmente, a cidade de São Luís possui uma população de 1.014.000 habitantes e uma área de 834,79km<sup>2</sup>, resultando numa densidade demográfica de 1.215,69 hab./km<sup>2</sup>.

Discute-se que a cidade e o ser humano, ao longo de seu crescimento, logicamente se cruzam e se influenciam. No entanto, geralmente esses estudos se reduzem a uma análise causal, em que um elemento funciona como causa e o outro como consequência. Sabe-se que a análise dessa relação, indiscutível e complexa, passa por uma compreensão profunda das dinâmicas territoriais em que se inserem as novas formas organizacionais presentes nesses centros urbanos emergentes.

Em 1950, o crescimento urbano brasileiro vai ser influenciado por uma série de ações do Governo Federal e Estadual, resultando no aumento das exportações e importações realizadas no estado do Maranhão, principalmente pela implantação de rodovias federais e

---

1 Trabalho apresentado no GT 02 Artigo Memórias, histórias e lutas por reconhecimento.

2 Discente de graduação, 5º semestre do curso de Ciências Sociais da UFMA – luiseduardosjp@gmail.com

3 Informações disponíveis em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/02/despejo-de-familias-que-viviam-em-palafitas-gera-confronto-em-sao-luis-ma> > Acesso em: 16/02/2021.

estaduais, tais como: a BR 010 (conhecida como Belém-Brasília) e a BR 135. Sendo assim, São Luís se tornaria um polo de convergência, canalizando os fluxos migratórios do interior do estado e que continuariam nas décadas seguintes. Fatores esses importantes para o grande aumento populacional de São Luís a partir da década de 70.

No plano de expansão de São Luís de 1958, o engenheiro Ruy Ribeiro de Mesquita (responsável pela elaboração do plano de expansão) comenta sobre a obra de Roberto Galvão, que foi intitulada de “Introdução ao conhecimento da área maranhense abrangida pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia”, demonstrando que a expansão da cidade ocorreu pela parte mais alta do relevo e, após a formação dos bairros denominados Remédios e São Pantaleão, o crescimento urbano ocorreu em direção da estrada, que, no período, era a única saída para o continente e para o interior da ilha, denominada “Caminho Grande”. Assim, de acordo com Mesquita, são definidas três fases de ocupação na cidade, que foram sistematizadas da seguinte maneira: no século XVII, houve a formação do núcleo urbano, no século XVIII e início do século XIX, a constituição do bairro central (atual centro histórico); e, por fim, no século XIX, a formação dos bairros excêntricos.

[...] É fácil concluir que boas estradas de rodagem, ligando as zonas rurais com a cidade e em articulação com os demais sistemas de viação (férrea, fluvial e marítima), constituirão um sistema básico para o desenvolvimento e o progresso da ilha de São Luís. (Mesquita, 1958, p. 1)

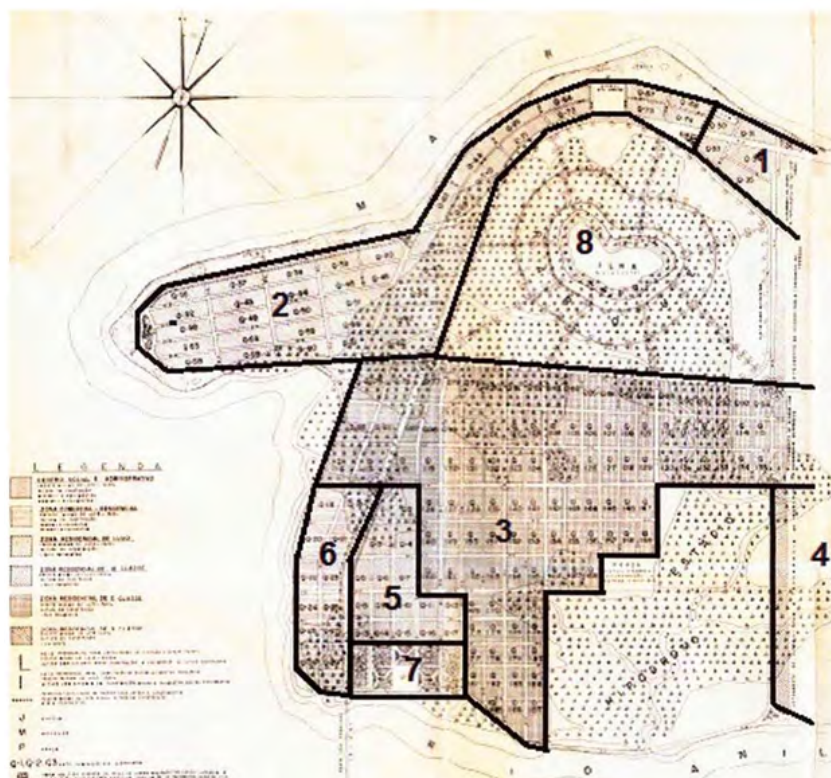
Na cidade de São Luís, a ocupação urbana ficou restrita basicamente ao núcleo fundacional de 1612 até 1950. Assim a cidade cresceu em um pequeno espaço geográfico, entre os rios Anil e Bacanga. As propostas contidas no Plano de Expansão da Cidade de São Luís, de 1958, constava a indicação da construção de uma ponte sobre o rio Anil, ligando o Centro Histórico ao que seria o atual bairro do São Francisco, nomeada como ponte José Sarney, ou comumente conhecida, ponte do São Francisco.



**FONTE: MARANHÃO (1977). Plano Diretor de São Luís.  
São Luís, Secretaria de Planejamento, Sioge.**

O plano de expansão para o desenvolvimento de São Luís de 1958 criou um desenho urbano na área compreendida entre o rio Anil e o mar, definindo cinco zonas que eram destinadas aos usos social, administrativo, comercial e residencial. Esse zoneamento proposto para ocupação do novo território já determinava a divisão em setores de acordo com a renda do indivíduo, pois criou zonas residenciais com as seguintes designações: “de luxo” e de “primeira classe”, que seriam destinadas àquelas camadas sociais com um alto poder aquisitivo. Essas zonas nobres ocupavam parte do território com vista para a orla marítima, onde atualmente se encontram os bairros da Ponta D’Areia e de São Marcos, enquanto as zonas residenciais de “segunda e terceira classes” ocupariam a parte mais central da área, que hoje é ocupada pelos bairros Renascença I e II (Mesquita, 1958).

Algumas áreas foram destinadas para a implantação de edificações voltadas ao lazer e à cultura, como teatros, hotéis e cinemas, onde atualmente se encontram localizados o bairro do São Francisco e da Ponta D’Areia. Definiram-se espaços públicos como praças, jardins, mercados e praça da administração (dos três poderes), com edifícios de até 10 pavimentos para o executivo, legislativo, judiciário, secretarias e repartições do Estado. O plano destacava as edificações institucionais, pois apresentava uma nova configuração espacial e o aumento do gabarito para esses respectivos usos.



**Fonte: Mesquita (1958).**

Legenda: (1) ZR\* de luxo; (2) ZR de 1ª classe; (3) ZR de 2ª classe; (4) ZR de 3ª classe; (5) Centro social e administrativo; (6) Zona Comercial e Residencial; (7) Jardim – Praças; (8) Lagoa da Jansen. \* Zona Residencial (ZR).

[...] Ao encarar o problema do crescimento da cidade e sua relação com o Centro Histórico, Ruy Mesquita (1958) apresenta pela primeira vez para São Luís as propostas de planejamento de larga escala e parte, decididamente, em busca da conquista territorial. (p. 125)

O zoneamento proposto para a ocupação desse novo território, apesar de não ter sido o seu objetivo principal, apresentou alguns aspectos que podem ter contribuído para um processo de segregação socioespacial, já iniciado naquela época e que hoje é facilmente percebido na cidade de São Luís. A partir do momento que são delimitadas áreas exclusivas consideradas de luxo e de primeira classe, e que ocupam a orla marítima com vista privilegiada do mar, proporciona-se ao mercado imobiliário oferecer uma nova mercadoria no setor habitacional, com características peculiares das cidades litorâneas. Outro aspecto a ser considerado é que esse instrumento urbanístico contribuiu para um novo padrão comportamental na sociedade de São Luís, em que a classe com mais alto poder aquisitivo buscou ocupar áreas que possuíam características exclusivas locais e até mesmo de paisagens naturais, como a praia e a vista para o mar. Isso permitiu que ocorresse a valorização do solo urbano de determinados setores em relação aos outros, iniciando assim o processo de especulação imobiliária.

### **Despejo das famílias da ponte José Sarney**

Foi realizada em uma manhã de quarta-feira (02/12/2020) uma operação da Blitz Urbana com apoio da Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) para remoção dos moradores que viviam em palafitas na margem da Avenida Ferreira Gular, entre os bairros São Francisco e Ilhinha em São Luís. Os barracos, construídos de forma improvisada abaixo da Ponte José Sarney, foram derrubados por agentes do Grupo Tático Urbano, da Blitz Urbana. Segundo a PM, a operação de despejo é para coibir a prática de crime ambiental, e os moradores serão incluídos no programa de aluguel social. Os ocupantes protestaram contra a remoção e atearam fogo em pneus, tábuas e galhos. Quatro pessoas foram detidas pela PM e conduzidas para a delegacia do bairro São Francisco. Mas em nota, o governo do estado nega que houvessem famílias habitando o local no momento da ação e afirma que elas já haviam sido cadastradas e transferidas para um residencial do programa Minha Casa Minha Vida, em setembro deste ano.

Ainda segundo nota do estado, a ação administrativa foi uma resposta à ocupação irregular do local, que teria tido início nesta terça-feira (01/12/2020) e que, portanto, não teriam famílias morando no local, mas sim uma tentativa de ocupação por parte de facções criminosas. No entanto, em visita ao local na tarde desta quarta-feira (02/12/2020), o defensor público Jean Nunes constatou que, ao contrário do que foi publicizado, existem muitas pessoas morando no local, incluindo grávidas e crianças, a quem não foram dadas alternativas.



O grande número de pessoas despejadas de suas casas fez de 2020 um ano trágico para milhares de brasileiros que lutam pela moradia. Em plena pandemia da covid-19 no Brasil, 6.373 famílias foram expulsas de suas casas. Isso equivale a 34 famílias colocadas na rua diariamente, tendo que lutar contra o vírus e o desemprego. O mapeamento dos despejos no país foi feito entre 1º de março e 31 de agosto, por 40 entidades que integram a Campanha Despejo Zero, criada para pedir o fim das remoções durante a crise.

O posicionamento da Organização das Nações Unidas (ONU) contra os despejos no Brasil em meio à pandemia se deu em julho, por meio de Balakrishnan Rajagopal, o relator especial da entidade para o direito à moradia. Na época, ainda eram 2 mil famílias que haviam sido expulsas de suas casas. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido), porém, já vinha atuando no caminho inverso. Em junho, ele vetou parcialmente o Projeto de Lei nº 1179/2020, que foi aprovado pelo Congresso Nacional e proíbe o despejo de inquilinos durante a pandemia.

No mês de agosto, Minas Gerais foi palco de um caso emblemático que marcou a história do país. Uma ação violenta da Polícia Militar destruiu casas e plantações agroecológicas cultivadas há mais de 20 anos no Acampamento Quilombo Campo Grande, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A reintegração de posse afetou 450 famílias, que resistiram ao despejo por quase 60 horas.

Podemos colocar como marco inicial da luta pelo teto no Brasil atual o momento da Proclamação da República em 1889, perpassando gerações e governos, quando se instaura uma república no país e se tornam “livres” e democráticos os espaços públicos, simultaneamente, se tem uma exclusão e expulsão compulsória das minorias sociais para as margens das cidades. Ocasionalmente assim o surgimento dos subúrbios nas cidades brasileiras. Os movimentos sociais no Brasil que lutam pelo teto, sofrem dia após dia com preconceitos, ou, perseguições em suas ações e defesas ideológicas. O que não se debate amplamente é em quem compõe e luta dentro de tais movimentos, o sem teto no Brasil, por definição simples é aquela pessoa que não consegue ter sua própria moradia através do seu trabalho, ou seja, pode ser o porteiro do seu condomínio, o professor do seu filho, a atendente de supermercado etc. Portanto, descarta-se os termos pejorativos usados contra aderentes da causa. O sem-teto está onde menos você pode imaginar.

Nas palavras de CARLOS (2004, 11), os sem-teto colocam:

em cheque o direito da propriedade privada e as formas de apropriação do espaço enquanto condição de realização da vida (...) Revelam com a luta, a produção segregada do espaço; a privação enquanto produto, as condições da alienação e a luta, ambos produtos do modo como se realiza na reprodução das relações sociais no Brasil.

### **Cidadania e território como espaço de reexistência**

Acidania, entendida a partir de uma perspectiva crítica não é uma noção conformada, dentro do horizonte jurídico que se restringe ao conjunto de direitos básicos dos indivíduos proclamados numa sociedade capitalista, como o justo acesso a recursos básicos para a reprodução da existência, bem como aos equipamentos coletivos de consumo. Segundo Milton Santos, a cidadania não é algo dado, mas a ser conquistado e, portanto, objeto de luta, que perpassa o plano do ideal, atuando concretamente. Assim também, a cidadania compõe uma cultura política (1987, p. 7):

A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É talvez nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções.

Entretanto, a porção de liberdade adquirida historicamente em alguns países da Europa (resultante de um longo processo de lutas que se configuraram numa tradição política da cidadania enraizada) apresenta-se, em outros países, como retórica no discurso caro das liberdades humanas. Dessa forma Milton Santos aponta uma atrofia na sociedade brasileira e revela o cidadão mutilado.

A conceituação de território em nosso contexto vai muito além da clássica associação lógica estatal e passa a ser compreendido como uma questão da defesa da própria vida, da existência, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência de grupos subalternos, habitantes de periferias urbanas (especialmente descendentes de negros e indígenas) e, de modo culturalmente mais amplo, os povos originários em seus espaços de vida. Como podemos aqui ressaltar o caso da expansão da BR-135 que coloca em risco a existência de Santa Rosa dos Pretos, quilombo situado no município de Itapecuru Mirim, no estado do Maranhão. Como fala Rogério Haesbaert:

Como foi reiteradamente ressaltado, um dos traços fundamentais da colonialidade do poder é o profundo legado escravista e patriarcal onde proliferam, até hoje, violências de classe, de raça, de gênero, de língua e de religião. Um traço da episteme de(s)colonial que nos interessa muito de perto aqui é dar voz aos invisibilizados, aos grupos subalternos e suas formas de saber. Daí tratarmos o território, nessa ótica, como territórios de r-existência[...]. (p. 162)

## **Conclusão**

Historicamente, nunca a cidade nem a cidadania foram dadas, são eternos objetos de luta, ainda por serem conquistadas. Como disse Guy Debord (1997, p. 116): “Até agora, a cidade só pôde ser o terreno de batalha da liberdade histórica, e não o lugar em que essa liberdade se realizou”.

Portanto é na luta, e tão somente através desta, que se é possível conquistar um punhado de ambas: um “pedaço da cidade sob um teto”, e alguma cidadania. Assim, nos parece fundamental resgatar o projeto utópico como demanda na sociedade urbana, motor histórico que nos leva à transformação da realidade. Parece-nos também urgente voltar os olhos aos movimentos sociais urbanos que atualizam seus repertórios cobrando demandas, mas, sobretudo gerando encaminhamentos políticos na gestão do espaço urbano.

A cidade não pode ser emoldurada dentro de uma relação social de alienação ou estranhamento do espaço produzido, como se fosse exterior à compreensão humana. A cidade, pelo contrário, deve ser pensada como produto histórico do trabalho humano e por isso, pertencente à sociedade. (CARLOS; 2004)

O enraizamento da cidadania apenas se dará por meio de uma cultura política assentada na vida urbana capaz de questionar a propriedade privada. Cremos que o direito à cidade é o “fermento teórico” necessário para abordar a luta dos sem-teto.

Quanto às experiências coletivas das ocupações urbanas, serão retratadas como uma breve aventura? Um intervalo de um sonho coletivo, encerrando modos de vida provisórios e espaços de vida precários? (Buonfiglio, 2004)

Haverá possibilidade de uma virada nessa determinação arbitrária da história urbana contemporânea? Tão caro quanto o aluguel na cidade, são os “títulos” de cidadãos em nossas cidades. Assim, podemos indagar: pelo que lutam os sem-teto? Lutam pela cara cidadania que lhes fora negada, e a luta pela manutenção desta (adquirida em algum grau), por sua vez, não é outra coisa que a própria luta pelo direito à cidade.

## Bibliografia

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: Sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”. Niterói: CLACSO, 2021.

ALCÂNTARA, José; RODRIGO, Marcio. A mobilidade e a expansão territorial na cidade de São Luís, MA: um novo paradigma social na ocupação do espaço urbano. Scielo, 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-99962017000300977#B8](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962017000300977#B8)>. Acesso em: 07 de março de 2021.

Barracos sob a ponte são destruídos em ação tensa com apoio da pm. O ESTADO, 2020. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/12/03/barracos-sob-ponte-sao-destruidos-em-acao-tensa-com-apoio-da-pm/>> Acesso em: 07 de março de 2021.

Buonfiglio, Leda Velloso. 2004. Os espaços de vida provisórios: os sem-teto do centro da cidade de São Paulo, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARLOS, Ana Fani A. 2004a. A questão da cidade e do campo: teorias e política. Mercator- Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 05.

\_\_\_\_\_. 2004b. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Contexto.

DEBORD, Guy. 1997. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto.

SANTOS, Milton. 1987. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel

MESQUITA, R. (1958). Plano de Expansão da Cidade de São Luís. São Luís, DER-MA.

MARANHÃO (1977). Plano Diretor de São Luís. São Luís, Secretaria de Planejamento, Sioge.

# **Quem Ganha com a Perda da Natureza: destruição ambiental e luta política em defesa de territórios tradicionais na Zona Rural de São Luís**

## **Quem ganha com a perda da natureza: destruição ambiental e luta política em defesa de territórios tradicionais na Zona Rural de São Luís<sup>1</sup>**

Maria Máxima PIRES<sup>2</sup>  
Rio dos Cachorros, São Luís-MA

### **Resumo**

O trabalho busca descrever e dar visibilidade política das consequências socioambientais decorrentes da expansão de projetos de desenvolvimento promovido pelo Estado e multinacionais sobre territórios de comunidades rurais de São Luís-MA. Com a conivência dos órgãos de fiscalização as operações de matadouros, de fábricas de cimento, de pelotização de minérios, de fertilizantes e de expansão de portos que avançam nos seus territórios, as comunidades denunciam o medo e a impotência diante da violação de seus direitos. Relatam o surgimento de doenças pela contaminação do ar e da água, e também psicológicas. [...A cada dia nosso território vai morrendo em dose homeopática, na gota...]. A destruição de brejos, de nascentes e manguezais, a privatização do mar, ameaçam a soberania alimentar e o modo de vida. Prostituição, violência, tráfico, são decorrentes destes projetos em que seus agentes buscam apenas o lucro. O trabalho dá visibilidade à luta pela Resex de Tauá-Mirim que representa alternativa de resistência e busca de direitos das comunidades tradicionais.

**Palavras-chave:** Comunidades; desenvolvimento; Resex Tauá-Mirim; Zona Rural II; São Luís-MA.

### **Introdução**

Nesse artigo, falarei a partir das minhas inquietações diante dos conflitos que existem há vários anos na minha comunidade, Rio dos Cachorros, situada na Zona Rural II de São Luís-MA. São conflitos que vêm por terra, água e ar, e afetam a vida de todos. Estamos lutando para que nosso território seja reconhecido como uma reserva extrativista, a Resex Tauá-Mirim, mas o poder público e o empresariado insistem em impedir a manutenção de nosso modo de vida tradicional em prol do dito desenvolvimento.

Com minhas observações, apresentarei informações para entendermos a complexidade dos conflitos na comunidade e o tamanho da luta desigual pela preservação da natureza em São Luís. Eu me chamo Maria Máxima Pires, moradora da comunidade tradicional chamada Rio dos Cachorros, uma comunidade da Zona Rural II de São Luís, formada por lavradores, pescadores, extrativistas. Farei um pequeno relato do que acontece aqui no nosso território.

---

1 Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 2. Memórias, histórias e lutas por reconhecimento, na modalidade comunicação oral.

2 Moradora e liderança da comunidade Rio dos Cachorros, Zona Rural II de São Luís-MA. E-mail: damasdaroca2020@gmail.com.

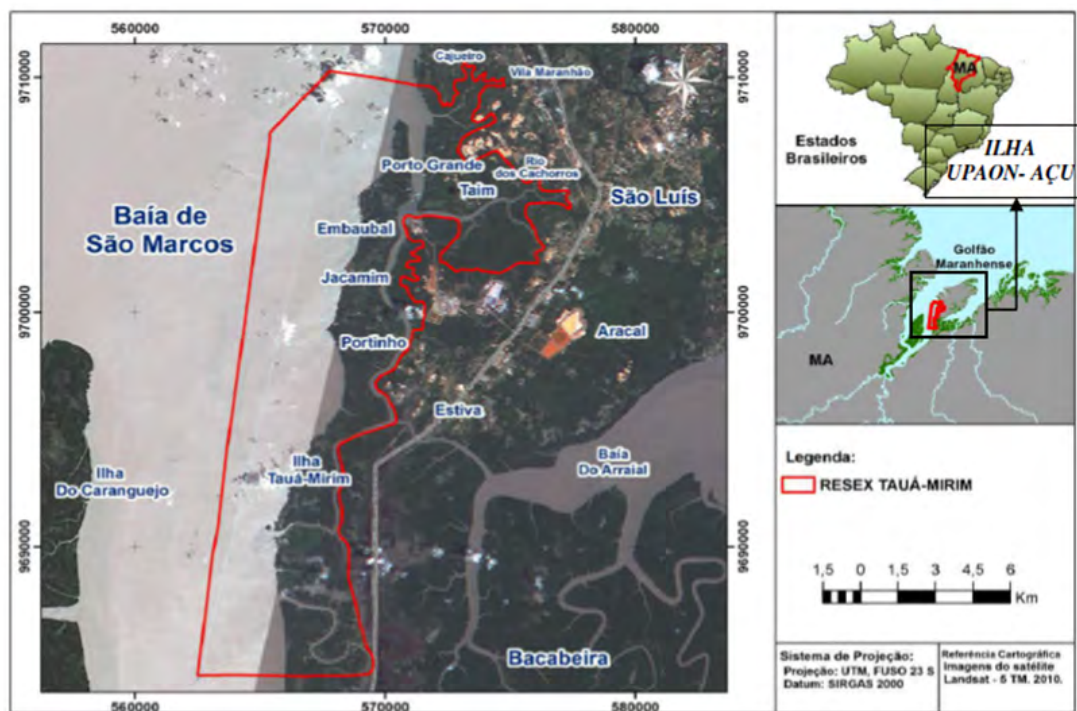


## Morte em doses homeopáticas

Somos aproximadamente doze comunidades<sup>3</sup>. Doze comunidades que tiveram o privilégio de nascer nessa região, de serem apresentadas às nascentes, de ter uma natureza exuberante. Isso vai se perdendo dia após dia, com o tal do “desenvolvimento” exigido pelas multinacionais, por aqueles que só pensam em dinheiro, dinheiro, dinheiro, esquecendo o nosso povo, o nosso modo de vida, a nossa tradição.

Eu me sinto muito revoltada, igual a tantas outras pessoas nesse mundo de meu Deus. Há tantas comunidades que já foram expulsas de seus territórios e eu vejo a minha comunidade, o meu território, a cada dia que passa sendo invadido por multinacionais aterrando os manguezais, privatizando o mar; fábricas de cimento; fábricas de fertilizantes. Isso me traz uma revolta muito grande, porque me sinto impotente diante dessa situação.

Mapa 1. A Resex de Tauá-Mirim



Fonte: Elena Steinhorst Damasceno, 2016.

A gente adocece das doenças provocadas pela degradação, pelo impacto causado por essas empresas, mas adocece também de tristeza. Não tem SUS nem médico no SUS que dê jeito. A cada dia o nosso território vai morrendo assim como dose homeopática, na gota. É o fertilizante daqui contaminando as nossas águas, são os matadouros colocando o sangue

<sup>3</sup> Rio dos Cachorros, Taim, Porto Grande, Limoeiro, Parnauçu em Cajueiro, Porto das Arraias em Vila Maranhão, Portinho, Embaubal, Jacamim, Ilha Pequena, Amapá e Tauá-Mirim formam a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, Resex auto intitulada pelos moradores em 2015, como resposta à demora de vários anos do aval político à implementação da unidade de conservação a partir do governo estadual do Maranhão. Mesmo com todos os documentos e autorizações obtidos após anos de luta e mobilização de várias pessoas, sucessivas gestões governamentais estaduais recusam-se a aprovar a reserva, alegando que a área é de interesse econômico, por ter uma “vocação natural para o desenvolvimento”. Mais informações em Sant’Ana Júnior et al., 2009.

diretamente no nosso rio, é a fábrica de pelletização da Vale colocando o ferro nos nossos lençóis freáticos, inclusive nas nossas folhagens, na nossa vegetação. É empreendimento aterrando o nosso berçário, de nossos manguezais. E assim a gente vai se perdendo e vão nos imprensando. Nós estamos sendo aterrados junto com os manguezais e morrendo junto com as nossas nascentes.

A gente continua na luta, porque temos no sangue a essência e a bravura do índio brasileiro, que foi o primeiro habitante do Brasil e por direito teria direito a essas terras – e hoje não tem quase nada. Temos também o sangue do escravizado que lutou anos e anos pela sua libertação. Nós continuamos lutando.

E temos o sangue do pobre, que somos nós. Daqueles que herdaram naturalmente esses recursos naturais e que nunca precisaram trabalhar em empreendimento nenhum. O nosso CNPJ são os manguezais, são as nascentes, são os buritizais, são os juçarais. É tudo o que a terra pode contribuir para a gente e que hoje está morrendo conosco.

Hoje não tem mais aquela fartura, aquela qualidade que eu tive, igual a tantas outras pessoas da comunidade, da minha família: o privilégio de ter, de conhecer. Hoje não temos esse privilégio para mostrar aos nossos netos. O nosso território, da Resex Tauá-Mirim, a cada dia vai perdendo a sua beleza, a sua naturalidade, por conta desse progresso desenvolvimentista que não pensa nas comunidades tradicionais, que não pensa no seu modo de vida, na sua cultura, na sua religião, na essência da sua boa vivência, na sua cultura da solidariedade. Não pensa! Isso não faz parte da história desses empreendimentos, faz parte apenas da nossa.

E está difícil. É um desafio a cada dia e eu me sinto fraca, confesso.

### **Pertencimento à terra**

A terra tem um valor sentimental, um valor cultural. Nós temos um sentimento de pertencimento porque nós é que pertencemos a ela. Nós não temos um título de propriedade porque o governo não nos dá, mas nós temos propriedade para dizer que somos filhos dela, porque ali nasceram os nossos avós, os nossos pais, e aí nascemos nós, nasceram os nossos filhos e alguns netos.

O pior de tudo isso é que o governo, que se diz competente, os órgãos que se dizem competentes e que são responsáveis por essa preservação – Secretaria de Meio Ambiente Estadual, Secretaria de Meio Ambiente Municipal... é tanta secretaria que, meu Deus do céu – só servem de cabide de emprego. Porque, se ainda existe alguma coisa de preservação, somos nós, comunidades desse mundo todo, que preservamos. E aí eu fico me questionando, me perguntando: quem é que ganha com a perda dessa natureza? Porque a natureza está se perdendo.

Eu vejo, através da imprensa, a situação de Brumadinho-MG: pessoas que perderam tudo. E vejo também que a empresa Vale dá não sei quantos bilhões para o governo do Estado fazer as suas políticas, enquanto que o povo que estava lá, que tinha sua vida, sua cultura, o seu umbigo enterrado como nós aqui também temos, perdeu pessoas queridas, perdeu os seus animais, a sua vegetação, e continuam na Justiça. São como nós:

continuamos na Justiça pela luta pelo nosso território e ninguém dá validade a isso. Quem dá validade somos nós. Nos desafios, no dia a dia, no enfrentamento, na unidade com as outras pessoas que tem o mesmo sentimento. E parece que a gente luta em vão. Nós estamos sendo sufocados com aquilo que eles chamam de desenvolvimento. E ainda usam o termo sustentável!

Como eu não tenho doutorado para desqualificá-los no diploma, no registro, eu consigo dizer a eles com toda a autoridade que Deus e a minha comunidade me permitiram que eles são irresponsáveis, que eles não pensam no desenvolvimento sustentável coisíssima nenhuma: eles pensam em seus bolsos, porque eu tenho autonomia para dizer isso. Eu tenho autoridade para dizer isso.

Eu tenho autoridade juntamente com a minha comunidade para dizer, porque não temos nada que nos foi dado de graça por esses governantes. Pelo contrário, o que eles dão é o licenciamento abusivo para as empresas matarem, desmatarem, aterrarem. E quando é no dia 5 de junho eles estão fazendo festa e ainda têm a coragem de nos convidar para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. É vergonhoso isso.

Eu sei que o que acontece aqui em Rio dos Cachorros acontece na grande maioria das comunidades tradicionais que foram expulsas. Algumas foram expulsas. Eu considero que nós, aqui, nessa luta, nessa resistência, estamos sendo abortados da nossa terra. Depois de nascer, de crescer, de grandes, estamos sendo abortados. Porque a terra é como se fosse o nosso útero, nós somos filhos dela, ela é o útero, a matriz que nos concebeu, e não queremos deixar essa Mãe Natureza por termos um sentimento de pertencimento por ela, mas estamos sendo abortados em uma cirurgia cruel de desmatamento, de envenenamento, de morte em dose homeopática. Cada dia, uma gotinha. Para não dar visibilidade do que está acontecendo ao mundo, para se morrer todo mundo de uma vez.

### **Quem ganha com a perda da natureza**

Sou Máxima Pires, tenho 62 anos, nasci em Rio dos Cachorros, comunidade tradicional, nesse território imenso. Lutamos pela comunidade, pela sua religiosidade, pela sua cultura, pelas suas nascentes, pelos seus manguezais, pelo seu modo de vida, pelo seu povo, pela sua água, pela cultura da solidariedade no cuidado de um pelo outro. É isso que nos dá força, pois tivemos o privilégio de nascermos nessa região, diante dessa natureza tão exuberante que está sendo ameaçada pelos empreendimentos que se instalaram aqui ao redor. Mas nós continuamos na resistência desse território que é nosso.

Na verdade, nós é que pertencemos a esse território. Nós é que pertencemos. Nós pertencemos aqui, fomos apresentados à nascente, temos aqui as nossas histórias de vida contadas pelos nossos avós, e a gente, em defesa dessa história, dessa luta, costuma ir adiante, porque somos comunidades irmanadas: o Taim, o Porto Grande, o Cajueiro, Tauá-Mirim, o Jacamim. Precisamos estar irmanados na organização social para que a gente possa mostrar aos empreendimentos que nós também estamos organizados, e que é importante para nós a nossa permanência aqui.

Nós começamos aqui a nossa história, e a primeira agressão dessas comunidades foi com a ferrovia Carajás. Eu me lembro desse como o primeiro impacto de agressão ao meio ambiente e também às nossas nascentes, porque tínhamos aqui na nossa comunidade aproximadamente seis nascentes. Na região tem em torno de 130, mas que já não existem mais, por conta da agressão, do aterramento, dos prédios. Mas a gente continua na luta por esse território.

**Imagem 1. Uma das últimas nascentes em Rio dos Cachorros**



**Fonte: Maria Máxima Pires, 2021.**

Nós não conseguimos viver em outro espaço que não seja aqui. Eu mesma não consigo. Me tirar daqui é assinar o meu atestado de óbito. Porque eu sei cada palmo, cada planta que tem aqui na minha comunidade, que não seja aqui no meu quintal, mas que seja no quintal do meu vizinho.



É muito difícil esse desafio, acho até que é desigual. É governo municipal, é governo federal, é governo estadual – aqueles que seriam de competência para cuidar da sua população são os que mais soltam licenciamento, são os que mais se colocam contra a gente, em nome dos empreendimentos. E só fazem agressão, a perda da naturalidade do nosso território.

E para a gente é difícil, mas nós não desistimos. É difícil a competição, porque tirando o governo federal, estadual e municipal, temos uma presença maciça no processo de discussão nos territórios, nas comunidades. Mas aí, às vezes, ainda vem o Poder Judiciário e, conseqüentemente, solta as liminares para que os empreendimentos possam ser instalados. Apesar das comunidades terem participado das audiências públicas e terem dito que não, que isso não é bom para nós, mesmo assim eles vão avançando, vão virando terra, vão aterrando os manguezais, vão privatizando o mar, vão colocando sangue de matadouros nos nossos rios, vão desmatando. E aí a gente vai vivendo uma situação de desespero mesmo, às vezes até com embates físicos.

Somos pescadores, lavradores, extrativistas e precisamos também de espaço de onde a gente possa tirar o nosso sustento sem agressão, porque tudo o que pedimos aqui e que a natureza nos dá, a gente pede permissão. Nunca tiramos um pau, um mato para fazer uma casa sem primeiro pedirmos permissão à natureza. Nós temos um relacionamento de pertencimento com essa natureza, esse sagrado, essa religiosidade – e não é só aqui em Rio dos Cachorros.

**Imagem 2. Fartura: juçaral**



**Imagem 3. Fartura: peixes**



**Fonte: Maria Máxima Pires, 2021**

Muita gente aqui que mora na minha comunidade não saberia viver em um local diferente, principalmente aqueles que têm casa de forno, sua roça, sua criação de galinha, seu mar em que pescam. É muito difícil.

Tivemos um grande embate em 2004 com o complexo siderúrgico, mais precisamente nessas doze comunidades que lutam também pela criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, buscando garantir, assim, a permanência, o respeito e a sustentabilidade desse território. A Vale do Rio Doce queira nos abortar naquele território, de qualquer jeito e de qualquer forma, e nós nos unimos, as doze comunidades, e conseguimos, por meio da organização social e, eu creio, também por conta do sentimento de pertencimento pela terra. Sentimento de pertencimento pela produção, pelo modo de vida. Foi o que deu força para que nós conseguíssemos expulsar daqui esse complexo siderúrgico.

Foi um dos momentos mais difíceis que a gente teve. Fomos para a luta, fomos com dificuldade estudar algumas coisas para nos defendermos. Porque para a gente se defender, precisamos estudar. Não adianta dizer o que temos para os órgãos competentes: “o rio é importante, a nascente é importante”. Nós temos que ter embasamento para irmos às discussões e audiências qualificados e preparados para dizer que aqui é o melhor lugar do mundo.

### **Considerações finais**

A luta continua. A nossa permanência também continua. Mas, a gente sabe que não é fácil. Assim como a gente se organizou e se irmanou, os empreendimentos também se organizaram, se acudiram pelo poder da aquisição do dinheiro, com apoio dos governos federal, estadual e municipal, e conseguem nos pressionar. Mas isso também não nos intimida.

Enfim, conseguimos permanecer aqui, apesar de muitas perdas, como grilagem de terras, conflitos com mineradoras que vivem da exploração da areia para a construção civil, falta de políticas públicas, aumento do tráfico de drogas, prostituição, muitas coisas que são feitas de propósito para que nós abramos mão daquilo que é nosso.

Vejo também, observando as companheiras e companheiros de outras comunidades distantes daqui, que a história é a mesma. Os quilombolas, as comunidades tradicionais, continuam sempre na resistência, porque é sempre a nós que eles querem atingir, tirar o que nos é de mais precioso.

Ninguém ganha quando a natureza perde, mas sou consciente de que tem muita gente ganhando dinheiro com a desgraça da natureza, e não são as comunidades. As comunidades preservam. Se tem ainda alguma coisa preservada, é porque essas comunidades têm essa intuição da preservação. Continuamos na luta pelos nossos territórios. Tenho certeza que essa terra ficará para os nossos netos.



## Referências

DAMASCENO, Elena Steinhorst. A RESEX DE TAUÁ-MIRIM E SEUS RIZOMAS: um trabalho de construção coletiva e etnografia do processo. 2016. 233 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

MMA; CNPT; ICMBio. Processo nº 02012.001265/2003-72 que trata da criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. 2015. 6 volumes. Mimeo.

PIRES, Maria Máxima [62 anos]. [mar. 2021]. Apresentação de trabalho acadêmico em plataforma virtual. São Luís, Maranhão. São Luís, 15 de mar. 2021.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Élio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

# **Insurgências Coletivas e Práticas Contracoloniais: encontros possíveis e necessários no diálogo de saberes entre universidades e territórios quilombolas**

# **Insurgências coletivas e práticas contracoloniais: encontros possíveis e necessários no diálogo de saberes entre universidades e territórios quilombolas<sup>1</sup>**

Maria Raimunda Penha SOARES <sup>2</sup>

Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ

## **Resumo**

Este artigo apresenta reflexões sobre as convergências entre universidades e territórios quilombolas na organização e luta por reconhecimento e justiça. Considera-se que são as insurgências coletivas que resistem em territórios quilombolas; que dão contorno e conteúdo a identidades, memórias e histórias que atravessaram o Período Colonial; e que se reafirmam na contemporaneidade como luta por territórios e políticas públicas e contra as violações de direitos. As mulheres desempenham papel central na construção dessas insurgências, tanto por serem as principais guardiãs de saberes, quanto por estarem na linha de frente dos atos contra a ação do capital em seus territórios. Propõe-se um debate sobre o potencial político da construção dessas práticas e como a universidade pode contribuir, em diálogo horizontal e ético e nas trocas de saberes, com as lutas quilombolas. Utiliza-se da “dialética entre consciência e memória”, proposta por Lélia González, como um fio condutor dessas reflexões. Esta proposta resulta de mais de dez anos de inserção em territórios quilombolas no Rio de Janeiro e, mais recentemente, no Maranhão, por meio de pesquisa e extensão junto às comunidades, dialogando com seus sujeitos, e de investigações no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus Rio das Ostras.

**Palavras-chave:** Quilombos; Saberes; Insurgências; Memórias; Mulheres.

## **O processo de urbanização de São Luís – MA**

A proximidade com a dinâmica de vida de mulheres quilombolas nos últimos anos tem me colocado questões para pensar o lugar das práticas feministas quilombolas nas batalhas que enfrentam nos e pelos seus territórios; e, por outro lado, como essas resistências específicas se articulam ou como se tornam parte de uma luta anticapitalista, antirracista e contra o patriarcado. O que tenho observado é que algumas categorias recorrentes nas universidades e nas reflexões de estudiosos da questão racial e de gênero

---

1 Trabalho apresentado no GT Memórias, histórias e lutas por reconhecimento do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas: “povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório”.

2 Professora Associada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus Rio das Ostras. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) da UFF. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutora pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA). E-mail: raysoares2411@gmail.com

não são suficientes para mostrar a potência dessas práticas na dinâmica de luta dessas mulheres, tanto no passado escravista quanto na contemporaneidade. Por outro lado, as mulheres quilombolas reivindicam reconhecimento, “(...) na sua autonomia, como produtoras de conhecimentos igualmente válidos, mas singulares, oriundos da vivência em contexto comunitário, em profunda ligação com o território e com as marcas que carregamos de nossa ancestralidade negra” (MENDES, 2020, p. 63).

Mesmo depois de mais de dez anos de pesquisa e extensão em e com comunidades quilombolas, dialogando e aprendendo a partir das dinâmicas particulares desses territórios, era difícil pensar e elaborar reflexões que se aproximassem dessas realidades apenas a partir das categorias clássicas que geralmente recorremos para problematizar esses cenários, pois tais particularidades são importantes, principalmente pelo que as configurações de resistências cotidianas e de lutas têm a ensinar.

Nos estudos que venho desenvolvendo e, principalmente, no diálogo direto, ético e horizontal com os sujeitos dessas comunidades, trocando saberes e aprendendo com suas práticas e memórias, foi possível considerar que as insurgências coletivas e as práticas contracoloniais (SANTOS, 2015) dos quilombolas constituem potências anticapitalistas que resistem em seus modos de vida e nas formas particulares de produzir e reproduzir suas vivências. Essas forças podem emergir, a depender das dinâmicas sociopolíticas dos territórios, em organização e luta combativa.

A leitura de Lélia Gonzalez (2020) ajudou-me a encontrar a referência com a qual trabalho neste artigo — a dialética entre consciência e memória —, com a compreensão de que essa é uma escolha metodológica e epistêmica, mas, sobretudo, de uma vivência de pesquisa, de uma práxis junto a comunidades quilombolas, que não exclui outras abordagens, nem se pretende estabelecer como o único caminho a ser seguido.

Adialética consciência e memória proposta por Lélia Gonzalez (2020) é um instrumento potente de análise para entendermos a luta, a resistência e as práticas feministas das mulheres quilombolas. É a partir dela que proponho o debate sobre insurgências coletivas e práticas contracoloniais, a partir do protagonismo das mulheres.

Este texto reúne alguns elementos de pesquisa ainda em desenvolvimento e pretende evidenciar a centralidade de mulheres negras quilombolas em espaços sociopolíticos e culturais, presença a qual nos permite pensar que o domínio de saberes e práticas ancestrais e populares são fontes de poder e conhecimento.

### **Histórias e memórias quilombolas: mulheres insurgentes e suas práticas de resistência e lutas contracoloniais**

O capitalismo surge de forma violenta e predatória, e esse processo, conhecido como acumulação primitiva do capital (MARX, 2008), que se efetiva “redesenhando territórios, forjando identidades, destruindo particularidades históricas e criando uma geopolítica mundial” (SOARES, 2020, p. 274), é reatualizado constantemente como uma forma de garantir, pelos mesmos métodos de violência, expropriação e destruição, o aumento do

capital. Este, portanto, nunca sacia sua sede por lucro, nunca está e nunca estará satisfeito.

É nesse cenário inicial que a África e a América são inseridas na dinâmica moderna capitalista colonial e têm suas riquezas, seus povos e sua condição de “civilizações” destruídas, apropriadas e extorquidas, alimentando as fornalhas que diuturnamente produzem, a partir da Europa, um novo modo de produção: o capitalista.

Dessa forma, o capitalismo surge em um processo violento de expropriação e destruição de espaços comuns, configurando-se como uma forma extrema de extrativismo (ARÁOZ, 2020), que, além de sugar as riquezas das terras colonizadas, provoca o extermínio de povos africanos e indígenas. Nesse mesmo processo, as mulheres, cujos corpos são apropriados, violentados e violados (especialmente no caso da escravidão negra e indígena das Américas), veem seus conhecimentos ligados aos processos de reprodução social, até então de seus domínios, serem apropriados pelo Estado, racionalizados ou demonizados pelas igrejas (FEDERICI, 2017). Desse modo, recaem sobre as mulheres as maiores violências, violações, explorações e expropriações nesse processo, no entanto são elas também que mais resistiram e continuam resistindo.

Na América Latina, esse processo de acumulação primitiva impõe a colonização e a escravidão de indígenas e africanos, além da expropriação e do extermínio de povos e etnias, entretanto houve resistências, e os quilombos configuraram-se como a principal forma delas (MOURA, 1993), pois existiram por toda a América. Onde houve escravidão, houve resistência quilombola (Idem).

O fim da escravidão moderna não implicou a superação das formas violentas e predatórias de apropriação de riquezas que eram praticadas pelo capital, na América Latina e no Brasil. Contrariamente, esses modos de expropriação e apropriação de territórios, saberes e trabalho se reatualizam e assumem formatos devastadores que se assemelham, em muito, ao Período Colonial, configurando-se em um neocolonialismo. Nesse sentido, nas últimas décadas, “o aumento da violência contra comunidades tradicionais e a destruição de modos particulares de vida, portanto, é o resultado de uma combinação que mistura acumulação por espoliação, racismo e práticas neocoloniais de opressão e exploração” (SOARES, 2020, p. 275).

Historicamente, em se tratando da escravidão colonial no Brasil, as resistências se materializaram de diferentes formas: as mulheres negras escravizadas participaram da formação de quilombos e de guerrilhas; garantiram a sobrevivência de conhecimentos, saberes e tecnologias que eram parte de uma cultura diaspórica, que vai conformar, no futuro, a cultura afro-brasileira; praticaram uma religiosidade que era demonizada, de modo que algumas foram acusadas de serem feiticeiras e condenadas como tal (SILVA, 2013); realizaram também uma resistência individual — com o cuidado dos seus — dos que eram feridos, violentados, adoecidos (com seus saberes, suas ervas e seus conhecimentos de curas); e envenenaram senhores estupradores na casa grande. Elas também desenvolveram afetos, amor e cuidado (em um contexto no qual pareceria impossível); elas dançaram para seus orixás nas festas de suas práticas religiosas; em suma, elas continuaram lutando para serem donas de um corpo que era legalmente propriedade de outrem. Fernanda Carneiro (2006, p. 30), ao falar do lugar das mulheres na formação dos quilombos, indica-nos que:

A importância de mulheres guerreiras está ainda para ser reconhecida na constituição das comunidades de fugitivos de toda a América colonial e como herança negra partilhada na luta cotidiana das brasileiras. (...) Elas eram indispensáveis: na provisão de alimentos; no trabalho agrícola, na confecção de roupas e utensílios. Além de combaterem lado a lado com os homens e participantes dos ataques a plantações vizinhas, elas exerciam funções logísticas levando pólvoras e armamento, removendo e cuidando dos feridos. (...) Algumas chegavam a ser chefes de Quilombos, havendo notícias de Quilombos só de mulheres!!! Como o chefiado por Felipa Maria Aranha, na Região Amazônica.

Flávio Gomes (2015, p. 39) também identifica a necessidade de aprofundarmos os estudos sobre o lugar das mulheres na formação e na resistência quilombola. Nesse sentido, o autor aponta que:

Certos mitos na memória coletiva de alguns remanescentes revelam a função das mulheres. Por exemplo, cabia a elas esconder o máximo de grãos na cabeça — entre seus penteados — e escapar para matas, o mais longe possível. A economia de um quilombo atacado era reconstruída exatamente a partir desses grãos. Outras indicações sugerem sua função religiosa de proteção dos quilombos ao entrarem em transe para adivinhar o momento e local dos ataques punitivos.

Mesmo não havendo uma pesquisa profunda que compreenda, de forma substancial, o papel das mulheres nos quilombos, quando se analisa o que atualmente se compreende como conhecimentos ou saberes tradicionais, elas sempre aparecem como guardiãs ou detentoras deles nas comunidades, seja nas rurais, indígenas ou quilombolas.

Essas resistências não desapareceram. Estão vivas nos quilombos, nos terreiros, nas favelas, nos movimentos, nas escolas de samba, nas rodas de funk e na organização dessas mulheres negras e devem ser articuladas com outras mulheres (indígenas, brancas, ciganas etc.). Olhar para essa história de formação da sociedade brasileira a partir desses sujeitos insurgentes é um primeiro passo para um diálogo e troca de saberes e conhecimentos entre universidade e territórios quilombolas, na construção de ações coletivas de luta por direitos e contra o avanço predatório do capital em territórios, corpos e saberes ancestrais.

### **O que podemos aprender, a partir da universidade, com os conhecimentos, saberes, práticas e vivências quilombolas**

Neste trabalho, não pretendo fazer um debate sobre diferenças entre saberes ou conhecimentos. Não interessa aqui a discussão sobre diferenças entre conhecimento



popular e conhecimento científico, ou mesmo as diferenças entre senso comum e ciência. Interessa trazer elementos iniciais, pois estas reflexões são bases para um processo mais longo de pesquisa: para problematizar em que medida os saberes quilombolas e a memória coletiva destas comunidades podem contribuir para o fortalecimento organizativo, político e sociocultural desses territórios e ser fonte de inspiração e aprendizado para a produção no âmbito acadêmico.

Os africanos trouxeram consigo um conjunto de saberes, práticas, tecnologias e conhecimentos que foram essenciais à sua sobrevivência em terras distantes da sua originária. Uma parte desses conhecimentos foi empregada no trabalho com a metalurgia e agricultura; outra parte foi reconstruída a partir da confluência de outros saberes, em especial, os de grupos étnicos que conviveram nas senzalas, dos povos indígenas nos quilombos e em práticas de religiosidade ou de cuidado da saúde. Fiabani (2012, p. 315) destaca que

Os quilombolas não encontraram dificuldades para incorporar a agricultura ao cotidiano. Os trabalhadores escravizados traziam já da África a tradição agrícola e horticultora, ainda que, comumente essas práticas, no continente negro, fossem funções sobretudo femininas, assim como nas comunidades tupis-guaranis.

Foi nos quilombos onde esses conhecimentos estiveram mais empregados de forma não compulsória e puderam contribuir para uma vivência contracolonial (SANTOS, 2015). Vários registros de estudiosos demonstram que, nessas organizações, inclusive nas que duraram mais tempo, multiplicavam-se formas de produção, de costumes e de organização que incorporavam elementos trazidos do continente africano com os já desenvolvidos nas fazendas e senzalas pela confluência entre diferentes grupos étnicos (MOURA, 1993; GOMES, 2015; FIABANI, 2012).

Nesse processo de resistência, as mulheres são protagonistas. Fernanda Carneiro (2006, p. 27) sinaliza a necessidade de reconhecimento e “veneração” dos antepassados e suas tradições. Para ela, “(...) o passado ensina, orienta. As contadeiras de história, as ‘pretas velhas’, as cantigas e as palmas...: tudo são ensinamentos e valores de uma tradição corporal que dão sustento, estruturam personalidades e transmitem uma pedagogia...”. Ainda segundo essa autora, mesmo em contexto de escravização, havia uma rede de convivência e afetos que foi se construindo por dentro das senzalas e que se conectava com os quilombos. Muitos quilombolas doentes, segundo a autora, buscavam, nessa rede de convivência comunitária, a vivência da saúde. Dessa forma,

Preta velha Mariana, mãe de Adão, vinha ao quilombo e às vezes trazia comida. Crioula Maria, ao que se sabe, quando lá ia, não levava nada: somente contato, informação e afeto. Eram visitas que costuravam os finos e delicados

fios entre quilombos e fazendas. (...) Mulheres quilombolas davam à luz e suas crianças recém-nascidas eram cuidadas e mantidas longe das privações, quando era preciso fazer andanças pelas florestas. Senzalas e tabernas eram também ambiente cultural para encontros, pagodes e batuques e onde procuravam-se notícias sobre perseguições. (...). Essas relações proibidas eram destruídas por uma rotineira repressão: obstrução de vias e acesso, cerco, ações policiais nas tabernas. Mas eram reconstruídas permanentemente. Os delicados fios tecidos pelas mulheres eram essenciais para a trama coletiva”. (CARNEIRO, 2006, p. 29, grifos da autora).

Carneiro (2006, p. 31) indica, ainda, o lugar de destaque que as mulheres obtinham nos terreiros e nas Irmandades (espaço social católico, permitido aos negros na Colônia) e como a inserção nesses locais contribuiu para outra dimensão de suas identidades. Nesse sentido, a autora afirma que

As mulheres encontram nas religiões negro-brasileiras uma outra dimensão social da identidade, além daquela trazida de suas culturas de origem poligâmica. A maioria maciças de pessoas escravizadas era constituída por homens. A inversão numérica, e a alteração das condições de organização social-familiar conforme as culturas africanas, tiveram como consequência, ao longo da formação social e das subjetividades, uma alteração da posição e poder da mulher. Em inúmeras situações nos terreiros e nas Irmandades, encontravam identidade dissociada do trabalho escravizado ou de baixa valorização. Nos terreiros, onde sempre alcançavam cargos importantes na hierarquia, eram tratadas com reverências especiais. O respeito às iyás e ekédís e aos ogãs é observado com rigor. A pessoa se afirma na comunidade. Os sentidos da vida vão muito além da satisfação de suas necessidades materiais e ganham mais significado de acordo com os valores da tradição.

Dessa forma, entende-se que o sentido de afeto, cuidado, saber e mesmo de práticas religiosas não pode ser transplantado dos conceitos acadêmicos para entendermos e explicarmos as ações realizadas de homens e mulheres negras no Período Colonial ou na contemporaneidade, ao olharmos para a realidade dos povos quilombolas e indígenas. Há confluências nas análises, e não estou considerando que o conhecimento acadêmico

deva ser descartado, entretanto há necessidade de diálogo e de reconhecimento de epistemologias que emergem das particularidades dos saberes diaspóricos, negros e indígenas e que podem contribuir com nossas análises.

Reafirmando o protagonismo das mulheres quilombolas na atualidade da organização e luta pelo território, Selma Dealdina (2020, pg. 37) indica que

Nós, mulheres quilombolas, temos um papel de extrema importância nas lutas de resistência, pela manutenção e regularização dos nossos territórios. No quilombo ou na cidade, temos sido as guardiãs das tradições da cultura afro-brasileira, do sagrado, do cuidado, das filhas e filhos, das e dos grãos, da roça, das sementes, da preservação de recursos naturais fundamentais para a garantia dos direitos.

No mesmo sentido, Silva (2020) reafirma o lugar das mulheres no quilombo como acervo da memória coletiva. Sendo, portanto, indispensáveis na organização e luta em seus territórios, elas sempre estão na linha de frente das resistências.

Dessa forma, podemos considerar que os quilombos foram um importante espaço de insurgência e resistência coletiva onde os saberes e conhecimentos tradicionais puderam ser preservados e guardados para gerações futuras, constituindo modos de vida que, em vários aspectos, contrapõem-se ao modelo predatório de o capital produzir mercadorias, com as mulheres ocupando, ontem e hoje, o lugar de protagonistas.

## **Considerações finais**

Com a frase “nossos passos vêm de longe”, mulheres negras, quilombolas, feministas, estudiosas e militantes atuantes em diversos espaços buscam resgatar uma memória que se conecte com uma luta do presente por justiça e direitos. Afirmar que “nossos passos vêm de longe” é, entretanto, mais que reconhecer um legado das mulheres negras que viveram e lutaram, em um passado escravista, em diversas frentes e de diversos modos, para que pudéssemos hoje pensar em ancestralidade e construir nossas lutas a partir dessa memória. É reconhecer que há um acúmulo político e cultural que deve ser reconhecido e evocado como forma de iluminar as lutas contemporâneas tanto dentro do feminismo como fora dele. Por outro lado, implica também reconhecimento de práticas, saberes e conhecimentos que foram a base de uma práxis contracolonial que tinha, em homens e mulheres negros(as), mas também indígenas, seus principais sujeitos. Atualmente, torna-se importante que nos perguntemos em que consiste esse legado e em que medida ele pode ser libertador. As respostas a essa questão podem trazer elementos importantes para um diálogo ético, dinâmico e horizontal dos territórios quilombolas, tendo seus sujeitos como protagonistas, com as universidades e movimentos sociais e populares.

Por fim, deve-se olhar para a experiência dessas mulheres — negras, de terreiros, quilombolas, indígenas e ribeirinhas — não com curiosidade, mas com a intenção de

aprendermos com suas resistências e efetivamente contribuirmos com suas lutas (no que elas nos demandarem). Em contrapartida, elas podem nos ajudar a pensar e construir formas de luta e resistência contemporâneas.

Estamos em meio a uma pandemia que explicitou as desigualdades sociais no Brasil, sobretudo o descaso do governo com povos e comunidades tradicionais. Mesmo em meio a esta crise humanitária, social e de saúde que vivenciamos mundialmente, os territórios indígenas e quilombolas continuam sendo alvos de grandes empreendimentos privados ou estatais que não só, em processo de violação de direitos, apropriam-se de terras, mas destroem conhecimentos e saberes e exterminam sujeitos que lutam e militam nessas regiões. Desse modo, é importante afirmar que as universidades não podem dialogar com esses sujeitos como objetos de estudos. Só há sentido em qualquer relação entre universidade e comunidades ancestrais se, de fato, construirmos, com nossos conhecimentos e técnicas, ações que garantam a efetivação de direitos e justiça e contribuirmos na organização e luta dessas comunidades.

Um desafio que está colocado para as universidades é, portanto, como dialogar e aprender com práticas cotidianas coletivas da organização e modos de vida de mulheres quilombolas, olhando para as ações delas — as práticas de cura, de benzimento, de religião, de cultivo, de preservação de sementes, de cuidado com o corpo e com a saúde, de escuta, de fala griot e de contação de histórias, entre outras — como insurgentes, como parte de um contexto de resistência, e entendendo que, sem essas ações, não existiria uma identidade quilombola coletiva, não existiria a comunidade. As organizações de luta, associações, conselhos, sindicatos de trabalhadores, reuniões e piquetes que surgem no contexto de configuração dessas comunidades são importantes e fundamentais, mas se alimentam dessas práticas cotidianas. Não podemos olhar para essas formações e dinâmicas políticas sem entender a dimensão insurgente dessas práticas e o papel das mulheres nesse contexto.

## REFERÊNCIAS

- ARÁOZ, Horácio Machado. *Mineração, genealogia do desastre: O extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo: Elefante, 2020.
- CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe... In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WRITE, Evelyn C. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006. p. 22-41.
- DEALDINA, Selma dos Santos. *Mulheres Quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política*. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 25-44.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004)*. São Paulo: Expressão popular, 2012.
- GONZALES, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo Afrolatinoamericano – Lélia González*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claroenigma, 2015.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, Antônio Bispo. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: 2015.
- SILVA, Carolina Rocha. *O Sabá do sertão: feitiçarias, demônios e jesuítas no Piauí colonial (1750-58)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- SILVA, Givânia Maria. *Mulheres Quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina*. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 51-58.
- MENDES, Maria Aparecida. *“Saindo do quarto escuro”: violência doméstica e a luta comunitária de mulheres quilombolas em Conceição das Crioulas*. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 59-63.

# Álbuns Patrimoniais da Cidade de Sapeaçu



# Álbuns Patrimoniais da cidade de Sapeaçu<sup>1</sup>

Paula Amália Anias RODRIGUES

## Resumo

O presente trabalho aborda a construção e materialização dos álbuns patrimoniais da cidade de Sapeaçu, situada no Território do Recôncavo da Bahia. Os álbuns patrimoniais consistem em um método de ensino que busca a salvaguarda da cultura, historiográfica, conhecimentos e saberes do povo de Sapeaçu com ênfase na pesquisa de personalidades locais reverberando essa produção de cunho educativo e cultural para todo Território de Identidade do Recôncavo baiano. O conjunto da obra compõe elementos como livros artesanais, banners, miniaturas de ambientes e das personalidades pesquisadas e material audiovisual. A modalidade de trabalho contempla fotografia e audiovisual e outros elementos que poderemos filtrar com a curadoria do evento.

## Problematização

Na docência, partindo da realidade de escolas públicas de ensino médio, o professor se depara com a falta de estímulo dos alunos, em várias áreas do conhecimento, em especial nas disciplinas de Humanas como a História, que por séculos foi ensinada de forma tradicional e decorativa.

A iniciativa de introduzir práticas educativas diferentes surgiu pela necessidade de motivar os alunos para valorizar a cultura, suas tradições locais, ancestralidade e territorialidade, além de criar um olhar sensível para riquezas locais ainda não estudadas, catalogadas ou tombadas, que poderão futuramente transformarem-se em legados patrimoniais. Nesse sentido, foi realizado o projeto Estruturante Patrimonial no Âmbito - EPA.

Há cerca de 12 anos a Secretaria Estadual de Educação desenvolve nas Escolas da rede, os Projetos Estruturantes, que buscam desenvolver no aluno o potencial de vários campos das Artes, como: música, dança, poesia, escultura, coral, pintura, teatro e álbum iconográfico patrimonial (EPA).

## Álbum Patrimonial intitulado EPA

No início de cada ano letivo é feita uma sensibilização com as turmas em um evento Cultural, com a presença de artistas locais e alunos egressos de edições de anos anteriores para apresentação das propostas de trabalho e lançamento, compondo todos os Projetos Estruturantes a serem desenvolvidos durante o ano letivo, em especial o EPA.

Após esse evento é escolhida uma turma a ser desenvolvido o projeto e o tema a ser trabalhado, podendo ser sugerido pela turma ou pela comunidade escolar.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 2 Memórias, histórias e lutas por reconhecimento, modalidade comunicação oral, do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

Entre os anos de 2016 e 2020 foram realizados cinco projetos, a saber: Laboro e a Guerra de Espadas Tradição que não se apaga; Dona Nenzinha e o Beiju de Coco e Estrelar A Máquina do Som, Mane do Bar e Literatura de Cordel, Amadia Caludino Anias.

Os três álbuns mencionados foram premiados pela Sec, dentre eles o Laboro e a Guerra de Espadas Tradição que não se apaga, em 2017 atraiu a Stink Films, empresa de cinema norte-americana, que adaptou o roteiro do clip Rastro do Po da banda Tagua Tagua. Esse clip estreou em junho deste ano, ganhando vários prêmios internacionais como o Ciclpoe no México, o kinsalesharkawards na Irlanda, Camerimage Festival 2018 na Polônia, dentre outros em Berlin e indicação para o Cannes, onde a escola é mencionada na ficha técnica, citado o nome dos alunos que participaram da construção do projeto, pessoas da comunidade que participaram das gravações, além de atrair renda.

### **Impressões**

Como idealizadora acredito que este projeto auxiliou os alunos na medida em que despertou para a cultura, o pertencimento da identidade local e a credibilidade de tornar possível a visibilidade de um trabalho a priori tão simplório. Entretanto há necessidade de investigação com rigor científico a fim de compreender melhor o uso de álbuns iconográficos. Considerando o contexto apresentado, a pergunta “como o uso de álbuns iconográficos patrimoniais contribui para o ensino aprendizagem da História no ensino médio?” desponta como questão norteadora deste estudo.

O objetivo geral desta pesquisa é, portanto, analisar a contribuição do uso do álbum iconográfico patrimonial no ensino aprendizagem da História no ensino médio. Para alcançar o objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever um caso do uso de álbum iconográfico;
- b) Identificar as produções realizadas pelos alunos no contexto da atividade;
- c) Identificar as percepções dos alunos quanto aos conteúdos trabalhados na atividade;
- d) Identificar as repercussões da atividade na comunidade escolar e na sociedade.

### **Álbuns Iconográficos Patrimoniais desenvolvidos por alunos do Colégio Dr. Eliel da Silva Martins**

1. Amadia Claudino Anias, matriarca que na década de 50 protagonizou o uso da banha de porco, especiarias e a produção das mais apreciadas linguiças caseiras do território do Recôncavo.

2. Dona Nenzinha e o Beiju de Coco: produzido em 2017, esse material trata da criação do Beiju de Coco em 1976 no Recôncavo na cidade de Sapeaçu, pela mãos de Amalia Santana, apelidada de Dona Nenzinha, que além de levar o aluno a se identificar com sua territorialidade e ancestralidade, nos revelou a força, liderança e empoderamento feminino ainda nesse período.

3. Mané do bar e literatura de cordel que busca na patrimonialização do cordel e em elementos da xilogravura mecanismos facilitadores de aprendizagem de conteúdos a partir

da figura do Mestre Mané do Bar.

Este trabalho trata de um estudo qualitativo descritivo que tem o objetivo geral de analisar de que forma ocorrem mudanças organizacionais no setor público em decorrência do uso das mídias sociais.

Como campo da pesquisa empírica serão selecionadas prefeituras municipais que utilizem mídias sociais como veículo de comunicação oficial e que façam a gestão das mídias sociais sem o auxílio ou intermediação de empresa especializada.

A opção por analisar prefeituras deu-se em função de ser o nível de governo mais próximo da população (local government) o que facilita a identificação e compreensão de fenômenos dependentes da relação entre o indivíduo e a organização pública (BONSÓN et al., 2012).

Para verificação de utilização de mídia social será utilizado como parâmetro possuir página no Facebook. A mídia social Facebook foi escolhida por estar consolidada como a principal rede social virtual em mais de 100 países (MACEDO NASCIMENTO; LUFT, 2015), inclusive no Brasil (BRASIL, 2016; KOBERSTEIN, 2017). Segundo a pesquisa Brasileira de Mídia, publicada em 2015, o Facebook responde por 83% do acesso de brasileiros às redes sociais.

É importante salientar que o universo de prefeituras ainda não foi definido, embora exista a inclinação em optar por prefeituras de regiões brasileiras com alta concentração de municípios com população inferior a 20 mil habitantes. Esta inclinação prévia considera que, no contexto brasileiro, a maioria dos municípios federados são de pequeno porte, sendo a adoção de mídias sociais uma solução eficiente para equacionar custo benefício, aliada ao fato de que, na prática, a audiência de mídias sociais tende a ser maior em localidades com população menor (EMBAYE; NAVRATIL; YANG, 2013). Muito embora a assertiva dos autores tenha sido elaborada em outro contexto, pois o estudo deu-se em municípios da British Columbia, tomamos esta informação como base para a decisão, assumindo a possibilidade de mudança de rumos caso as observações empíricas não a sustentem.

## Referências

DE OLIVEIRA, Ana Marcela França. O uso da iconografia em sala de aula: as impressões de alguns viajantes sobre os biomas brasileiros. *Fronteiras & Debates*, v. 3, n. 2, p. 137-165, 2017.

LIMA, Claudia Lins; STEINKE, Valdir Adilson. Atividades de extensão universitária na formação do-cente em geografia: a importância da iconografia. *Didáticas Específicas*, n. 5, p. 56-77, 2018.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2008.

YIN, Robert K. Estudo de Caso-: Planejamento e Métodos. Bookman editora, 2015.

**A Expansão Mineral no Sul Brasileiro  
Analisada Através do Processo de  
Licenciamento da Mina Guaíba de  
Carvão e sua Oposição Crítica: o  
papel dos lançadores de alerta comitê  
de combate à megamineração,  
Instituto Arayara e médicos em alerta**

# **A Expansão Mineral No Sul Brasileiro Analisada Através Do Processo De Licenciamento Da Mina Guaíba De Carvão E Sua Oposição Crítica: O Papel Dos Lançadores De Alerta Comitê De Combate À Megamineração, Instituto Arayara E Médicos Em Alerta<sup>1</sup>**

Thiago da Silva FERREIRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

## **Resumo**

A empresa COPELMI iniciou em 2018 o licenciamento da mina Guaíba para exploração de carvão entre os municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas do estado do Rio Grande do Sul, apoiado em mobilizações do empresariado e do poder público com destaque para a lei nº 15047/2017 (política de carvão estadual) e para o seminário “Alternativas Sustentáveis do Uso do Carvão: Oportunidades do Complexo Carboquímico no Brasil” da FIERGS - Federação das Indústrias. Em seu contraponto crítico, destacam-se o Comitê de Combate à Megamineração, o Instituto Arayara e o Médicos em Alerta, que operam ampliando o debate expondo efeitos adversos não considerados ou subestimados tais como a desconsideração de povos e comunidades tradicionais, o desemprego indireto através da extinção de atividades previamente estabelecidas como a agricultura familiar, e os prejuízos em termos de qualidade do ar e abastecimento de água que se manifestam além da área de abrangência definida pelo empreendedor, impactando outros municípios e a região metropolitana da capital, Porto Alegre, dentre outros danos expostos em consultas públicas, lives, estudos, painel de especialistas e eventos. Estes coletivos operam na lógica dos lançadores de alerta (Chateauraynaud e Torny, 1999) com importante papel no debate público e controle social deste empreendimento.

**Palavras-chave:** extrativismo; conflito socioambiental; carvão; lançadores de alerta.

## **Introdução**

O neoextrativismo e o extrativismo predatório são realidades presentes em diversas localidades, especialmente nos ditos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, reciclando e revivendo práticas de caráter colonialista e imperialista atualizadas sob a égide do capital internacional e sem fronteiras. Porém, enquanto nacionalmente o Norte, Sudeste e Nordeste são postos nos holofotes, seja sob a exploração petrolífera, agroindústria e megaempreendimentos, ou especialmente no caso de Minas Gerais e do Pará como fronteiras da megamineração (Porto et al, 2013), sobretudo após a ocorrência dos crimes da Vale e Samarco em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), pouco se debatia em âmbito

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT2: Memórias, histórias e lutas por reconhecimento do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

nacional até recentemente sobre os conflitos ocasionados pela nova ofensiva da mineração no Sul brasileiro.

Mesmo com estes casos de tragédias que tomaram os holofotes da mídia e das pesquisas não se verifica um abrandamento do consenso das commodities, que se trata da premência da exploração mineral em larga escala como opção de desenvolvimento nacional (Svampa, 2013). Neste aspecto, pouco se diferem os governos, tanto à direita quanto à esquerda do espectro político, o que acaba ocasionando uma “riqueza empobrecedora” (Rosa, 2021), ou seja, a apropriação dos benefícios para pessoas e localidades não afetadas diretamente por estas atividades, seja através do custeio de políticas sociais e de transferência de renda, seja pela mera acumulação capitalista por meio de vantagens e lucratividade propiciadas aos acionistas e especuladores financeiros.

Igualmente permeado por conflitos socioambientais e ameaça à subsistência, modos de vida e saberes de povos tradicionais, assim como ao meio ambiente e à saúde humana, o Sul brasileiro, especificamente o estado do Rio Grande do Sul, abriga mais de cinco mil requerimentos de pesquisa mineral em seu território, os quais geraram cento e sessenta e seis projetos, dentre os quais quatro que se encontram em estágio mais avançado, a seguir listados: projeto Retiro da empresa RGM em São José do Norte para extração de ilmenita, rutilo, zirconita e titanomagnetita, projeto Caçapava do Sul da empresa Nexa (grupo Votorantin) e lamgold em Caçapava para extração de chumbo, zinco e cobre, projeto Fosfato Três Estradas da empresa Águia Fertilizantes em Lavras do Sul para extração de fosfato e calcário, e projeto Mina Guaíba da empresa Copelmi, em Eldorado do Sul e Charqueadas para extração de carvão, areia e cascalho.

Neste contexto, em que se estima que 90% do carvão brasileiro se encontra no Rio Grande do Sul (Viero e Silva, 2010; SME, 2018), o projeto Mina Guaíba pode vir a ser o precursor de um polo carboquímico na região conforme lei estadual nº 15047/2017, o que torna pertinente questionarmo-nos: será o Sul brasileiro um terceiro polo em potencial para a expansão da mineração brasileira? Quais as consequências às populações locais e ao meio ambiente destas iniciativas exploratórias?

### **1. Expansão Mineral no Rio Grande do Sul: breve histórico do carvão gaúcho e suas perspectivas**

Consoante o panorama exposto, há o temor de que o Rio Grande do Sul possa vir a se tornar um grande polo mineral nacional haja visto o potencial das reservas estimado, diversos projetos em algum estágio de andamento e, no caso do carvão, pelo planejamento de dois polos carboquímicos na região, o que abriria portas para diversos outros empreendimentos.

Convém, sobretudo, destacar que falar de mineração e de carvão não é novidade no Estado. Data de 1795 a descoberta de carvão em território nacional no município de Minas do Leão, do Rio Grande do Sul. Já em 1853 foi descoberta a maior reserva de carvão nacional em Arroio dos Ratos, no mesmo Estado, empreendimento viabilizado com trabalho escravo e investimento internacional de capital inglês que culminou em expansão da malha



ferroviária e aumento da quantidade de empresas de exploração mineral, alavancadas nas décadas de 1930 a 1980 por políticas públicas de fomento à produção do carvão nacional (cotas) decretadas por Getúlio Vargas, assim como na substituição das importações decorrentes da Segunda Guerra Mundial e dos choques internacionais ocasionados com grandes altas dos preços internacionais do petróleo (Vivar, Simões e Cougo Junior, 2016). A partir da década de 1970 são propostos subsídios adicionais à produção de energia elétrica através do carvão mineral nacional para uso em usinas termelétricas (TCU, 2017), benefício este com vigência estipulada de 1973 a 2027, ainda existente na atualidade onerando as tarifas públicas de energia.

Em 1978, em plena ditadura e, portanto, com reduzido espaço de participação e debate públicos, destaca-se o início da pesquisa na região onde se pretende constituir a Mina Guaíba. Em 1986 é inaugurado o Museu Estadual do Carvão, patrocinado pelas mineradoras com base em patrocínios privados e em incentivos fiscais do poder público. O museu localiza-se em Arroio dos Ratos, RS, onde funcionou a primeira usina termoelétrica movida a carvão mineral do país, e tem como objetivo valorizar, divulgar e preservar a história da exploração do carvão e dos mineiros (Vivar, Simões e Cougo Junior, 2016).

Porém, se o contexto nacional é favorável até então, o mesmo não se pode generalizar a nível internacional, com a ocorrência em 1952 de um nevoeiro que encobriu Londres durante quatro dias (“The Great London Smog”) creditado ao acúmulo de poluentes e ao excesso do uso de combustíveis fósseis queimados na indústria e nos transportes, levando a estimadas doze mil mortes e cem mil pessoas adoecidas, culminando nas décadas seguintes nas primeiras medidas normativas para restrição da poluição de combustíveis fósseis (Martinez, 2019), que internacionalmente encontram repercussão na Conferência Rio 92 promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU e no debate científico sobre aquecimento global que até hoje persiste. Porém, enquanto que nos países do Norte global há crescente condenação à exploração mineral em larga escala, carvão em especial, o mesmo não se verifica no investimento do capital financeiro internacional e na localização destes megaempreendimentos em regiões tais como a África e a América Latina.

Voltando ao contexto gaúcho, em 1995 é constituída a ASMURC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera - composta por lideranças públicas interessadas nesta atividade nos municípios de Minas do Leão, Butiá, Arroio dos Ratos, Charqueadas, São Jerônimo, Triunfo, General Câmara, Barão do Triunfo e Eldorado do Sul.

Aproximando-nos da Mina Guaíba, se em 2007 na região onde se pretende constituir a Mina Guaíba há a formação do assentamento Apolônio de Carvalho, com destaque para atividades de agricultura familiar preservando a natureza, o debate empresarial e de políticas públicas se postula no sentido contrário ao da expansão da agroecologia, com a promoção pelo empresariado nacional de tecnologias para “exploração mais limpa do carvão” (CGEE, 2012), em 2017 pela Federação de Indústrias local – FIERGS a ocorrência de seminário denominado “Alternativas Sustentáveis do Uso do Carvão: Oportunidades do Complexo Carboquímico no Brasil – Marco regulatório para atração de investimentos”, e a promulgação da lei estadual nº 15047/2017 (política de carvão estadual), que culminam

no início do processo de licenciamento do projeto Mina Guaíba em 2018 solicitado pelo empreendedor nacional Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais – COPELMI.

A referida empresa possui unidades no Estado do Rio Grande do Sul - RS nos municípios de Porto Alegre (sede administrativa), Butiá (minas Recreio e Butiá Leste, Arroio dos Ratos (mina de mesmo nome e mina Calombo), Charqueadas, Cachoeira do Sul (mina do Cerro), Triunfo (Unidade de Abastecimento), além de escritório de desenvolvimento na capital do Estado do Rio de Janeiro - RJ e de projetos sociais e culturais sediados em suas áreas de interesse, tais como o museu já citado, projeto Copelmi na escola e Projeto Pescar no entorno de suas áreas produtivas .

Tão ou mais eloquente que este processo de justificação do referido empreendimento, através do qual o capitalismo e seus empreendedores visam adquirir apoio e boa vontade do poder público, investidores e da sociedade em geral para o sucesso de seus projetos (Boltanski, Thevenot e Porter, 2006; Boltanski e Chiapello, 2009), ascende também a sua contestação crítica, neste presente artigo enfocada no Item 3 através da descrição da ação e discurso dos coletivos Comitê de Combate à Megamineração (CCMRS), Instituto Arayara e Medicina em Alerta. Mas, antes deste panorama, convém a seguir no Item 2 um breve panorama do processo de licenciamento da mina.

## **2. A Mina Guaíba: processo de licenciamento e conflito socioambiental**

O processo de licenciamento do projeto Mina Guaíba se iniciou em 2014, quando foi apresentado um estudo de impacto ambiental apontado pelo órgão regulador, Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – Fepam, como incompleto, o que ocasionou em seu cancelamento. A empresa Copelmi, ao final de 2018, deu entrada em novo processo de licenciamento com a apresentação de novo estudo de impacto (EIA-RIMA, 2018), sendo seguido em 2019 por consultas públicas nas áreas de abrangência direta do empreendimento, ou seja, os municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas. Nestas duas ocasiões se explicitou claramente a existência de dois polos opostos, que aqui serão denominados de justificação e crítica.

O polo justificação refere-se aos atores e instituições favoráveis ao empreendimento, que nestas duas oportunidades defenderam os benefícios potenciais da mina tais como a independência energética do Estado, geração potencial de até quatro mil e quinhentos empregos diretos e indiretos durante a implementação do projeto e sua exploração com duração estimada em vinte e três anos, desenvolvimento econômico, aumento do pagamento de taxas e impostos, duplicação do trecho da rodovia BR 290 para escoamento da produção e, na visão dos gestores da empresa, a dinamização econômica local e melhoria das condições de moradia, transporte, educação e saúde destas pessoas (EIA-RIMA, 2018; Fepam, 2019a; Fepam, 2019b).

Dentro desta perspectiva, revela-se a desvalorização pela empresa e pelos seus apoiadores dos modos de vida e subsistência encontrados na região, e na proposta de sua substituição por um modelo minério dependente. Enquanto que nestas duas audiências a empresa e parcelas do poder público demandavam o encerramento da fase de consulta

pública o mais breve possível a fim de agilizar a implementação do projeto, se verificou demanda da sociedade em se ampliar este debate com novas audiências públicas ocorridas ao longo de 2019 nos municípios de Guaíba e Porto Alegre. Assim, as áreas a sediar o empreendimento são vistas pela empresa como atrasadas, passíveis de incorrer em riscos de saúde e poluição ambiental, verdadeiras “zonas de sacrifício” em prol de um crescimento econômico desigualmente distribuído e de caráter predatório, violador de direitos humanos (Harvey, 2003; Acselrad, 2004; Porto et al, 2014; Acselrad et al, 2018).

Durante as audiências públicas ocorridas se verificou que cerca de 70% dos presentes se manifestou abertamente contra o empreendimento (Luz e Flores, 2020; Rosa, 2021) e seus impactos tais como a poluição o ar e da água desde o entorno da obra até a Região Metropolitana de Porto Alegre, desemprego indireto estimado para sete mil e quinhentas pessoas atualmente ocupadas atualmente com agricultura, pesca e turismo na região, desconsideração de comunidades indígenas, risco de subsidência – desmoronamento - relatado em áreas previamente mineradas, sobrecarga da infraestrutura pública (Ruiz et al, 2014; Fepam, 2019a; Fepam, 2019b; CCMRS, 2020), dentre outros prejuízos, posteriormente expostos pela mídia e sociedade civil em um documento denominado painel de especialistas, em uma série de lives e debates online promovidos ao longo de 2020 com o advento do distanciamento social ocasionado pela pandemia do covid-19, ações civis públicas e o pedido por uma Avaliação de Impacto à Saúde - AIS independente conforme critérios estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde - OMS, Fiocruz e Ministério da Saúde.

Baseado neste movimento crítico, no início de 2020 o processo de licenciamento é interrompido pela Justiça Federal, situação na qual se encontra até o presente momento em 2021. Para tentar compreender esta conquista da crítica social, no Item 3 a seguir será descrita a trajetória de três dos principais atores críticos ao longo de 2018 a 2021.

### **3. Lançadores de alerta e seu papel na crítica social**

Conforme mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil de autoria da Fiocruz, o processo de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos, incorporado na esfera da atuação governamental junto subsídios concedidos a projetos da indústria, isenções fiscais ou mesmo apoio policial em caso de oposição local, é responsável por 34% dos casos de conflito socioambiental mapeados (Porto et al, 2013), sendo seguido em ordem de importância pela quantidade de conflitos relacionados a monocultura (14% do total), mineração e siderurgia (7%), barragens e hidrelétricas (6%) e a indústria química, de óleo e gás (5%). Consoante a relevância indicada dos processos de ordem do poder público e relativos a megaempreendimentos do setor extrativista na culminância dos referidos conflitos, aqui entendidos como divergências no uso, posse e significação dos recursos naturais (Acselrad, 2004; Porto et al, 2014; Acselrad et al, 2018), renova-se a importância do debate e pesquisa científica de forma a promover o controle social, transparência e democracia na gestão e recursos naturais e territórios.

Com isso, para fugir do “risco predefinido pelas instâncias oficiais e anúncio

apocalíptico lançado pelos profetas da desgraça, era necessário autonomizar os processos de alertas e criar uma função de lançador” (Chateauraynaud, 2017: 22), são constituídos lançadores de alerta, sendo eles um ator, pessoa, instituição ou equipe que amplia o debate, trazendo à tona argumentos, públicos de interesse e riscos invisibilizados ou subestimados na esfera de debate público (Chateauraynaud e Thorny, 1999).

Estes lançadores se inserem no contexto da sociologia das provas e da sociologia pragmática, sendo que esta opera na lógica da simetria dos atores e da igualdade de tratamento entre as partes em conflito, buscando compreender os apoios concretos empregados por estas, aquelas que conseguem levar os outros a agir, operando no “exame do que limita (em inúmeros casos) a visibilidade e o debate público de situações problemáticas e de desigualdades, mas também do que (em certos casos) os torna possível” (Barthé et al, 2016: 112). Ou seja, estes estudos são voltados para a análise da trajetória, ação e discurso dos atores, tanto aqui chamados de justificação quanto os identificados como críticos, e seu papel na operação ou na inviabilização de grandes projetos de investimento da indústria. Estes fatores impactam na legitimidade ou não destes projetos, afetando suas políticas do tempo e espaço, ou seja, políticas de tempo tentando postergar e dificultar os estágios iniciais do empreendimento para ocasionar na perda de apoio e investimento, impactando assim na sua viabilidade técnica, financeira e política, e políticas de espaço com a finalidade de angariar apoios em movimentos, fóruns e coletivos correlacionados à mesma causa e temática originados em outras localidades (Kirsch, 2014).

Desta maneira, apresentaremos três dos principais coletivos críticos da Mina Guaíba, que até o momento tem logrado êxito na ampliação do debate e crítica.

### **3.1 Comitê de Combate à Megamineração no Estado do Rio Grande do Sul (CCMRS)**

O Comitê de Combate à Megamineração trata-se de um coletivo de mais de cento e vinte organizações constituído em maio de 2019 com o objetivo de combater o avanço da mineração no Rio Grande de Sul. Dentre seus participantes, encontram-se o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o 8 M Greve Internacional de Mulheres, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST – RS), a Fundação Luterana de Diaconia (FLD), o Greenpeace Porto Alegre, o Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil e alguns grupos da universidade federal UFRGS.

Ao final de 2019 o CCMRS publica o painel de especialistas, documento com textos de especialistas da UFRGS, além de contribuições do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT), Associação Amigos do Meio Ambiente (AMA), Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre (AGB), coletivo Ambiente Crítico, Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), UNISINOS, PUCRS, URI-Erechim indicando impactos ao meio físico, biótico, socioeconômico, populações indígenas e aspectos relacionados à saúde decorrentes do empreendimento, complementando ou questionando lacunas ao estudo de impacto ambiental apresentado.

Com o advento da pandemia do covid-19 no início de 2020 até o presente no ano

de 2021, se fortaleceu a atuação virtual do Comitê por meio de artigos, entrevistas, notícias e debates nas redes sociais, com destaque para os eventos #SegundasPelaVida com audiências de até 3,4 mil visualizações entre os meses de julho e setembro de 2020. Em março do ano de 2021 a página na rede social Facebook possuía quatro mil e duzentos seguidores e no Instagram, mil e cem seguidores, com setenta e quatro publicações relativas à mineração no estado do Rio Grande do Sul, além de website.

### **3.2 Instituto Arayara**

O Instituto Internacional Arayara atua há mais de vinte e cinco anos em dez países (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Panamá, Portugal, Moçambique, Quênia, Espanha e Canadá) compondo a Coalizão Não Fracking Brasil e América Latina pelo Clima, Água e Vida – COESUS, e os Observatório do Carvão Mineral e do Petróleo e Gás, com a missão de promover a conscientização, realização de workshops e campanhas, assim como abaixo-assinados com temas relativos a mudanças climáticas, povos indígenas, petróleo, carvão e combustíveis fósseis. Quanto à atuação em combate à exploração de carvão, destaca-se a participação em mais de vinte audiências públicas com o engajamento de mais de quatrocentos voluntários.

Especificamente no tocante ao conflito da Mina Guaíba o Instituto propôs ações civis públicas junto à Associação Indígena Poty Guarani e à colônia de pescadores z5 denunciando a desconsideração de povos e comunidades tradicionais impactados pela Mina Guaíba (TJRS, 201a; TJRS, 2019b; JFRS, 2020), processos estes que determinaram a suspensão do licenciamento pela Justiça desde o ano de 2020 até o presente em 2021. Com a premência crescente em tempos de pandemia pelo ativismo virtual, destaca-se que Arayara possui cerca de onze mil seguidores no Facebook e quatrocentos e cinquenta seguidores no Instagram em março de 2021, com quase duzentas publicações relacionadas ao meio ambiente, e website próprio.

O Instituto Arayara, no caso da Mina Guaíba, tem se articulado com o 350.org e o Change.org, instituições internacionais que ao longo de 2019 e 2020 promoveram debates sobre o tema com os slogans “carvão mata: diga não à Mina Guaíba”, “Porto Alegre (RS) pede o fim da Mina Guaíba em marcha pelo clima”, “Candidatos à Prefeitura de Porto Alegre posicionam-se contra a Mina Guaíba” e “Não Vote em quem apoia a Mina Guaíba”, alertando os riscos do empreendimento a seguir resumidos:

Contaminação do Delta Jacuí – hoje responsável por abastecer mais de 4 milhões de pessoas;

Contaminação de pessoas e animais – por convivência direta da comunidade com as perfurações, detonações de dinamites, alto fluxo de veículos pesados, poeira e poluição;

Desapropriação – as pessoas que moram na redondeza precisarão ser realocadas;

Impactos Ambientais – extração e queima do carvão gerarão

CO<sub>2</sub> e dióxido de enxofre, contribuindo para o efeito estufa, e chuva ácida, intensificando processos erosivos e gerando sérios impactos visuais;

Drenagem Ácida – alterações no solo, comprometendo a qualidade da água subterrânea.

Fonte: <https://350.org/pt/carvao-mata-diga-nao-a-mina-guaiba/>

Há um risco eminente de emissão de “poeira fina” oriunda das explosões da mineração que podem aumentar a ocorrência de infartos do coração, “derrames” (AVCs), demência, asma, câncer de pulmão, pneumonia infantil, partos prematuros e baixo peso ao nascer. Fonte: <https://350.org/pt/carvao-mata/>

### 3.3 Medicina em Alerta

O coletivo Medicina em Alerta trata-se de um grupo voluntário de médicos e interessados da sociedade civil que ascendeu sobretudo em 2020 na crítica aos empreendimentos de carvão, em especial a Mina Guaíba, tendo como antecedentes o evento “Os Impactos da Megamineração e do Projeto Mina Guaíba ao Meio Ambiente e à Saúde da População” promovido pelo Conselho Estadual de Saúde do RS no final do ano de 2019, assim como estudos e manifestações emitidos pela AMRIGS - Associação Médica do Rio Grande do Sul e pelo Conselho Regional de Medicina – CREMERS.

A principal demanda do Medicina em Alerta é a realização de uma Avaliação de Impacto à Saúde – AIS, que consiste em uma metodologia independente da Organização Mundial de Saúde, requisito ainda não exigido em lei nacional mas um potencial apoio nos debates acerca dos malefícios ocasionados pelos grandes empreendimentos. O referido estudo contempla, além das doenças em potencial ocasionadas pela poluição, prejuízos psicológicos, ambientais, de saúde pública assim como outros efeitos adversos do empreendimento (aumento de casos de DST - doenças sexualmente transmissíveis), promovendo o envolvimento e participação das diversas partes interessadas para a proposição de encaminhamento de políticas públicas com apoio da Justiça e do Ministério Público – MPE e MPF.

Como outros exemplos de impactos negativos ponderados pelo AIS de um empreendimento em seus diversos estágios (licenciamento, operação e encerramento) para a proposta de medidas compensatórias, ajustes ou definição de políticas públicas, o Ministério da Saúde (2014) destaca, dentre outros:

Migração (ocupação desordenada nas cidades e vilas próximas ao empreendimento, aumento das pessoas susceptíveis às doenças, pressão epidemiológica sobre a população local);

Aumento do risco de acidentes com a comunidade relacionados ao transporte e à movimentação de veículos;

Perturbações relacionadas a ruído, a material particulado;



Mudanças no acesso a serviços públicos, recursos para subsistência e modos de vida (impactos à segurança alimentar, diminuição do controle de saúde, estresse etc.);

Aumento da demanda ao serviço de saúde;

Aumento de doenças relacionadas à exposição a emissões atmosféricas, efluentes e à disposição de resíduos. Risco de ocorrência de agravos e doenças respiratórias. Exposição a contaminantes químicos;

Acidentes de trabalho.

(MS, 2014: 28-31)

### **Conclusões preliminares e Sugestões para estudos futuros**

Com o panorama resumido dos três atores críticos analisados no contexto do processo de licenciamento da Mina Guaíba no Estado do Rio Grande do Sul verificamos que os mesmos operam como lançadores de alerta, tanto na ampliação do debate público quanto no preenchimento de lacunas dos estudos apresentados pelo empreendedor, Copelmi. Esta atuação põe em xeque a primazia de justificação do modelo explorador mineral em larga escala como fator de crescimento econômico e desenvolvimento, operando na lógica das políticas do tempo, corrigindo ou abortando aspectos do projeto danosos à sociedade, saúde pública e meio ambiente, assim como nas políticas de espaço, articulando a percepção sobre este tipo de empreendimento em outras localidades, nacional e internacionalmente. Até o momento, este movimento crítico logrou êxito, com a interrupção do processo de licenciamento há mais de um ano.

Desta forma, como estudo futuro e próximos passos realizar-se-á uma análise mais aprofundada destes e de outros atores críticos, além de atores situados no espectro de justificação e apoio a este empreendimento, tentando trazer à luz as diversas ações e argumentos das diversas perspectivas do desenvolvimento, contestando o “enriquecimento empobrecedor” espoliador e violador de direitos humanos promovido pela mineração em larga escala, valorizando suas alternativas e os modos de vida tradicionais por ela ameaçados.

## Referências

- ACSELRAD, H. Apresentação: De “bota foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 07-18. 2004.
- ACSELRAD, H. (Org.) *Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.
- BARTHÉ, F.; RÉMY, C.; TROM, D.; LINHARDT, D.; DE BLIC, D.; HEURTIN, J.P.; LAGNEAU, É.; DE BELLAING, C.M.; LEMYEUX, C. *Sociologia pragmática: guia do usuário*. *Sociologias*, Porto Alegre, 18, p. 84-129, 2016.
- BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L.; PORTER, C. *On Justification: Economies of Worth*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2006.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Wmf Martins fontes, 2009.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. *Roadmap tecnológico para produção, uso limpo e eficiente do carvão mineral nacional: 2012 a 2035*. Brasília, 2012.
- COMITÊ DE COMBATE À MEGAMINERAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CCMRS. *Painel de especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba*. Porto Alegre, 2019.
- CHATEAURAYNAUD, F.; TORNAY, D. *Les ombres précurseurs: Une sociologie pragmatique de l’alerte et du risque*. Paris: Editions de l’EHESS, 1999.
- CHATEAURAYNAUD, F. *Questões ambientais entre controvérsias e conflitos: ecologia política e sociologia pragmática na França*. *Ciências em Debate*, v.2, p.14-40, Florianópolis, 2017.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL RS – FEPAM. *Transcrição da Audiência Pública em Charqueadas ocorrida em 14/03/2019 para prestar esclarecimentos sobre um projeto de mineração de carvão que pega os Municípios de Eldorado e Charqueadas*. Charqueadas/RS, 2019a.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL RS – FEPAM. *Transcrição da Audiência Pública em Eldorado do Sul ocorrida em 27/06/2019 para prestar esclarecimentos sobre um projeto de mineração de carvão que pega os Municípios de Eldorado e Charqueadas*. Eldorado do Sul/RS, 2019b.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 15047. Cria a Política Estadual do Carvão Mineral, institui o Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul e dá outras providências*. Porto Alegre, 2017.
- HARVEY, David. *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – JFRS. 9ª Vara Federal de Porto Alegre. *Ação civil pública nº 5069057-47.2019.4.04.7100/RS proposta pela Associação Arayara de Educação e Cultura e a Associação Indígena Poty Guarani em face da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, da Copelmi Mineração Ltda. e da Fepam objetivando a anulação do processo de licenciamento ambiental do empreendimento denominado ‘Mina Guaíba’ em razão da ausência no Estudo de Impacto Ambiental apresentado pelo empreendedor de componente indígena referente à comunidade Mbyá-Guarani Guajayvi, bem como da consulta prévia à referida comunidade prevista na Convenção 169 da OIT*. Porto Alegre, 2020.
- KIRSCH, S. *Mining Capitalism: The relationship between corporations and their critics*. California: University of California Press, 2014.
- LUZ, P.; FLORES, R.K. *Análise das manifestações nas seis audiências públicas sobre o empreendimento Mina Guaíba*. CCMRS, 2020. Disponível em <<https://rsemrisco.files.wordpress.com/2020/03/estudo-manifestaccca7occ83es-mina-guaicc81ba.pdf>>, Acesso em 30/03/2020 às 9h.
- MARTINEZ, J. *The Great Smog of London*. *Encyclopædia Britannica*, 2019. Disponível em <<https://www.britannica.com/topic/Clean-Air-Acts>>, Acesso em 30/09/2020 às 9h.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – MS. Avaliação de Impacto à Saúde – AIS: Metodologia adaptada para aplicação no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

PORTO, M.F.; PACHECO, T.; LEROY, J.P. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Editora FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2013.

Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Mina Guaíba/RS (EIA-RIMA). ABG Engenharia e Meio Ambiente Ltda. e Tetra Tech Engenharia e Consultoria Ltda., 2018.

RUIZ, M.; CORREA, R.; GALLARDO, A.; SINTONI, A. Abordagens de conflitos socioambientais em caso de subsidência de minas de carvão no Brasil e EUA. Ambiente & Sociedade, v. XVI, n. 2, p. 129-156. São Paulo, 2014.

ROSA, L. Mineração no Rio Grande do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais junto ao projeto Mina Guaíba. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade). Orientadores: Prof. Dr. Márcio Zamboni Neske e Profa. Dra. Patrícia Binkowski. Porto Alegre: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2021.

SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA DE PORTO ALEGRE - SME. Mineração no Rio Grande do Sul: diagnóstico setorial e visão de futuro. Rio Grande do Sul, v. 1, Acesso conforme consulta à lei de Acesso à Informação pedido nº 000023295 realizado em 26/07/2019, 2018.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. Nueva Sociedad, 244, 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. Relatório TC 032.981/2017-1 de auditoria operacional realizada com o objetivo de verificar a eficiência do custeio de políticas públicas com base em subsídios da conta de desenvolvimento energético (CDE). Brasília, 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS - TJRS. Ação civil pública – ACP 5069057-47.2019.4.04.7100 que versa sobre a Mina Guaíba e terras indígenas. Porto Alegre, 2019a.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS - TJRS. Ações civis públicas 5044993-20.2019.8.21.0001 e TJRS 5040426-43.2019.8.21.0001 que versam sobre a Mina Guaíba e a colônia de pescadores z5. Porto Alegre, 2019b.

VIERO, A.C., SILVA, D.R.A. Geodiversidade do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CPRM, 2010.

VIVAR, J.; SIMÕES, S.; COUGO JUNIOR, F. MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO. Guia do Arquivo Histórico (1891-1936), segunda etapa do “Projeto Acervo Documental da Região Carbonífera RS”. Porto Alegre: ASF Editora, 2016.

#### Websites e Redes Sociais

CHANGE.ORG. Abaixo-assinado “Somos CONTRA a instalação de uma mineradora de carvão próxima ao Rio Jacuí – RS” (73.439 pessoas já assinaram) Disponível em <<https://www.change.org/p/somos-contra-a-instala%C3%A7%C3%A3o-de-uma-mineradora-de-carv%C3%A3o-pr%C3%B3xima-ao-rio-jacu%C3%AD-rs>> Acesso em 03/03/2021 às 15h.

COMITÊ DE COMBATE À MEGAMINERAÇÃO. Disponível em <<http://rsemrisco.org.br/>> Acesso em 13/12/2020 às 11h.

COPELMI MINERAÇÃO LTDA. Disponível em <<http://copelmi.com.br/>> Acesso em 03/03/2021 às 15h.

INSTITUTO ARAYARA. Disponível em <<https://www.arayara.org/>> Acesso em 03/02/2021 às 9h.

MEDICINA EM ALERTA. Disponível em <<https://medicinaemalerta.com.br/>> Acesso em 03/03/2021 às 15h.

PROJETO MINA GUAÍBA. Disponível em <<https://www.facebook.com/projetominaguaiba/>> Acesso em 03/03/2021 às 15h.

350.ORG. <<https://350.org/pt/>> Acesso em 03/03/2021 às 15h.

# Resumos e ensaios fotográficos



# Documentário “Festival do Caranguejo na Comunidade do Porto do Mocajutuba”



## Documentário “Festival do Caranguejo na comunidade do Porto do Mocajutuba<sup>1</sup>”

Allan Rodrigues COSTA<sup>2</sup>  
Mariana Arouche VIEIRA<sup>3</sup>  
Paloma França CASTRO<sup>4</sup>  
David Barbosa SANTOS<sup>5</sup>  
Marcos Marcelo MARTINS<sup>6</sup>  
Paulo Roberto LOPES<sup>7</sup>  
Elio de Jesus Pantoja ALVES<sup>8</sup>

PET Conexões de Saberes – Comunidades Populares,  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, Maranhão

### Sinopse

O Documentário “Festival do Caranguejo na comunidade do Porto do Mocajutuba” foi realizado por integrantes do PET Conexões de Saberes – Comunidades Populares da UFMA, em parceria com estudantes do curso de Comunicação Social – Rádio e TV da UFMA. O trabalho retrata através de fotografias e entrevistas, o Festival do Caranguejo na comunidade do Porto do Mocajutuba, zona rural do município de Paço do Lumiar - MA. Foi gravado no dia 18 de junho de 2018 e contém três entrevistas com moradores da região: Domingos Gomes de Sousa, idealizador da festa; Oscar dos Santos, membro atual da organização do festival e Irene de Sousa, moradora da comunidade e frequentadora da festa. Tem como objetivo valorizar por meio da produção audiovisual a manifestação cultural local e divulgar a festa para além das fronteiras da comunidade, utilizando-se a plataforma do youtube.

Link: [https://www.youtube.com/watch?v=Bfp7gEhtyuE&ab\\_channel=AllanPotter](https://www.youtube.com/watch?v=Bfp7gEhtyuE&ab_channel=AllanPotter)

**Palavras-chave:** Documentário, Comunidade do Porto do Mocajutuba, Festival do Caranguejo.

---

1 Trabalho apresentado no GT 2: “Memórias, histórias e lutas por reconhecimento” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

2 Bolsista do grupo PET Conexões Comunidades Populares e discente do curso de Comunicação Social – Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: allanpotter.arc@gmail.com

3 Bolsista do grupo PET Conexões Comunidades Populares e discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: marianna3271@hotmail.com

4 Egressa do grupo PET Conexões Comunidades Populares, bacharel do curso de Comunicação Social - Relações Públicas e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: paloma.fracastro@gmail.com

5 Colaborador do PET Conexões de Saberes Comunidades Populares e discente em Comunicação Social – Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: davsants.ds@gmail.com

6 Colaborador do PET Conexões de Saberes Comunidades Populares e discente em Comunicação Social – Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: marcos\_martins.radioetv@hotmail.com

7 Colaborador do PET Conexões de Saberes Comunidades Populares e discente em Comunicação Social – Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: paulorlopes15@gmail.com

8 Tutor do grupo PET Conexões Comunidades Populares e Prof. Dr. do Departamento de Ciências Sociais e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (Orientador). E-mail: eliopantojalves@gmail.com



# Ouro: uma produção árdua e desvalorizada

## Ouro: Uma Produção Árdua e Desvalorizada<sup>1</sup>

Carlos Eduardo Marques MENDES  
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA

### Sinopse

OURO - Uma Produção Árdua e Desvaloriza fala sobre colheita, produção e uma não valorização social. Mostra o cotidiano de uma comunidade quilombola do interior do Maranhão. Pedreiras, em Santa Rita. A produção de farinha de mandioca, farinha d'água ou amarela, como muitos a chamam, é o sustento de muitas famílias nessa comunidade. O principal propósito aqui, é mostrar essa produção, seus passos, como é feita, até chegar ao ponto que vai para nossas mesas. Evidenciando, primordialmente, o grande trabalho existente para realização da farinha, e, para além, pensar questões de valorização não só do produto, mas de quem o produz. Precisamos questionar se esse valor que pagamos ao supermercado grande da cidade, chega ao menos um terço no bolso dos produtores de farinha.

Link: <https://youtu.be/AM6Gc2vlyKU>

**Palavras-chave:** Farinha; Comunidade quilombola; Valorização; Produção



---

1 Trabalho apresentado no GT 2 "Memórias, histórias e lutas por reconhecimento" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

2 Bolsista do grupo PET Conexões Comunidades Populares e discente do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [caduhmarques0496@gmail.com](mailto:caduhmarques0496@gmail.com).

**Terra de Encantados: a luta  
pela permanência no território  
quilombola Santa Rosa dos Pretos  
(Itapecuru-Mirim/MA)**

## **Terra de Encantados: a luta pela permanência no território quilombola Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/MA) <sup>1</sup>**

Dayanne da Silva SANTOS

Severina Pires BELFORT

Maria Dalva Pires BELFORT

Anacleta Pires da SILVA

### **Sinopse**

“Eles estão se afastando!”. Neste doc, destacamos que é o culto aos encantados que confere forma tanto aos problemas ambientais quanto aos problemas da titulação das comunidades quilombolas. A partir, do acompanhamento da luta pela titulação do território quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim no estado do Maranhão, da observação direta (in loco), da escrevicência com pessoas e encantados da Tenda Nossa Senhora dos Navegantes (Tambor de Mina), de anotações no caderno de campo, do acompanhamento de festas, festejos, audiências, seminários e ocupações e da memória social do grupo, discutimos a relação entre território, encantados e luta na relação pessoa/natureza como forma de coproteção e como princípio filosófico das práticas existenciais do quilombo. Por esse princípio, quando a pessoa deixar de proteger o território, ela não conseguirá ter proteção cósmica para o seu próprio corpo. Entendendo os encantados como os verdadeiros donos da terra, abrimos um leque de possibilidades para perceber o mundo e as relações sociais através de outras cosmovisões/perspectivas que nos ajudam na compreensão de sentidos outros para a manutenção do território negro.

**Link do vídeo:** <https://www.youtube.com/watch?v=wDcPkz3uUc>.



---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 2 Memórias, histórias e lutas por reconhecimento, modalidade documentário, do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

# Maria Luzinete: minha vó se ancestralizou

## Maria Luzinete: minha vó se ancestralizou <sup>1</sup>

Djelma Viana GUAJAJARA

### Sinopse

Neste trabalho abordo sobre a história de vida e ancestralidade da Guerreira Maria Luzinete Guajajara (anciã indígena falecida dia 04 de junho de 2020), liderança indígena do povo Guajajara da TI Rio Pindaré, Aldeia Piçarra Preta, município de Bom Jardim - MA, Maria sempre será lembrada por ser uma mulher forte, guerreira e independente, que desde muito cedo lutou pela preservação da cultura para que as gerações seguintes mantessem viva a ancestralidade indígena e o respeito pela natureza, pela de vida e luta de seu povo e pela garantia de direitos constantemente negados pelo poder público.

**Link do vídeo:** [www.youtube.com/watch?v=Rttj\\_pAKAjw](https://www.youtube.com/watch?v=Rttj_pAKAjw)



---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 2 Memórias, histórias e lutas por reconhecimento, modalidade documentário, do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.



# **Vidas Alagadas: os efeitos da UHE de Estreito na comunidade ribeirinha do acampamento Coragem (Palmeiras do Tocantins-TO)**

## **Vidas alagadas: os efeitos da UHE de Estreito na comunidade ribeirinha do acampamento Coragem (Palmeiras do Tocantins-TO) <sup>1</sup>**

Laylson Mota MACHADO

### **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos que Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) tem causado a uma comunidade ribeirinha. A comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem ocupa um território em Palmeiras do Tocantins (TO), que é de posse do Consórcio Estreito Energia (CESTE) empreendedor da usina, que disputa judicialmente a posse da terra desde outubro de 2015. Diante disso, que busco identificar as percepções dos/as moradores/as dessa comunidade perante os conflitos socioambientais causados pela UHE de Estreito, da mesma forma que identificar nos processo de territorialização o lugar ribeirinho definido por eles, e os processos de luta e resistência no território que atualmente ocupam. A pesquisa parte do cunho qualitativo, com uso de histórias de vida, observação participante e roteiro de entrevistas, buscando com isso enfatizar todos os processos enfrentados pelos ribeirinhos/as e pescadores/as desde a instalação da barragem aos dias de hoje. Descrevendo como a vida se moldou perante os conflitos enfrentados contra os empreendedores da barragem, e as formas de luta e resistência a continuarem exercendo práticas em ambientes que são culturalmente identificados por eles como lugar de subsistência.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 2 Memórias, histórias e lutas por reconhecimento, modalidade comunicação oral, do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

# O Povo do Fundo: cosmologias e construção da territorialidade no Baixo Amazonas

## **O Povo do fundo: cosmologias e construção da territorialidade no Baixo Amazonas<sup>1</sup>**

Luciana Railza Cunha ALVES

### **Resumo**

O presente resumo tem como proposição refletir acerca do processo de construção da territorialidade baseada conhecimento cosmológico, a partir da relação dos pajés e sacacas com os recursos ambientais no Baixo Amazonas. O trabalho é resultado da pesquisa intitulada “Etnicidade, Práticas culturais e formas de organização social em um contexto Regional do Baixo Amazonas”. Na proposição de apreender como o modo de conhecimento dos sacacas e pajés, os grupos que acessam seus conhecimentos redesenham a territorialidade ao inter-relacionar seu modo de criar, fazer e viver em defesa do território frente ao avanço dos megaempreendimentos como o caso da construção de portos privados, extração ilegal de madeira na região. Os procedimentos de pesquisa foram baseados em observação direta e entrevistas, resultando na apreensão do modo de vida peculiar dos agentes religiosos e sociais na construção do território indissociável da identidade e do conhecimento cosmológico.

---

1 Trabalho apresentado no GT 2 Memórias, histórias e lutas por reconhecimento, modalidade comunicação oral, do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

# Por uma Educação de Resistência

## Por Uma Educação De Resistência<sup>1</sup>

Mauricio Guedes de MELO JÚNIOR <sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

### Resumo

O presente ensaio etnofotográfico retrata um evento realizado pelas escolas indígenas potiguaras, no município da Baía da Traição, litoral norte da Paraíba. O evento é realizado anualmente para demonstrar o trabalho realizado pelas escolas municipais, com o intuito de contribuir para a propagação da cultura indígena potiguar e o ensino para as futuras gerações. O evento é destinado a população em geral e realizado em praça pública. Entre as atividades programadas no evento estão stands para a comercialização de comidas preparadas nas aldeias – como o beiju, bolo de mandioca, doces variados - ensaios fotográficos e artesanato local. Além das apresentações do toré, coco de roda e encenações das lendas do povo potiguara. Os registros fotográficos foram feito em maio de 2019 enquanto discente da disciplina de Antropologia Visual, no programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

**Palavras-chave:** povo potiguara; educação indígena; etnofotografia.



1 Trabalho apresentado no GT 2 – Fotografias - “povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

2 Mestrando do Curso de Antropologia Social da UFRN, email: mauricio\_gmj@hotmail.com.





# **Macapá e a Mudança Sócio- estrutural: a retirada dos negros da frente da cidade nos anos 40**

## **Macapá e a mudança sócio-estrutural: a retirada dos negros da frente da cidade nos anos 40<sup>1</sup>**

Nelson Mateus Machado dos SANTOS  
Emilly Patricia dos Santos BARBOSA

### **Resumo**

O presente trabalho vem fazer uma análise da brusca mudança socio-estrutural que os negros da cidade de Macapá-AP sofreram durante a década de 40. Com um decreto presidencial em 1943 o Amapá passou a ser um território federal e com isso veio várias mudanças na estrutura da cidade, uma delas foi a retirada dos negros da frente da cidade para uma área periférica. O objetivo deste trabalho é entender como ocorreu essa mudança de localização, quais foram os meios que foram utilizados, já que os negros foram transferidos da frente cidade para uma região mais periférica, como a mudança impactou no meio social desses negros e como eles viveram após isso. Segundo o último censo aproximadamente 76% da população amapaense é negra com sua maior concentração na capital, a grande parte desse percentual da cidade vive em regiões periféricas, fazendo essa co-relação entre a transferência dos negros e o fato de atualmente a maioria desse povo ainda habitar as regiões de periferia podemos perceber o impacto social que teve essa mudança. A metodologia utilizada foi a análise teórica, a partir de textos científicos e literários da cultura negra Amapaense.

---

1 Trabalho apresentado no GT 2 Memórias, histórias e lutas por reconhecimento, modalidade comunicação oral, do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

# O Remonte da Oralidade sobre o Extinto Terreiro do Egito como Ferramenta Identitária para sua Patrimonialização

# O remonte da oralidade sobre o extinto Terreiro do Egito como ferramenta identitária para sua patrimonialização<sup>1</sup>

Nicole Raiane Rodrigues MORAES

## Resumo

Este trabalho resulta de um projeto de registro de bens culturais de natureza imaterial promovido pelo Departamento de Patrimônio Imaterial (MA) que visa produzir planos de pesquisas para o reconhecimento e salvaguarda patrimonial. A presente pesquisa se debruça sobre a investigação da descendência e das práticas religiosas de matrizes africanas que se desenvolveram a partir da área do antigo Terreiro do Egito, localizado na zona Rural II, de São Luís, Maranhão. Que atualmente se encontra em risco de degradação, devido a construção do Porto do Itaqui e empreiteiras, que visam expandir seus processos produtivos industriais para a região que se localizava o extinto Terreiro supracitado. Para além da degradação territorial, tal processo configura-se também como ameaça à história e memória que foram construídos acerca daquela localidade. Muito pouco são os registros bibliográficos sobre a história do Terreiro do Egito, dessa maneira, essa pesquisa visa como objetivo principal remontar a oralidade de seus descendentes/praticantes como uma ferramenta identitária. Buscando por intermédio dessa, transformar a área do antigo terreiro e, consecutivamente, suas práticas, história e memória em patrimônio cultural imaterial do Maranhão.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 2 Memórias, histórias e lutas por reconhecimento, modalidade comunicação oral, do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.



**"(...) A única alternativa hoje é a alternativa da gente combinar que vai continuar vivo com poesia e com arte. Que a gente vai continuar vivo, vai continuar vivendo... e porque a gente não vai morrer, a gente vai poder salvar o mundo"**

Como quem sabe o tempo certo da sementeira, Moema Miranda, da Rede Igrejas e Mineração, plantou em solo fértil palavras de esperança durante o Webinário "Controle Social e Alternativas Econômicas: desafios para os movimentos sociais" no último dia do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

**A semana 15 a 19 de março vai ficar para a história de quem plantou e viu florescer ideias, intercâmbios, a crítica e a resistência ao extrativismo predatório.**

Constatamos que temos muito o que conquistar em Direitos Humanos e da Natureza! Mas, o Seminário potencializou o sentimento de que a união dos povos e comunidades com a grandeza da Mãe Natureza enfatiza o que Moema trouxe também em sua fala:

**"Não existe salvação individual. Os processos precisam ser coletivos e cada um e cada uma é chamado para se somar à luta pelo Bem Viver."**

**[www.seminariopovosnatureza.org](http://www.seminariopovosnatureza.org)**

Realização:



Parcerias latino-americanas:



Apoio:

